

Anna Carolina Magdalena

Danielle Rondon

Diogo da Silva

Gabriel Abboud

Gabrielle Garret

Idembugo Pereira

Jacqueline Lima

Juliana Portela

Marcelo Farias

Marcelo Nobrega

Mauro Sergio

Max Cassin

Raphael Fernandes

Rodrigo Amaral

Rosane de Oliveira

Sueli Alves

Tania Amaro

Valesca Tardin





Equipe

Editor

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Coeditor:

Prof: Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Parecedor Técnico:

Prof: Ms. Mauro Sérgio Vieira

Técnica de edição

Cindy Esquivel Vieira

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dra. Margareth Maria de Carvalho Queiroz (IOC/FIOCRUZ – USS/FUSVE)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)
- Prof. Dr. Patrícia Woolley Cardoso L. Alves (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Vol.8, n.8
(jan - jun 2018). Rio de Janeiro,
2018 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsen

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsen.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UCAM: Universidade Candido Mendes

EDITORIAL

Em *Estudo de acidentes de trabalho na construção de edifícios no Brasil* os Engenheiros e pesquisadores Danielle Rondon, Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega e Anna Carolina Ribeiro Mendes Magdaleno discutem o tema dos acidentes de trabalho na construção civil no período de 2003 a 2014, tendo como metodologia o uso de recortes de regiões do país para comparação, os autores puderam dar uma importante contribuição crítica ao tema, qual seja, a de permitir que se compare o índice de investimentos em infraestrutura com a evolução ou não da segurança do trabalho.

A ocupação do espaço territorial urbano na Zona Oeste foi marcada por uma demanda, sobretudo nas questões político-militar-social que impunha um crescimento voltado para o apoio à infraestrutura militar que crescia, à época, a passos largos. Com instalações militares como a Academia Militar, Fabrica de Cartuchos e Escolas de Formação, os bairros de Realengo, Padre Miguel, Bangu, Campinho, Madureira, Campo Grande e Santa Cruz sofreram grande influência dos comandos militares e ações de planejamento urbano voltado a atender as necessidades que se impunha. No texto *“A Geografia dos Militares e seu Patrimônio Urbano: Um Estudo de caso no Município do Rio de Janeiro”* os professores Diogo da Silva Cardoso e Mauro Sergio Vieira trazem a baila os caminhos que levaram as ocupações destes bairros e como as influências militares interagiram para que a urbanização e re-urbanização tivessem a marca da doutrina daquela época.

Na idade média já era sabido que os desenvolvimentos agrícola e demográfico como maneira de expansão territorial propunham soluções muitas vezes adversas à normalidade. Nesta proposta Gabriel Abboud em seu artigo: *“O desenvolvimento agrícola e demográfico do território europeu na idade média, com a contribuição da igreja católica através dos monges”*, retrata as principais técnicas que aqueles eclesiásticos desenvolveram a partir de uma área extremamente inóspita como era a região pantanosa de Southampton na Inglaterra. Mudando completamente o cenário biogeográfico, aqueles métodos trouxeram um avanço que caracterizaram os monges beneditinos aviltados como senhores de conhecimentos que desde aquela época os diferenciariam entre os demais ocupantes de regiões ainda pouco exploradas. Apresentará também brevemente características dos despojados religiosos que de maneira imprevisível e peculiar conseguiram desenvolver de formar afortunada, realizando uma mudança positiva na população absoluta da região.

“A Feira “Nordestina” de Duque de Caxias: pertencimentos”, de Marcelo Farias, Jacqueline Lima e Tania Amaro, é um estudo importante sobre a cultura nordestina na cidade de Duque Caxias, tendo como objeto de análise a Feira Nordestina, surgida na cidade caxiense, região da Baixada Fluminense, na década de 1940. O artigo apresenta como a Feira de Duque de Caxias é atualmente considerada como uma das maiores feiras livres da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana, tornando-se notória pela forte presença da cultura nordestina em suas atividades a sua importância como Patrimônio Cultural da cidade o que levou no ano de 2015 a ser registrada como o primeiro Bem Cultural Imaterial do município.

Erasmus de Rotterdan, conhecido também como “Príncipe dos Humanistas” : uma proposta interessante e audaciosa aqueles que, ditos como “homens da igr . .

beiravam a insanidade nas afirmações por eles transcritas e indagadas a uma sociedade marcada pelo ridículo e pela hipocrisia. Era uma época que a manifestação contrária a cleros beirava a falta de consciência social e humanística. O autor Max David Rangel Cassin expõe em seu artigo “*Quando a loucura satirizou o clero*” a narrativa fundamentada na literatura de Erasmo de Roterdã, transcrita e interpretada como base fundamental do modelo de convivência de bispos, cardeais, papas, fidalgos, príncipes e monarcas na Era Moderna, com ênfase no clero e seus desdobramentos. É uma narrativa leve, clara e extrovertida que traz à baila uma contextualidade interessante de ser lida e explorada.

O artigo “*As Margens em Desfile*”, de Raphael Gomes, Rosane Oliveira e Idemburgo Frazão, apresenta uma reflexão acerca do papel das Escolas de Samba como agente de veiculação de histórias de grupos marginalizados e como plataforma para enredos-manifesto. O texto apresenta uma contextualização das manifestações carnavalescas na cidade do Rio de Janeiro e o surgimento das Escolas de Samba, ressaltando a sua origem marginal. Entre os enredos que se destacaram no cenário carioca, os autores descaram “*Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia*”, idealizado pelo carnavalesco Joãozinho Trinta na Beija-flor de Nilópolis, em 1989.

Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Especialista em Literatura portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Sueli Alves apresenta a genialidade do reiteradamente indicado ao prêmio Nobel de Literatura, António Lobo Antunes, em texto onde demonstra a formação do escritor a partir de sua vida, formação intelectual e obras, como *Os Cus de Judas*, *As Naus*, *O esplendor de Portugal* e o próprio *D’este viver aqui neste papel descripto - cartas de guerra*, que dá título ao texto.

Os poderes da religião e das crenças são marcadas pela falta de aceitação as diferenças e critérios não aceitos pelas comunidades religiosas e extrapoladas as animosidades para os campos sociais e culturais. O artigo de Gabrielle Garret intitulado “*Humanização e autonomia nos serviços de saúde: uma relação entre Liberdade de crença e direitos do usuário*”, onde ela estabelece e exhibe a falta de aceitação dos critérios da crença e métodos das Testemunhas de Jeová, nos faz pensar em como as pessoas e os poderes podem ser incapazes de tolerâncias, mesmo àquelas que aparentemente perturba e abala a sociedade.

Valesca Tardim traz no seu texto intitulado “*Política Pública de Saúde no Brasil: Da Lei Eloy Chaves a atenção Básica de Saúde*”, a extensão do seu trabalho de conclusão de Curso, onde a autora mostra um breve histórico da Política de Saúde no Brasil e de que forma lhe é dada a atenção necessário. Ela traz as primeiras políticas sociais sobre o tema e dos impactos destes na sociedade. Considera como marco inicial a Lei Eloy Chaves de 1920, que é considerada a primeira Lei de amparo ao trabalhador. Ainda nos mostra uma visão das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que tinham como um dos seus objetivos prestar assistência médica ao trabalhador e aos seus familiares. A autora toca nos pontos chaves que permearam a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e analisa a assistência da saúde na atenção primária. Juntamente com a participação da sociedade brasileira através dos movimentos sociais para a universalização da saúde e seu acesso igualitário.

Muito é divulgado, mas pouco se sabe com o aprofundamento pertinente ao tema, dos critérios que fazem crescer os índices da população carcerária no Brasil. A Organização não Governamental Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro é uma instituição que trata destes critérios e nos mostra a importância de conhecer por dentro do Sistema Carcerário as reais vertentes destas superpopulações de presos. Várias são as violações dos Direitos Humanos no Sistema Penitenciário, com grande generalização da miséria e descumprimentos das leis estabelecidas na Carta Constituinte e nos Acordos Internacionais pelos quais o Brasil é signatário. O artigo de Juliana Portela vem nos mostrar e promover o interesse em um tema tão controverso e tão espúrio no contexto social. Ao lermos este texto poderemos de fato compreender como funciona o Sistema Penal e Carcerário e como as práticas são desenvolvidas longe dos nossos olhos.

O entrevistado dessa edição é o Prof. Dr. Rodrigo Amaral que está publicando sua tese de doutorado: “Cativo, Desigualdade e Brutalidade”. O autor fala sobre o livro, vida acadêmica e influências.

A CAPA

A capa é de livre interpretação do leitor.

Rodrigo Amaral (Editor)

Por: Cindye Esquivel.

Sumário

EDITORIAL	3
A CAPA	6
Por: Cindye Esquivel.....	6
ENGENHARIA	9
ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO BRASIL.....	9
Por: Danielle Rondon, Marcelo de Jesus Rodrigues da Nóbrega,.....	9
Anna Carolina Ribeiro Mendes Magdaleno	9
GEOGRAFIA	31
A GEOGRAFIA DOS MILITARES E SEU PATRIMÔNIO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ, BRAZIL)	31
Por: Diogo da Silva Cardoso.....	31
Mauro Sergio Vieira	31
O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DEMOGRÁFICO DO TERRITÓRIO EUROPEU NA IDADE MÉDIA, COM A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATRAVÉS DOS MONGES.....	46
Por: Gabriel Martins Alves Abboud.....	46
HISTÓRIA	59
A FEIRA “NORDESTINA” DE DUQUE DE CAXIAS: Pertencimentos.....	59
Por: Marcelo Farias (graduado em História pela UNIGRANRIO)	59
Jacqueline Lima (PPGHCA/UNIGRANRIO/FUNADESP-JCNE/FAPERJ)	59
Tania Amaro (Doutoranda do PPGHCA/UNIGRANRIO-IHCMDC)	59
QUANDO A LOUCURA SATIRIZOU O CLERO	77
Por: Max David Rangel Cassin	77
AS MARGENS EM DESFILE	99
Por: Raphael Fernandes Gomes	99
Rosane Cristina de Oliveira	99
Idemburgo Pereira Frazão	99
LETRAS	119

<i>D'ESTE VIVER AQUI NESTE PAPEL DESCRIPTO - CARTAS DE GUERRA.</i> ANTÓNIO LOBO ANTUNES. NINGUÉM EM PORTUGAL ESCREVERIA COMO ELE.	119
Por: Sueli Alves dos Santos	119
SERVIÇO SOCIAL.....	137
HUMANIZAÇÃO E AUTONOMIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE DE CRENÇA E DIREITOS DO USUÁRIO.....	137
Por: Gabrielle Garret da Silva	137
Orientadora: Suellen Guariento	137
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL:	153
DA LEI ELOY CHAVES A ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	153
Por: Valesca Teixeira Tardin.....	153
A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS E AS MEDIDAS DA FRENTE PELO DESENCARCERAMENTO DO RIO DE JANEIRO.	169
Por: Juliana Ribeiro Portela	169
Entrevista com Prof. Dr. Rodrigo Amaral.....	190

Como citar: RONDON, Danielle; NÓBREGA, Marcelo de Jesus Rodrigues da; MAGDALENO, Anna Carolina Ribeiro Mendes. *Estudo de acidentes de trabalho na construção de edifícios*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio, 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

ENGENHARIA

ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO BRASIL

POR: DANIELLE RONDON¹, MARCELO DE JESUS RODRIGUES DA
NÓBREGA²,

ANNA CAROLINA RIBEIRO MENDES MAGDALENO³

¹ Engenheira Civil, danyrondon@yahoo.com.br

² Engenheiro de Segurança do Trabalho, Pós Doutor em Engenharia, Professor Adjunto do CEFET-RJ, engmarcelocefet@terra.com.br

³ Mestre em Ciências, Engenheira Civil, Consultora Ambiental, anna.crrmm@gmail.com

ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO BRASIL

RESUMO: A construção civil apresenta altos índices de acidentes de trabalho segundo consulta ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O objetivo foi criar um indicador que relacionasse a quantidade de acidentes no setor de construção de edifícios e comparar a situação no país, nas regiões e nos estados. A metodologia consistiu no tratamento dos dados de 2003 a 2014 e sua análise. No Brasil 2004 foi o ano crítico, apresentando o maior índice de acidentes de trabalho por edifício construído. O Sudeste foi a região que apresentou o maior número de acidentes e O maior número de edifícios construídos no período, porém as regiões norte e nordeste apresentaram os maiores índices de acidentes por edificação construída. Entre os estados, o Amazonas apresentou os maiores índices desde 2006, porém Tocantins apresentou o maior índice (2,17 acidentes por edificação construída) registrado em 2004. Tal estudo permitiu uma reflexão crítica e realista sobre a segurança do trabalho na construção civil que os trabalhadores estão expostos.

Palavras-chave: Segurança; Acidentes; Edifícios; Construção.

INTRODUÇÃO

Atualmente a construção civil é um dos setores industriais fundamentais na economia no Brasil. É notória sua importância, pois têm o papel de fomentar a economia brasileira e ajudar no desenvolvimento do país, trazendo um bem-estar para a sociedade, preservando o meio ambiente, reduzindo os crimes ambientais e evitando desperdícios que este setor da economia gera ano a ano. Além disso, gera milhões de empregos no mercado de trabalho, absorvendo uma boa porcentagem da mão-de-obra nacional.

As condições de segurança de trabalho no setor da indústria de construção, apresentam os menores e os maiores índices de acidentes. Assim sendo, avaliar estes índices relacionados à construção de edifícios no Brasil e suas respectivas regiões, inclusive nos Estados ao longo dos anos é de suma importância. O auxílio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além do referencial que é desenvolvido pelos comitês permanentes regionais sobre condições de trabalho e meio ambiente na construção civil, concomitantemente com as diretrizes das Normas Regulamentadoras (NR), em particular a NR 18 que dispõe das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, nos ajuda a realizar um estudo sobre a situação crítica quando o assunto é segurança e saúde do trabalho.

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

A construção de edifícios, de acordo com o Dicionário de Urbanismo (2004, p.91) “é ato, efeito, modo ou arte de construir edifícios, fábricas, barragens, estradas, pontes, viadutos, redes de esgoto, de água, de gás, etc. Um dos tipos de construção é a edificação.”.

Os edifícios atualmente representam investimentos de grande valia. Mas além desse dinheiro e tempo gasto em uma construção, é notório observar a grande quantidade de recursos naturais consumidos na construção e ocupação desses edifícios. Consomem-se quantidades enormes de materiais e geram-se grandes

parcelas de poluição ambiental. É necessária a conscientização urgente de sustentabilidade na construção e operação de edifícios. (ALLEN, 2015, p. 90).

A conceituação de edifício, de acordo com o Dicionário de Urbanismo (2004, p. 135):

Edifício é uma espécie de construção destinada ao abrigo e uso pessoal do homem: casa, prédio de apartamento, escola, hospital, templo, etc. Já a edificação é um tipo de construção destinada a usos pessoais, como habitação, recreação, trabalho ou culto, segundo o conceito jurídico e etimológico do termo. (DICIONÁRIO DE URBANISMO, 2004, p.135).

A construção de edifícios passou por muitas mudanças ao decorrer dos anos, a tecnologia nas áreas de mecânica, elétrica e de comunicações, foram essenciais para o desenvolvimento desse segmento. A partir daí, pesquisadores acrescentaram novos conhecimentos, àqueles de que já possuíam a respeito da função dos edifícios. Atualmente surgem novas perspectivas de interesses sociais, trazendo assuntos de cunho ambiental acessíveis a pessoas e construções sustentáveis. (ALLEN, 2015, p. 115).

A importância e a evolução das construções no Brasil

Segundo Ribeiro (2011 *apud* AMANTE & SILVA, 2017), “o processo de povoamento do Brasil aconteceu em diferentes momentos da sua história, assim é difícil dizer quando deu-se início à documentação da construção civil.” Poucos são os registros encontrados antes do século XX que relatam como ocorreu a evolução da engenharia no País:

Talvez o mais antigo documento produzido no Brasil e que discorra de uma forma mais sistemática (e não meramente ocasional) sobre práticas construtivas seja um manuscrito de 1684 intitulado “Declarações de obras” de Frei Bernardo de São Bento, um beneditino que foi responsável por uma importante reforma no mosteiro da ordem situado no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento em que o arquiteto, de formação completamente autodidata como ele mesmo faz questão de informar, descreve não apenas processos técnicos empregados na obra como também as dificuldades de percurso encontradas e como as mesmas foram superadas. O documento é o que chamaríamos hoje um “Diário de obras”, um documento ideal com o qual os historiadores da construção vivem sonhando, mas que é tão raro de ser encontrado. (RIBEIRO, 2011)

Classificação das edificações

De acordo com a ABNT através da NBR 9077:2001, “dispõe sobre a classificação das edificações, quanto à natureza da ocupação, altura e área.”

Para cada ocupação ou uso criam-se grupos de acordo com a descrição da edificação, são estabelecidos também a altura para cada tipo de edificação e suas características construtivas.

Segundo a ABNT através da NBR 12721:2006, dá-se uma avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária:

Os projetos selecionados para representar os diferentes tipos de edificações, que são usualmente objeto de incorporação para construção em condomínio e conjunto de edificações, definidos por suas características principais:

- a) número de pavimentos;
- b) número de dependências por unidade;
- c) áreas equivalentes à área de custo padrão privativas das unidades autônomas;
- d) padrão de acabamento da construção; e
- e) número total de unidades

As etapas de obra para construção de edifícios

Para construir uma edificação é necessário determinar e ordenar todas as etapas que deverão ser desenvolvidas. O planejamento é essencial para cumprir prazos, organizar a obra sem gastos desnecessários e alcançar um padrão de qualidade.

De acordo com a ABNT através da NBR 12722:1992:

Discrimina os serviços técnicos necessários à elaboração de planejamento, projetos, fiscalização e condução das construções, destinados especialmente às edificações de propriedade pública ou privada, residenciais, comerciais, industriais ou agrícolas. Abrange os serviços técnicos relacionados com as quatro fases que se podem distinguir na realização de um empreendimento de construção de edificações: estudos preliminares, projeto, construção e recebimento. (NBR 12722:1992)

Apresenta-se 4 etapas de uma obra para construção de edifícios. Cada fase tem sua definição, a fase de estudos preliminares é quando ocorrem os estudos da viabilidade, a escolha de lugar, etc. Também chamada de “Fase de planejamento do empreendimento”, já a fase de projetos é onde se elaboram os projetos; esta fase pode ser entendida como “Fase de planejamento de construção”. A fase da construção, uma das mais importantes, é a fase que ocorre a construção da edificação e por último a fase de recebimento da edificação que se verifica o adequado

funcionamento da edificação e sua entrega formal ao proprietário da obra.

As sub-etapas de uma obra para construção de edifícios, nela expande as fases de planejamento do empreendimento, fase de projetos, fase de construção e pôr fim a fase de recebimento. Todas as fases são importantes e qualquer edificação pode obedecer aos mais diversos padrões, a critério dos proprietários ou usuários, dentro de disposições legais em vigor e segundo as condições de cada caso. Os serviços técnicos necessários à sua execução devem obedecer, no todo ou em parte, à presente Norma.

SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O panorama atual das condições de segurança e saúde do trabalhador na construção civil é um desafio em pleno século XXI, tanto para o governo quanto para a sociedade de uma forma geral, pois exige envolvimento dos trabalhadores e empresários. A garantia da segurança deve estar suportada por um conjunto de normas e sistemas que identificam e avaliam os riscos e implementam controles que possam minimizar a probabilidade de ocorrências devido a falhas humanas, bem como decisões gerenciais equivocadas, métodos de trabalhos inadequados e falta de confiança nos equipamentos.

Conceito legal dos acidentes de trabalho

Conforme aprovação da Lei da Presidência da República, nº 6.367 de 19 de outubro de 1976, sancionada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, em seu artigo 2 conceitua acidente de trabalho como:

[...] aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (LEI 6.367, 1976)

Esta lei, ganha o acidente um sentido amplo, lato, abrangendo também as moléstias profissionais. Equiparou a lei, por uma questão de técnica legislativa, o acidente do trabalho às moléstias profissionais, para fins de reparação do dano sofrido pelo trabalhador.

Conforme aprovação da Lei da Presidência da República, nº 8.213 de 24 de julho de 1991, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Collor, em seu artigo 19 conceitua acidente de trabalho como:

[...] aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (LEI nº 8.213, 1991)

De acordo com a ABNT através da NBR 14280: 2001, define-se acidente de trabalho “como ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal.”

Segundo Araújo (2007, p.11), a definição legal de acidente de trabalho é muito importante, ele conceitua o acidente de trabalho como:

[...] aquele que acontece no exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional podendo causar morte, perda ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equiparam-se aos acidentes de trabalho: a) o acidente que acontece quando você está prestando serviços por ordem da empresa fora do local de trabalho; b) O acidente que acontece quando você estiver em viagem a serviço da empresa; c) O acidente que ocorre no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para a casa; d) Doença profissional (as doenças provocadas pelo tipo de trabalho); e) Doença do trabalho (doenças causadas pelas condições de trabalho). (ARAÚJO, 2007, p. 11)

Segundo a ABNT através da NBR 22301:2013 “os incidentes são situações que podem representar ou levar à interrupção de negócios, perdas, emergências ou crises.” Quando um incidente provocar interrupção e resultar na ativação dos seus procedimentos de continuidade dos negócios ocorre, a organização deve fazer uma análise crítica pós-incidente e registrar os resultados.

Pode-se dizer que os incidentes são eventos não programados, nem planejados, portanto indispensável, porém não resulta nenhum tipo de lesão ao indivíduo ou danos a propriedade, apenas tem como consequência a perda de tempo.

Segundo Araújo (2008, p. 191), o conceito sobre incidentes, acidentes e quase-acidentes define-se por:

- Incidente: Evento relacionado ao trabalho no qual uma lesão ou doença (independente da gravidade) ou fatalidade ocorreu ou poderia ter ocorrido. Uma situação de é um tipo particular de incidente.

- Acidente: Incidente que resultou em lesão, doença ou fatalidade.
- Quase-acidente: Incidente que não resulta em lesão, doença ou fatalidade, também denominado “quase-perda”, “ocorrência anormal” ou “ocorrência perigosa”. (ARAÚJO, 2008, p. 191)

Método da árvore de causas e a teoria das múltiplas causas

A metodologia explica “as causas das causas”, visando encaminhar o processo de análise e investigação de acidentes, até o término das informações possíveis de serem levantadas ou até o esclarecimento de todos os aspectos julgados importantes.

Segundo Cuny, 1970 e Monteau, 1983 *apud* Bartolomeu, 2002, o Método de Árvore de Causas (ADC):

Foi criado na França, no *Institut National de Recherche et de Sécurité* – INRS, há mais de vinte anos. Trata-se de método baseado na teoria de sistemas, o qual aborda o acidente do trabalho como fenômeno complexo, pluricausal e revelador de disfunção na empresa, considerada como um sistema sócio-técnico aberto. Sua aplicação exige reconstrução detalhada e com a maior precisão possível da história do acidente, registrando-se apenas fatos, também denominados fatores de acidente, sem emissão de juízos de valor e sem interpretações, para, retrospectivamente, a partir da lesão sofrida pelo acidentado, identificar a rede de fatores que culminou no acidente do trabalho.

ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO BRASIL

Classificação da construção de edifícios entre as atividades econômicas

A Previdência Social através do seu AEAT, publicação do MPS que está disponível na internet, abastece com o número dos acidentes de trabalhos registrados no período. Esses dados são fornecidos a partir das atividades econômicas, que são obtidas através da tabela do CNAE, apresentada através dos códigos padronizados de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do País.

Segundo o MPS (2015), os códigos representam os agentes econômicos que estão empregados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física). Foi utilizado o aplicativo AEAT Infologo, que permite a seleção e

cruzamento de variáveis e a construção de tabelas personalizadas. Além disso, os dados foram selecionados para todos os acidentes ocorridos em empresas enquadradas nos códigos vinculados à Seção F da CNAE, versão 2.0.

Análise de dados reativos a construção de edifícios

Inicialmente obtemos a quantidade de estabelecimentos construídos nos Estados e grandes regiões do Brasil no período de 2003 até 2014, através da tabela anual com o número de estabelecimentos na construção civil por grupo de atividade econômica no Brasil, grandes regiões e as unidades da federação fornecido pela CBIC. Essas informações sobre o número de estabelecimentos na construção civil são segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – subgrupo construção de edifícios.

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Rondônia	934	782	743	763	648	615	578	555	575	584	652	584
Acre	501	492	470	452	422	433	381	319	327	259	267	185
Amazonas	501	507	494	475	436	449	431	338	351	475	485	480
Roraima	204	192	198	203	196	235	216	200	186	135	127	110
Pará	1.672	1.594	1.450	1.362	1.234	952	884	748	704	1.074	1.001	927
Amapá	244	236	201	222	210	185	195	148	131	192	191	212
Tocantins	915	853	794	755	739	607	488	424	418	544	513	538
NORTE	4.971	4.656	4.350	4.232	3.885	3.476	3.173	2.732	2.692	3.263	3.236	3.036
Maranhão	1.457	1.276	1.183	1.139	1.074	793	708	600	510	733	777	901
Piauí	1.542	1.381	1.231	1.159	1.080	919	813	644	626	707	615	657
Ceará	4.008	3.845	3.818	3.467	2.933	2.443	2.193	1.898	1.893	2.192	2.225	2.330
Rio Grande do Norte	2.710	2.631	2.327	2.116	1.884	1.645	1.502	1.404	1.445	1.637	1.485	1.321
Paraíba	3.006	2.766	2.694	2.294	1.925	1.403	1.213	1.119	1.024	1.316	1.368	1.566
Pernambuco	2.510	2.426	2.357	2.134	1.922	1.653	1.511	1.384	1.342	1.837	1.981	1.993
Alagoas	1.061	1.090	983	834	756	584	556	564	500	582	592	581
Sergipe	930	850	903	960	915	826	820	806	724	806	788	799
Bahia	3.853	3.807	3.595	3.543	3.112	2.752	2.460	2.273	2.042	3.157	3.063	3.222
NORDESTE	21.077	20.072	19.091	17.646	15.601	13.018	11.776	10.692	10.106	12.967	12.894	13.370
Minas Gerais	16.903	16.490	16.040	16.349	15.507	13.446	12.824	11.484	10.646	15.196	14.658	15.319
Espírito Santo	2.266	2.319	2.531	2.485	2.274	2.114	2.250	2.069	1.844	2.400	2.277	2.345
Rio de Janeiro	4.117	3.898	3.702	3.490	3.150	2.877	2.834	2.679	2.644	4.473	4.755	4.726

São Paulo	16.788	16.595	16.534	17.172	15.782	14.180	13.525	12.521	11.486	16.151	16.492	16.500
SUDESTE	40.074	39.302	38.807	39.496	36.713	32.617	31.433	28.753	26.620	38.220	38.182	38.890
Paraná	8.894	8.639	8.342	8.367	7.753	6.692	6.093	5.135	4.644	6.350	6.691	6.635
Santa Catarina	7.079	6.667	6.386	6.039	5.429	4.791	4.432	3.818	3.527	4.251	4.153	4.007
Rio Grande do Sul	8.675	8.188	8.303	8.356	7.692	6.597	6.306	5.365	5.124	7.239	7.346	7.604
SUL	24.648	23.494	23.031	22.762	20.874	18.080	16.831	14.318	13.295	17.840	18.190	18.246
Mato Grosso do Sul	1.226	1.168	1.192	1.109	1.034	962	846	664	573	958	1.014	999
Mato Grosso	2.414	2.280	2.097	1.972	1.727	1.348	1.294	924	876	1.212	1.128	956
Goiás	3.719	3.694	3.639	3.387	3.049	2.472	2.175	1.927	1.777	2.780	2.651	2.539
Distrito Federal	2.508	2.744	2.715	2.396	1.831	1.535	1.271	1.000	909	1.303	1.277	1.223
CENTRO-OESTE	9.867	9.886	9.643	8.864	7.641	6.317	5.586	4.515	4.135	6.253	6.070	5.717
TOTAL BRASIL	100.637	97.410	94.922	93.000	84.714	73.508	68.799	61.010	56.848	78.543	78.572	79.259

Fonte: CBIC (2017) e adaptado pela autora (2017)

Análise de dados relativos aos acidentes de trabalho

A partir daí, são enumeradas o total de acidentes no ano vigente de acordo com a base de acidentes históricos de acidentes do trabalho e o CNAE do MPS. Tal classificação corresponde a Divisão da Construção de Edifícios e a Classe de Construção de Edifícios (4120), conforme visto anteriormente e que podemos constatar na Tabela 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente.

Tabela 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Rondônia	217	205	163	145	168	185	119	99	57	132	142	133
Acre	78	66	94	101	104	77	42	25	51	76	65	31
Amazonas	345	659	756	694	444	416	384	324	170	271	218	199
Roraima	79	54	57	68	37	48	57	30	14	16	9	14
Pará	895	916	852	800	737	654	638	550	521	1.050	933	870
Amapá	85	111	84	47	29	30	28	29	20	39	51	33
Tocantins	123	109	90	86	97	108	93	73	49	930	1.111	204
NORTE	1.822	2.120	2.096	1.941	1.616	1.518	1.361	1.130	882	2.514	2.529	1.484
Maranhão	501	497	509	473	429	294	208	146	150	287	225	180
Piauí	639	607	483	379	299	249	230	124	183	227	229	149
Ceará	832	786	715	588	483	371	398	268	154	405	360	300
Rio Grande do Norte	437	444	487	406	320	277	310	231	169	309	265	188
Paraíba	463	426	382	349	219	209	162	147	70	161	166	154
Pernambuco	1.163	1.229	1.187	1.076	945	836	680	433	406	496	536	636
Alagoas	301	425	566	668	331	256	191	121	95	197	140	110
Sergipe	326	309	331	240	222	202	164	146	119	223	204	177

Bahia	1.054	1.241	1.517	1.625	1.371	1.240	942	701	593	1.346	1.247	1.176
NORDESTE	5.716	5.964	6.177	5.804	4.619	3.934	3.285	2.317	1.939	3.651	3.372	3.070
Minas Gerais	2.992	3.435	3.436	2.997	2.455	2.495	2.550	1.749	1.343	3.868	4.225	3.489
Espírito Santo	631	661	782	736	706	791	1.027	727	574	1.026	766	724
Rio de Janeiro	1.674	1.603	1.729	1.231	1.273	1.198	1.456	955	697	2.332	2.197	1.826
São Paulo	5.912	6.051	6.125	6.375	6.271	6.053	5.355	3.916	3.219	8.930	8.376	8.205
SUDESTE	11.209	11.750	12.072	11.339	10.705	10.537	10.388	7.347	5.833	16.156	15.564	14.244
Paraná	1.792	1.771	1.693	1.702	1.403	1.237	1.349	877	655	1.463	1.504	1.518
Santa Catarina	1.594	1.574	1.613	1.561	1.275	1.332	1.203	845	659	1.304	1.271	1.233
Rio Grande do Sul	1.470	1.658	1.579	1.606	1.498	1.591	1.471	1.017	857	1.983	2.467	2.405
SUL	4.856	5.003	4.885	4.869	4.176	4.160	4.023	2.739	2.171	4.750	5.242	5.156
Mato Grosso do Sul	273	282	406	439	234	266	382	201	124	298	339	290
Mato Grosso	490	547	514	464	366	397	340	230	95	317	378	359
Goiás	722	699	779	698	583	483	505	381	353	956	866	947
Distrito Federal	657	803	796	728	629	664	607	395	244	586	585	430
CENTRO-OESTE	2.142	2.331	2.495	2.329	1.812	1.810	1.834	1.207	816	2.157	2.168	2.026
TOTAL BRASIL	25.745	27.168	27.725	26.282	22.928	21.959	20.891	14.740	11.641	29.228	28.875	25.980

Fonte: AEAT Infologo – base de dados históricos de acidentes de trabalho do MPS (2014) e adaptado pela autora (2017)

Cruzamento dos dados relativos à quantidade de construção de edifícios e o número de acidentes

Por fim, podemos quantificar através do Índice de Acidentes de Trabalho por Quantidade de Construções de Edifícios (I), a partir dos dados anteriormente fornecidos pelo CBIC e INSS. E essa informação pode ser obtida através da divisão dos valores referentes ao Número de Acidentes de Trabalho Ocorridos Anualmente (N) e a Quantidade de Edifícios Construídos Anualmente (S), conforme a equação abaixo e identificação na Tabela 3 - Índice de acidentes de trabalho ocorridos anualmente / quantidade de construção de edifícios.

Equação 1 – Nº de acidentes por nº de edificações

$$I = N/S \quad [1]$$

Onde:

I : índice de acidentes de trabalho

N : número de acidentes de trabalho

S : quantidade de edificações construídas

Além disso, durante a obtenção das informações referentes aos acidentes, identificamos na Tabela 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente a possibilidade de aquisição da informação requerida em todas as UF e seus respectivos anos. Esta correspondência é determinada pelo período ao longo desses 12 anos.

Mais que isso, identificamos ao longo do estudo proposto que, existe um número significativo de acidentes com os trabalhadores expostos a essas construções de edifícios, como observado na Tabela 1 - Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – subgrupo construção de edifícios. E com isso, entendemos que tal motivo deve-se ao fato de que os referidos trabalhadores são vítimas dos acidentes na fase de construção inicial destas construções. E partindo deste princípio, o resultado, tem um aspecto importante para a identificação de uma informação mais fidedigna possível. Sendo assim, o estudo proposto tem o caráter de analisar os acidentes a nível nacional e dos Estados em que ocorreram significativas obras de construção de edifícios. A média utilizada foi a média aritmética ponderada, pois leva o peso de cada informação em consideração no cálculo, neste caso, a quantidade de construções de edifícios, trazendo assim uma média mais realista.

Tabela 3 - Índice de acidentes de trabalho ocorridos anualmente / quantidade de construção de edifícios

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	MÉDIA
Rondônia	0,23	0,26	0,22	0,19	0,26	0,30	0,21	0,18	0,10	0,23	0,22	0,23	0,22
Acre	0,16	0,13	0,20	0,22	0,25	0,18	0,11	0,08	0,16	0,29	0,24	0,17	0,18
Amazonas	0,69	1,30	1,53	1,46	1,02	0,93	0,89	0,96	0,48	0,57	0,45	0,41	0,90
Roraima	0,39	0,28	0,29	0,33	0,19	0,20	0,26	0,15	0,08	0,12	0,07	0,13	0,22
Pará	0,54	0,57	0,59	0,59	0,60	0,69	0,72	0,74	0,74	0,98	0,93	0,94	0,69
Amapá	0,35	0,47	0,42	0,21	0,14	0,16	0,14	0,20	0,15	0,20	0,27	0,16	0,25
Tocantins	0,13	0,13	0,11	0,11	0,13	0,18	0,19	0,17	0,12	1,71	2,17	0,38	0,40
NORTE	0,37	0,46	0,48	0,46	0,42	0,44	0,43	0,41	0,33	0,77	0,78	0,49	0,48
Maranhão	0,34	0,39	0,43	0,42	0,40	0,37	0,29	0,24	0,29	0,39	0,29	0,20	0,35
Piauí	0,41	0,44	0,39	0,33	0,28	0,27	0,28	0,19	0,29	0,32	0,37	0,23	0,33
Ceará	0,21	0,20	0,19	0,17	0,16	0,15	0,18	0,14	0,08	0,18	0,16	0,13	0,17
Rio Grande do	0,16	0,17	0,21	0,19	0,17	0,17	0,21	0,16	0,12	0,19	0,18	0,14	0,17

Norte													
Paraíba	0,15	0,15	0,14	0,15	0,11	0,15	0,13	0,13	0,07	0,12	0,12	0,10	0,13
Pernambuco	0,46	0,51	0,50	0,50	0,49	0,51	0,45	0,31	0,30	0,27	0,27	0,32	0,42
Alagoas	0,28	0,39	0,58	0,80	0,44	0,44	0,34	0,21	0,19	0,34	0,24	0,19	0,39
Sergipe	0,35	0,36	0,37	0,25	0,24	0,24	0,20	0,18	0,16	0,28	0,26	0,22	0,26
Bahia	0,27	0,33	0,42	0,46	0,44	0,45	0,38	0,31	0,29	0,43	0,41	0,36	0,38
NORDESTE	0,27	0,30	0,32	0,33	0,30	0,30	0,28	0,22	0,19	0,28	0,26	0,23	0,28
Minas Gerais	0,18	0,21	0,21	0,18	0,16	0,19	0,20	0,15	0,13	0,25	0,29	0,23	0,20
Espírito Santo	0,28	0,29	0,31	0,30	0,31	0,37	0,46	0,35	0,31	0,43	0,34	0,31	0,34
Rio de Janeiro	0,41	0,41	0,47	0,35	0,40	0,42	0,51	0,36	0,26	0,52	0,46	0,39	0,42
São Paulo	0,35	0,36	0,37	0,37	0,40	0,43	0,40	0,31	0,28	0,55	0,51	0,50	0,41
SUDESTE	0,28	0,30	0,31	0,29	0,29	0,32	0,33	0,26	0,22	0,42	0,41	0,37	0,32
Paraná	0,20	0,21	0,20	0,20	0,18	0,18	0,22	0,17	0,14	0,23	0,22	0,23	0,20
Santa Catarina	0,23	0,24	0,25	0,26	0,23	0,28	0,27	0,22	0,19	0,31	0,31	0,31	0,26
Rio Grande do Sul	0,17	0,20	0,19	0,19	0,19	0,24	0,23	0,19	0,17	0,27	0,34	0,32	0,23
SUL	0,20	0,21	0,21	0,21	0,20	0,23	0,24	0,19	0,16	0,27	0,29	0,28	0,22
Mato Grosso do Sul	0,22	0,24	0,34	0,40	0,23	0,28	0,45	0,30	0,22	0,31	0,33	0,29	0,30
Mato Grosso	0,20	0,24	0,25	0,24	0,21	0,29	0,26	0,25	0,11	0,26	0,34	0,38	0,25
Goiás	0,19	0,19	0,21	0,21	0,19	0,20	0,23	0,20	0,20	0,34	0,33	0,37	0,24
Distrito Federal	0,26	0,29	0,29	0,30	0,34	0,43	0,48	0,40	0,27	0,45	0,46	0,35	0,34
CENTRO-OESTE	0,22	0,24	0,26	0,26	0,24	0,29	0,33	0,27	0,20	0,34	0,36	0,35	0,27
TOTAL BRASIL	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,29
	6	8	9	8	7	0	0	4	0	7	7	3	

Fonte: autora (2017)

A partir das informações pré-estabelecidas e do cruzamento das mesmas, podemos identificar a problemática existente através da elaboração de gráficos em barra de colunas agrupadas, que tem como intuito comparar o valor da categoria acidente por quantidade de edifícios construídos no Brasil em duas situações: Estadual e Regional evidenciando a média nacional em cada gráfico.

Comparativo estadual do número de acidentes de trabalho por quantidade de edifícios construídos em relação ao Brasil

De acordo com os gráficos dispostos, os Estados da região norte caracterizam-se por apresentar um elevado índice de acidentes quando comparamos a pequena quantidade de construções de edifícios. Mais que isso, em determinados períodos ao longo desses 12 anos, o índice de acidentes de alguns Estados da região norte ultrapassa a média nacional.

A atenção especial deve ser voltada para o Estado do Amazonas na Figura 1, onde o mesmo apresentou durante doze anos a incidência de acidentes acima da

média nacional, ressaltando evidentemente que o referido Estado foi alvo de acidentes de trabalho.

Contudo, cabe ressaltar que analisando a região norte como um todo, se realizar uma proporção do número de acidentes de todos os Estados acima da média nacional, verifica-se que a região norte está aquém das outras regiões brasileiras, conforme veremos posteriormente.

A Figura 1 apresenta que o Estado do Amazonas é o Estado que têm os piores índices de acidente de trabalho em todo o País, sempre ultrapassou a média nacional ao longo desses 12 anos.

Figura 1 - Gráfico do Comparativo (AM) *versus* Média Nacional (BR)

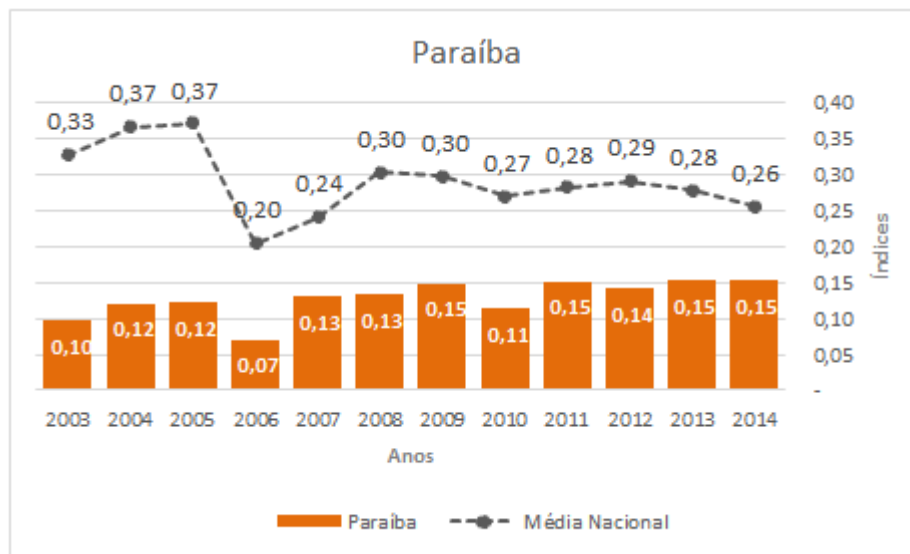


Fonte: A autora

A atenção especial vai para o Estado do Amazonas, onde obteve durante 8 anos os piores índices de acidentes de trabalho por quantidade de edificações construídas. E em contrapartida o Estado da Paraíba obteve o melhor índice juntamente com o Estado do Tocantins.

A Figura 2 ilustra que Estado da Paraíba nunca ficou acima da média nacional e está em 1º lugar com os melhores índices brasileiros nestes 12 anos analisados neste trabalho.

Figura 2 - Gráfico do Comparativo (PB) *versus* Média Nacional (BR)



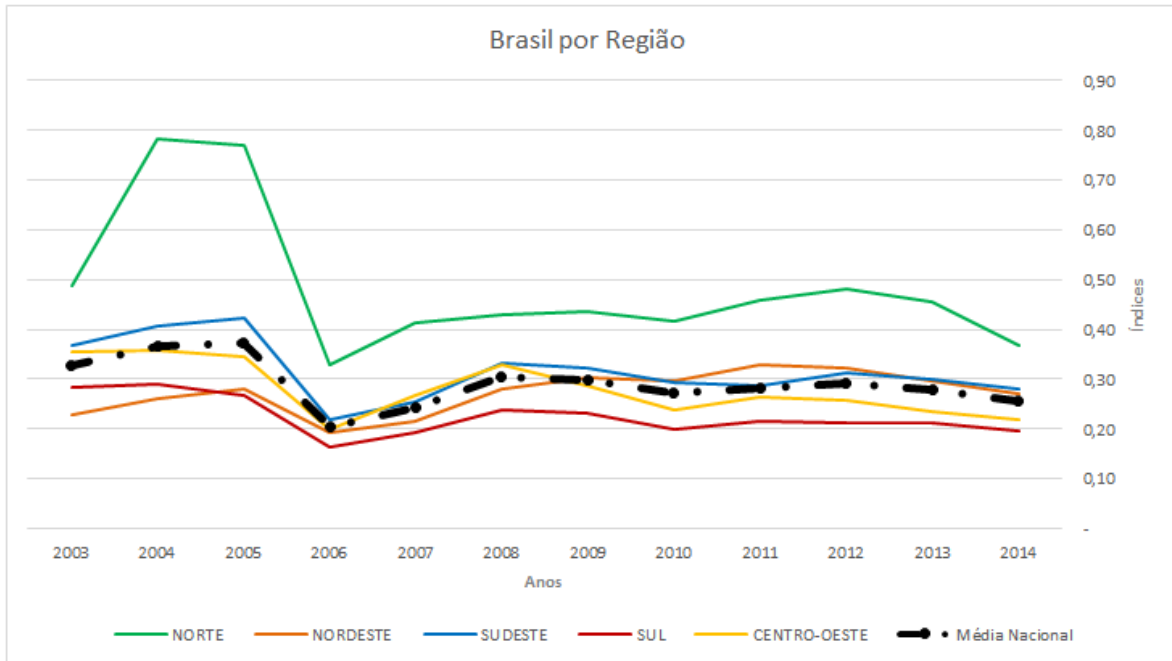
Fonte: A autora

Comparativo regional do número de acidentes de trabalho por quantidade de edifícios construídos em relação ao Brasil

Todas as regiões do Brasil têm características distintas, a região Centro-Oeste é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da região Norte. Uma peculiaridade dessa região é que ela não é banhada pelo mar. A **região Nordeste** é a segunda maior do Brasil em quantitativo populacional, porém a região Norte é a maior região em área territorial. Já a região Sudeste é o complexo regional do Brasil mais industrializado e o mais populoso, a região Sul é a menor entre as regiões brasileiras. As características regionais influenciam na atividade econômica de um País, é notório que a região Sudeste possui a maior quantidade de construções de edifícios, segundo a CBIC (2017). Em virtude disso, a seguir o comparativo das regiões pela média nacional.

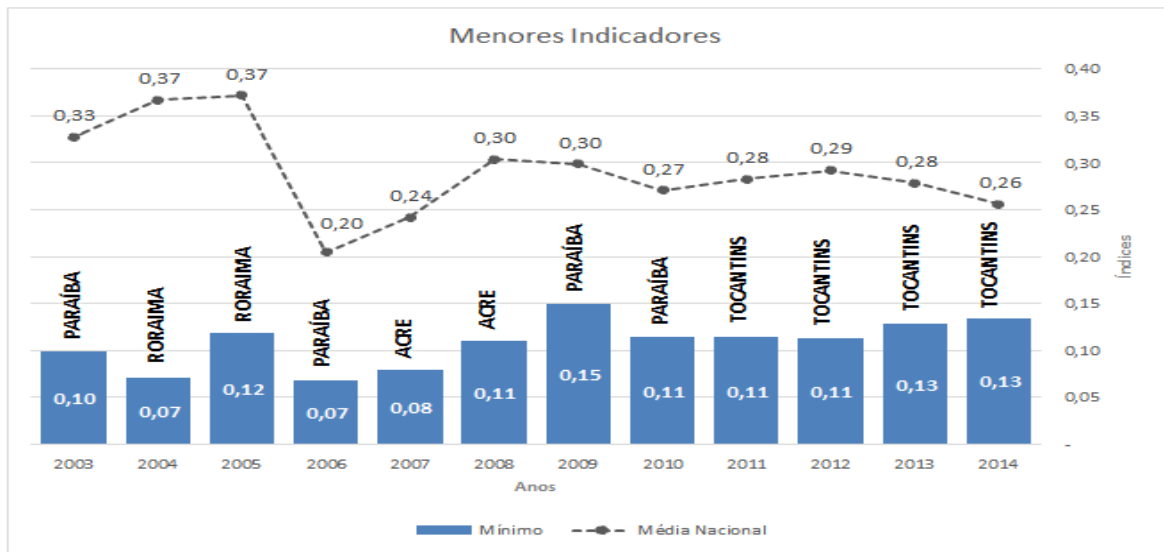
A Figura 3 é um comparativo entre as regiões do Brasil, pode-se observar que a região norte é aquela que obtêm os maiores índices de acidente do País, em 2004 e 2005 teve um pico no índice. E a região Sul nunca obteve os índices de acidentes acima da média nacional.

Figura 3 - Gráfico do Comparativo Brasil por Regiões *versus* Média Nacional (BR)



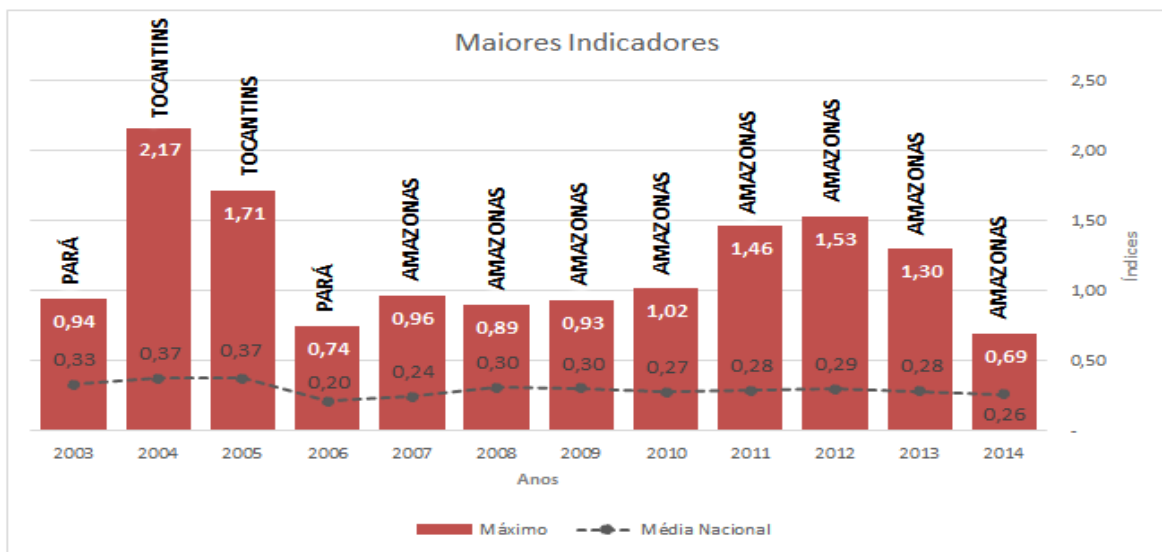
Fonte: A autora

Figura 4 - Gráfico dos Estados mais seguros dos 12 anos



Fonte: A autora

Figura 5 - Gráfico dos Estados menos seguros dos 12 anos



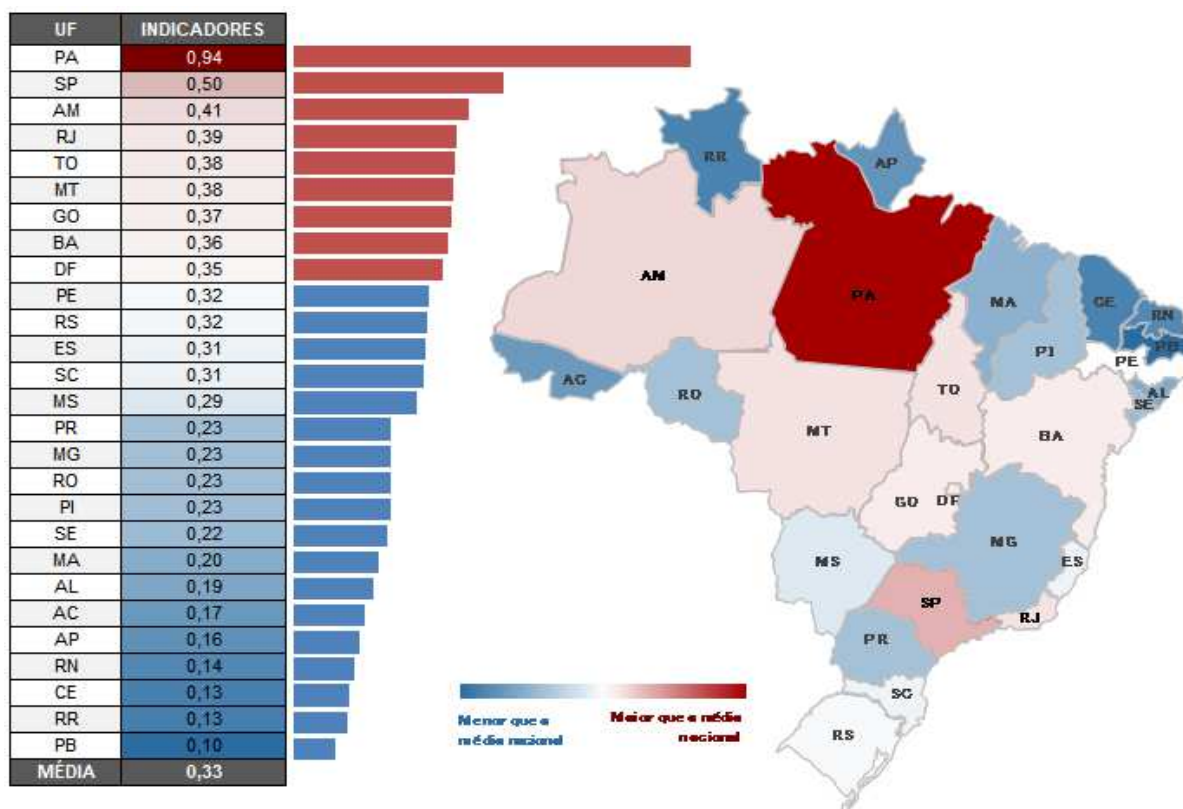
Fonte: A autora

Comparativo dos indicadores através de mapa do Brasil

Para uma melhor análise e visualização, foram distribuídos os indicadores no mapa do Brasil. Neste gráfico é possível identificar visualmente quais são os Estados que obtiveram os melhores e piores índices de acidentes de trabalho ao longo do período de 2003 até 2014.

A Figura 6 é um comparativo entre os Estados do Brasil no ano de 2003, pode-se observar que o Estado do Pará obteve um índice elevado e a média nacional neste ano foi 0,33.

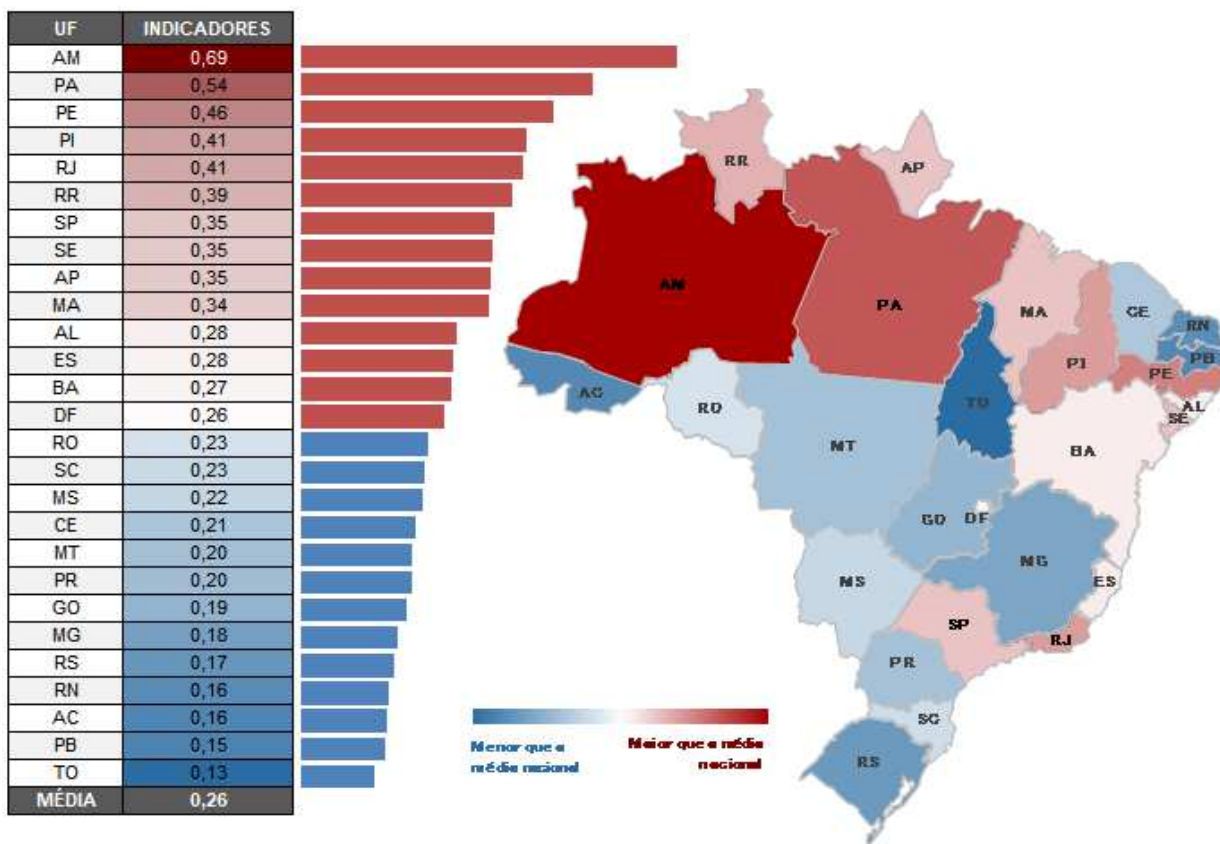
Figura 6 – Mapa do Brasil no ano de 2003



Fonte: A autora

A Figura 7 é um comparativo entre os Estados do Brasil no ano de 2014, pode-se observar que o Estado do Amazonas obteve um índice elevado e a média nacional neste ano foi 0,26.

Figura 7 - Mapa do Brasil no ano de 2014



Fonte: A autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados obtidos a partir dos gráficos dos indicadores, é possível observar que a Região Sudeste (SE) foi a região que obteve o maior crescimento na construção de edifícios, em especial o Estado de São Paulo, nos últimos anos, tendo o maior crescimento observado no ano de 2011.

Conclui-se que, a abordagem do assunto segurança do trabalho acerca dos acidentes nos canteiros de obra em especial a construção de edifícios nos Estados e regiões do País no período de 2003 a 2014, apresenta um quadro tão preocupante quanto aos diversos estudos que tratam a segurança do trabalho na construção civil de uma maneira generalizada.

Mais que isso, os estudos demonstraram que através da elaboração dos gráficos, identificou-se a problemática dos Estados da região norte visto de forma isolada, em especial o Estado do Amazonas. Levando-nos a reflexão que os investimentos em infraestrutura no decorrer dos 12 anos analisados não acompanharam a metodologia de segurança pelos diversos meios que fazem os acidentes se tornarem mínimos ou nulos. É válido ressaltar que a situação do Estado do Pará também é alarmante por apresentar um quadro semelhante. São Estados que ficaram por mais vezes acima da média nacional. No entanto, a região Sul é a única por apresentar todos os Estados abaixo da média nacional ao longo desses 12 anos.

Contudo, ao invés de analisar os Estados do País, e sim as regiões em que os mesmos estão inseridos através de comparação com o índice nacional, observa-se que a região sudeste só não está mais bem classificada que a região sul, porque possui o maior investimento na construção de edifícios, fazendo com que os índices sejam equilibrados.

REFERÊNCIAS

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9077: **Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro. 2001.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12721: **Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio** – Procedimento. Rio de Janeiro. 2006.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12722: **Discriminação de serviços para construção de edifícios – Procedimento**. Rio de Janeiro. 1992.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14280: **Cadastro de acidente do trabalho – Procedimento e classificação**. Rio de Janeiro. 2001.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 22301: **Segurança da sociedade — Sistema de gestão de continuidade de negócios — Requisitos**. Rio de Janeiro. 2013.
- ALLEN, Edward. **Como os edifícios funcionam: a ordem natural da arquitetura**. 1.ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fonte, 2011.
- AMANTE, Bianca, SILVA, Jéssica Godinho da. **Trabalho em altura na construção civil: benefícios e dificuldades de implantação das NR 18 e 35 na grande Florianópolis/SC**. 2017. 68f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade de Santa Catarina. Palhoça - Santa Catarina, 2017.
- ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18.001/2007 e OIT SSO/2001**. 2.ed. Rio de Janeiro. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2008.
- ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Normas regulamentadoras Comentadas Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. 6.ed. Rio de Janeiro. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2007.
- BARTOLOMEU, Tereza Angélica. **Modelo de investigação de acidentes do trabalho baseado na aplicação de tecnologias de extração de conhecimento**. Florianópolis, 2002. 301 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002
- BRASIL. Lei 6.367, de 19 de outubro de 1976. **Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6367.htm>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Banco de Dados - nº de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – Brasil, Regiões e UF.** Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/empresas-de-construcao/estabelecimentos-na-construcao>>. Acesso em: 03.mai.2017.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo.** 1.ed. São Paulo. Editora Disal, 2004.

Ministério da Previdência Social (MPS). **AEAT – Base de dados históricos de acidentes de trabalho.** Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>. Acesso em: 08.mai.2017.

Como citar: CARDOSO, Diogo da Silva, VIEIRA, Mauro Sérgio. *A Geografia dos Militares e seu Patrimônio Urbano: Um Estudo de Caso no Município do Rio de Janeiro (RJ, Brazil)*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

GEOGRAFIA

A GEOGRAFIA DOS MILITARES E SEU PATRIMÔNIO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ, BRAZIL)

POR: DIOGO DA SILVA CARDOSO⁴

MAURO SERGIO VIEIRA⁵

⁴ Doutor em Geografia (UFRJ). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no PPGG/UFRJ (PNPD/Capes). Professor convidado nos cursos de especialização em Educação Ambiental (Feuc) e nos MBAs em Gestão Cultural e Gestão de Museus (Ucam). E-mail: diogo_georeg@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Ciências Ambientais, pela Universidade Severino Sombra e Professor das Faculdades Simonsen (FIS). Email.: maurovieira@simonsen.br

A GEOGRAFIA DOS MILITARES E SEU PATRIMÔNIO URBANO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ, BRAZIL)

RESUMO: O objetivo deste texto é explorar o potencial paisagístico e patrimonial dos prédios, artefatos, sítios arqueológicos e outros bens tutelados e administrados pelo Exército brasileiro na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Dos bens de relevante interesse histórico às instalações e equipamentos construídos, sobretudo, no fim do século XIX e durante todo o século anterior, o Exército tem sob a sua guarda uma rede patrimonial densa cuja complexidade e desafio da sua gestão requer ferramentas e parcerias interinstitucionais e um diálogo profícuo com as comunidades locais e outros stakeholders para, dentro dos limites caros à territorialidade militar, integrá-los às ações de preservação e uso dos bens culturais. O texto está dividido em duas sessões: o primeiro, abordará a urbanização military na cidade carioca, com atenção especial para as zonas Norte e Oeste, que compreendiam a zona rural, o Sertão Carioca, segundo o renomado escritor Magalhães Corrêa. A segunda parte destacará as áreas e instituições do Exército que atuam diretamente sobre os bens culturais em discussão. Com este pequeno artigo, pretende-se ressaltar a importância do Exército como instituição vital para a manutenção desse valioso acervo da história territorial fluminense, e os problemas inerentes a esse contexto socioinstitucional e especial, donde o Exército cumpre, simultaneamente, um papel social e uma estratégia particular de salvaguarda e poder do Estado.

THE GEOGRAPHY OF THE MILITARY AND ITS URBAN PATRIMONY: A CASE STUDY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (RJ, BRAZIL)

ABSTRACT: The purpose of this text is to explore the potential landscape and patrimonial of the buildings, artifacts, archaeological sites and other assets protected and administered by the Brazilian Army in the city of Rio de Janeiro (RJ). Of the assets of relevant historical interest to the facilities and equipment built, above all, at the end of the 19th century and throughout the previous century, the Army has a dense patrimonial network under its control whose complexity and management challenge requires interinstitutional tools and partnerships. a meaningful dialogue with local communities and other stakeholders, within the limits of military territoriality, to integrate them into the actions of preservation and use of cultural assets. The text is divided into two sessions: the first one will address the military urbanization in the city of Rio de Janeiro, with special attention to the North and West zones, which comprised the rural area, Sertão Carioca, according to the renowned writer Magalhães Corrêa. The second part will highlight the areas and institutions of the Army that act directly on the cultural goods under discussion. This short article aims to emphasize the importance of the Army as a vital institution for the maintenance of this valuable collection of the history of Rio de Janeiro, and the problems inherent to this socio-institutional and special context, where the Army fulfills simultaneously a social role and a particular strategy of safeguarding and power of the State.

Introdução

As Forças Armadas integram a sociedade e participam da sua estruturação e reprodução não somente em termos militares, propriamente ditos. Pela alta complexidade característica da modernidade, as organizações militares encontram-se, simultaneamente, em sintonia e conflito com outros eixos e dinâmicas estruturantes das sociedades contemporâneas (BECK, 2010; GIDDENS, 1991). Sendo assim, a competência geográfica desses poderes vai além da produção bélica, dos quartéis, dos exercícios militares e dos desfiles de tropas em datas comemorativas nacionais: a ampla capacidade e capilaridade dessas instituições permitem-lhes intervir no planejamento, urbanização e ordenamento territoriais.

Em alguns lugares, as Forças Armadas chegam ao ponto de definir a rotina, o trânsito e outras questões do cotidiano local, sendo a cidade do Rio de Janeiro, nesse aspecto, um caso emblemático tanto pelas áreas e patrimônios militares incorporados à paisagem e ao imaginário cariocas, como pelas intervenções *in loco* recorrentes nos últimos anos⁶.

A abordagem convencional das ciências humanas julga a ordem militar como um conjunto de dispositivos reacionários, autossegregados, violentos, em suma, incompatível com a era atual que, assim se entende, é uma era pós-moderna, pós-industrial/fordista e de radicalização da democracia liberal.

Reflexo dessa posição política e intelectual está no fato de as instituições militares serem apenas um adendo nos debates (ditos) profundos sobre as características da modernidade e suas instituições. Todavia, há autores notáveis que fogem a essa regra, conseguindo mostrar que as instituições militares são dispositivos e arranjos que não se segregam da vida social, mas que espiralam pela sociedade de distintos modos: pelo imaginário, pela memória institucional e dos seus correligionários e admiradores, pelas festividades nacionais, pelo auxílio nas políticas de segurança, pelos acordos de cooperação técnico-científica etc.

Nos anos 80 e 90, o sociólogo Anthony Giddens afirmou ser o poder militar

⁶ Referimo-nos tanto à fase da Ditadura Militar (1964-1984) como às ações pontuais realizadas nas últimas décadas para auxiliar na segurança de megaeventos (Jornada Mundial da Juventude 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016), garantir a ordem pública (GLO) ou intervir num estado federados – como no recente decreto de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto n. 9.288, de 16 de fevereiro de 2018).

uma dimensão constitutiva da modernidade e da globalização (GIDDENS, 1991), e não um simples adendo das outras dimensões institucionais (industrialismo, capitalismo, sistemas de vigilância). Giddens trouxe o militarismo para o seio da sua refinada teoria da estruturação (GIDDENS, 2001, 1995, 1991), de agora em diante tentando esclarecer o papel delas na configuração das sociedades contemporâneas, incluindo os seus mecanismos de reprodução e de articulação com outros poderes. Há aqui um paralelo com a noção de “sociedade de risco” defendida por outro sociólogo, Ulrich Beck (2010).

No contexto brasileiro, pesquisadores (principalmente da região Sudeste) têm reavaliado a postura crítica e antagonista da academia não só em relação às Forças Armadas, mas aos poderes militares como um todo (polícia militar, polícia civil, bombeiros). São autores que optaram por transitar por temas militares até então inéditos (CASTRO, 2015; Lopes, 2015; SENRA, LORENÇO & LAURO, 2012; MOREIRA, 2011), vistos como tabu; e romperam com preconceitos e vícios institucionais para estabelecer um diálogo mais franco com agentes de distintos postos da hierarquia militar. Isso vale também para outras organizações militares como polícia militar (MIRANDA, FREIRE & PAES, 2008; CARUSO, MORAES & PINTO, 2006), polícia civil (CARDINELLI, 2014; NASCIMENTO, 2010), bombeiros (MATA, PIRES & BONFATTI, 2017; FRUTOS & VERGESI, 2008) e os órgãos de gerência da segurança pública (VASCONCELOS, 2017; MIRANDA, 2014).

Entre os geógrafos, Filipe Ribeiro (2015, 2010) e Nelson Fernandes (2006) despontam como referências em pesquisas sobre geografia militar. Mais que um rótulo, “geografia militar” refere-se a um campo vasto de empreendimentos e territorialidades cuja análise não se atém à lógica funcional da hierarquia militar ou das regras morais e códigos de conduta que regem as relações entre militares e destes com a sociedade em geral.

No próximo capítulo, far-se-á um breve comentário sobre a espacialidade das unidades militares na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Por que a escolha da Zona Oeste? Por ser a região que mais abriga instalações militares em todo o Estado. De Deodoro à Santa Cruz, a quantidade de quartéis, áreas restritas e estabelecimentos de suporte à atividade definem esta região como uma área estratégica para as organizações militares, um território cuja presença e ingerência das três instituições é um indicador não só da sua importância militar, mas das inter-

relações, especificidades e implicações (MASSEY, 2008) na vida social dos bairros em relevo. O terceiro capítulo se desdobra num relato geo-histórico dos empreendimentos do Exército Brasileiro (EB) que marcam a paisagem local, e a política institucional do EB⁷ para preservar e divulgar os bens culturais e ambientais sob sua tutela e administração.

As unidades militares na paisagem urbana carioca. Uma cidade-militar? Uma cidade conectada por quartéis?

O título deste tópico foi pensado para criar, ao mesmo tempo, uma ponte e um contraponto às análises vigentes sobre a cidade do Rio de Janeiro. Tais análises ora sublinharam as dinâmicas e processos urbano-territoriais intensificados nas últimas duas décadas⁸, ora se resvalam nos aspectos imagético-discursivos⁹ de uma cidade cuja elite, desde o século passado, pretende consolidar a imagem de cidade turística, cidade da indústria criativa e entretenimento. O slogan para todos esses predicados é o já batido “Cidade Maravilhosa”. Porém, para uma análise radical da cidade, convém fugir dos rótulos e estereótipos criados para fins diversos, reorientando o “olhar” para as dinâmicas e processos que definem de fato as relações espaciais na metrópole carioca.

Em relação à Zona Oeste, sua estruturação ocorreu nos últimos tempos, cuja transição do Sertão Carioca (Corrêa, 1936) para a atual designação / configuração regional tem sido objeto de estudos (Weyrauch, 2015; Santos, 2011) que visam demarcar a períodos e eixos dessa transformação.

Em um breve passeio pela Zona Oeste, seja pela Avenida Brasil ou pela linha

⁷ Site do DPHCEX com informações sobre a política cultural e patrimonial do EB: <<http://www.dphcex.eb.mil.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

⁸ Sobre os autores que trabalham com abordagens empiristas e materialistas, ver as publicações do Observatório das Metrópoles sobre as transformações espaciais recentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: <<http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

⁹ Ao contrário do Observatório das Metrópoles, não há um grupo do porte deste que analise os aspectos imateriais e representacionais da cidade. Os núcleos de pesquisa são pequenos, dispersos e majoritariamente influenciados pelos Estudos Culturais. Cito dois núcleos com perspectivas antagônicas – o primeiro, conservador e pautado no discurso hegemônico do “modo de vida” carioca; o segundo, de postura esquerdista-libertária e focado nas culturas marginalizadas, de periferia – em relação aos processos culturais na urbe carioca: <<https://neghario.wordpress.com>>. Acesso em: 20 dez. 2017; <<http://www.eco.ufrj.br/index.php/pesquisa/pacc>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

férrea, certamente se deparará com uma ou mais instalações das Forças Armadas. Geograficamente, a Zona Oeste tem a seguinte divisão espacial das instalações: região de Realengo abriga instalações do EB; as regiões de Campo Grande e Guaratiba concentram unidades da Aeronáutica e da Marinha; por fim, na região de Santa Cruz, as unidades do EB e da Aeronáutica ocuparam edificações de elevado valor histórico, arquitetônico e paisagístico, são eles: sede da Fazenda de Santa Cruz, hoje Batalhão Villagran Cabrita (B ES ENG); e Hangar do Zeppelin, hoje sob a gerência da Base Aérea de Santa Cruz (BASC).

Figura 1: Sede da Fazenda de Santa Cruz. Em destaque na imagem, o marco imperial de delimitação da Fazenda (1822). Link: <https://goo.gl/VUJ4rC>



Figura 2: Hangar do Zeppelin. Link: <https://goo.gl/zmGXoj>



Como um contraponto às análises convencionais sobre a história da cidade do Rio de Janeiro – que negligenciam sistematicamente a Zona Oeste e destacam os

mesmos aspectos e lugares –, levando a uma banalização da história local, optamos por fazer uma brevíssima indicação de como as unidades militares poderiam ser inseridas nos novos estudos e pesquisas. Trata-se de um projeto não só para as Forças Armadas, mas para outras organizações de cunho militar/securitário (Polícia Militar, Bombeiros, empresas de segurança privada). Tem que se levar em conta o processo que levou a cidade ao atual estado de insegurança social e militarização urbana. A institucionalização da violência por meio do incremento das instituições e arsenais dos poderes militares revela parte do fenômeno urbano desenrolado na cidade carioca.

Se autores como Carlos Vainer (2010) – Rio de Janeiro como cidade-empresa – e Ronaldo Carvalho (2004) – Rio de Janeiro como cidade conectada por túneis – propõem novos olhares sobre a cidade a partir do imaginário e da sua materialidade urbanística, nós lançamos uma pergunta no mesmo diapasão: com a abundância de instalações, equipamentos e agentes militares em toda a extensão da cidade, não seria o Rio de Janeiro uma cidade-militar(ista)? E mais: assim como a ideia levantada por Ronaldo Carvalho a respeito da importância dos túneis na formação territorial e viabilização da mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro, esta mesma cidade não seria também uma cidade conectada por quartéis (em sentido *lato sensu*), sendo essa unidade espacial, esse objeto técnico e espacial (SANTOS, 1996), um dos fatores mais expressivos na produção da cidade carioca; e em interligá-la com outras cidades, regiões e instâncias governamentais.

Esse é apenas o primeiro passo, pois do Forte do Leme (Copacabana) ao Morro do Radar em Sepetiba, do 1º Batalhão de Polícia do Exército (Tijuca) ao 9º Batalhão localizado em Realengo, da Vila Militar ao complexo militar tripartido da Restinga da Marambaia¹⁰, há um mar de situações espaciais a serem investigadas sob o prisma da Geografia. Politicamente, é um avanço nos estudos e pesquisas sobre o processo de metropolitização do Rio de Janeiro. Em termos culturais, relativiza as concepções e imagens usuais sobre a cidade, sugerindo que aprofundemos a abordagem por um viés mais realista e focado em instituições como as das Forças Armadas, que são um componente vital no ordenamento e dinâmica social de determinados bairros.

¹⁰ Ver o mapa em: <<https://goo.gl/EXnng7>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Um percurso pelas áreas militares dos bairros da Zona Oeste carioca que sofreram influências na sua criação e posterior urbanização.

A cidade do Rio de Janeiro, desde a segunda metade do Séc XIX, vem se tornando um grande centro de ocupação dos efetivos militares. Este movimento obrigou que procedimentos relativos à infraestrutura, da modernização, profissionalização e sobretudo o ensino pudessem modificar o cenário da época proporcionando grandes mudanças.

Neste contexto, a transferência da Escola Militar para Realengo, alavancaria o bairro, sendo este fator aquele que mãos modificou e configurou o espaço urbano do bairro. Realengo passou por um processo de desenvolvimento singular e significativo que viria a transformar o bairro, de um povoado agrícola em uma localidade militar, residencial e industrial (Fridman, 1999).

Nos três períodos brasileiros fundamentais, Colônia, Império e República, as maiores frações do efetivo militar concentravam-se no Rio de Janeiro, fazendo deste modo um grande fatiamento urbano, criando áreas que mais tarde iriam se transformar em bairros da Zona Oeste.

Noronha Santos (1934) pontua quatro importantes momentos conhecidos como pontos de hospedagem. O primeiro, na localidade chamada Campinho, próximo de onde é o bairro de Madureira; o segundo, no Realengo do Campo Grande; o terceiro, na Venda do Santíssimo; e o quarto na Fazenda do Mato de Paciência. Essas localidades foram absorvendo o modelo urbanístico característico dos séculos XIX e XX, constituindo os atuais bairros de Campinho, Madureira, Magalhães Bastos, Campo Grande, Santíssimo, Paciência e, com uma paisagem militar muita expressiva e peculiar, os bairros Vila Militar, Realengo e Santa Cruz. Estes três últimos bairros são referência em termos de projetos urbanísticos nos quais instalações militares foram a peça-chave do planejamento e ordenamento internos¹¹.

A demanda de ocupação destes bairros exigia a execução de diversas obras de interesses militar, da instrução militar e infraestrutura. Construção de quartéis, vilas

¹¹ Em Santa Cruz, temos o Batalhão de Engenharia Villagran Cabrita, que aproveitou o edifício sede e área adjacente arredores da outrora Fazenda Nacional de Santa Cruz. Em realengo, temos várias unidades criadas durante o século XX (9º Pelotão de Polícia do Exército, EsIE, a extinta Fábrica de Cartuchos). E a Vila Militar, foi um bairro planejado desde 1904 exclusivamente para abrigar unidades, equipamentos e regimentos do Exército, sendo um bairro genuinamente militar(ista).

militares, campos de tiro e instrução, depósitos, armazéns de munição e guarda de armamentos. (Fridman, 1997). Criava-se em 1898, durante a República, a Fábrica do Realengo, que viria a atribuir ao bairro uma importante referência política e militar. Em 1900 a fábrica se fundiria ao Laboratório Pirotécnico do Campinho, sendo agora denominado Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra. Passou este importante polo político-militar por outros nomes até que, em 1940, voltou a se chamar Fábrica do Realengo; porém, teve nas suas atividades importante evolução e potencialização dos processos, eminente exigência e demanda da época.

Em Realengo instalava-se, em 1905, a Escola Militar depois de transferir-se da Praia Vermelha e, entre 1913 e 1944 funcionava com foco na Instrução Militar, período pelo qual passou por uma grande modernização do ensino.

Figura 3: Escola Militar de Realengo. Link: <http://www.aman.ensino.eb.br/> - acesso em: 14 fev. 2018.



Paralelo ao ensino, instalava-se toda a infraestrutura necessária ao funcionamento da Escola, transbordando para as áreas vizinhas, a ocupação por demanda (MAGALHÃES, 1998). Em 1908, um antigo espaço denominado Fazenda Sapopemba perdeu território para a Vila Militar em Deodoro. Na continuidade do processo, em 1910, o Ministério da Guerra faz aquisições de terrenos próximos à Fazenda dos Afonsos que, de igual forma, cede espaço para a Escola de Aviação Militar, núcleo da Força Aérea Brasileira. Neste cenário, sedimentava-se a integração literal entre pessoas, política e necessidade de capacitação e desenvolvimento, deixando evidenciado o efeito do ambiente nas ações dos indivíduos, pela sua

possibilidade de propiciar sentido, identidade, situação social, econômica e cultural. Acrescenta-se ainda, a dimensão temporal, conforme afirmam Moser & Uzzell (2003): “Os lugares têm um passado que contribui para a sua interpretação atual, e um futuro que é suscetível de nos guiar em nossas ações por meio de nossas representações antecipatórias”.

A presença militar, originalmente em Realengo, influenciou os espaços urbanos, constituindo por exemplo, inúmeros logradouros, monumentos e memoriais, cujas homenagens trouxeram nomes ligados à República, como por exemplo: Marechal Marciano, Marechal Falcão da Frota, Marechal Modestino, general Sezefredo, general Raposo, capitão Teixeira entre outros. Conseqüentemente, a região experimentava, em relação a nomenclatura de bairros, uma redenominação das localidades face à reestruturação espacial em curso, o que indica o paulatino abandono das feições rurais e do imaginário do Sertão Carioca (CORRÊA, 1936) em direção a feições mais “urbanas” e ao atual imaginário da “Zona Oeste”, um imaginário de *devir*, isto é, de uma região ainda a definir a sua identidade e funcionalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com isso, a antiga Fazenda dos Afonsos tornou-se o bairro Marechal Mallet; a grande Fazenda Sapopemba que englobava vasta propriedades, cedeu parte da sua área transformando-se nos bairros de Marechal Deodoro e Coronel Magalhães Bastos e nos limites da área urbana um novo bairro proletário surgiu com o nome do marechal Hermes da Fonseca. Entende-se que a intenção proeminente seria a de perpetuar a memória de personagens históricos, ênfase na coerção política exercida sobre a sociedade brasileira do início do século XX, buscando o patriotismo e consolidar a República.

Os bairros vizinhos como Bangu, Santíssimo, Senador Camará, Campo Grande tiveram em suas dinâmicas de crescimento as influências diretas da Escola Militar e da Fábrica de Realengo. Adaptaram-se e reorganizaram-se para estarem alinhados com os novos tempos e necessidades da época, sustentados nas memórias, bens culturais, conhecimentos e registros do passado. (Pesavento, 1995)

Estudar a dinâmica que as forças armadas como instituição, impuseram nos processos de formação, ajustamento e modificação dos bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, constitui-se um processo multifacetado que justifica amplamente a pesquisa dos processos que ocorreram nos modelos de urbanização da época. O

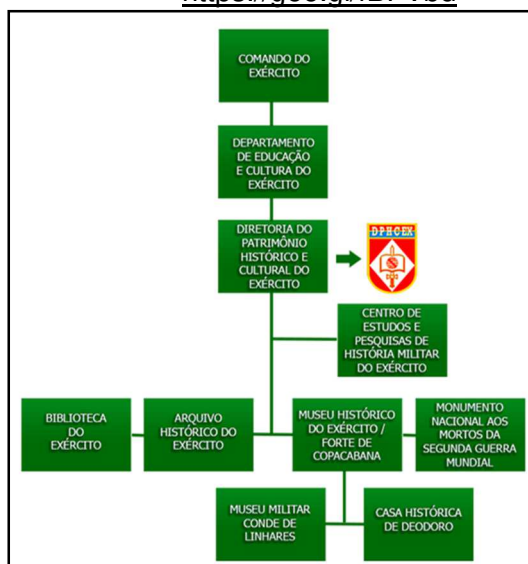
ambiente, que se denomina pelo seu espaço geográfico (ISNARD, 1985) e pelas denominações e fronteiras socialmente estabelecidas (um bairro, por exemplo), é um universo riquíssimo de pesquisa. Nos bairros da Zona Oeste, as Forças Armadas tiveram uma influência direta na complexidade que fez parte das transformações da sociedade e do território carioca que transbordaram para outras escalas (Fernandes, 2006), incluindo a escala nacional.

Na evolução dos processos que desencadeariam uma série de motivações organizacionais e controle, o EB promove uma transformação lenta e progressiva que se caracterizava por um serviço que mais tarde viria a ser uma diretoria criada com o fim de promover controle e uma sistematização dos bens públicos da União. Em 1946, foi criada a Diretoria de Obras e Fortificações. Suas atribuições se originariam em manter as estratégias militares arraigadas juntamente com o crescimento urbano e populacional mediante as atividades nos bairros nas quais havia essas influências.

Em 1971, a partir do Decreto 68.273, extingue-se esta Diretoria para dar origem à Diretoria de Patrimônio – D Patr. No mesmo momento em que a sede é transferida para Brasília, mas cabe aos Comandos Militares de Áreas, neste caso o Comando Militar do Leste – CML, prover uma subsecretaria que mantinha as determinações da Diretoria em Brasília.

Como as interações com a população cresciam e com elas apelos e necessidades culturais que se inter-relacionariam com o Exército – Órgãos Institucionais e População, em 1973 é criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), cujas atribuições seriam além de elaborar planos culturais, propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio material e intangível do EB.

Figura 4: Subordinação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Link: <https://goo.gl/fBFVbd>



Com o Departamento de Educação e Cultura do Exército e sua respectiva Diretoria, aplicam-se tarefas importantes para a salvaguarda e promoção dos seus ativos patrimoniais. Em sua pasta, o DPHCEX possui nada mais nada menos que dezessete atribuições¹²:

Vê-se com elas uma relevância ímpar do DPHCEX na estrutura hierárquica do EB. Ele responde tanto pelo funcionamento das instituições culturais do EB (Museu Militar Conde de Linhares, Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército, Memorial Villagran Cabrita) como pelo planejamento, fomento e fiscalização de todo o Sistema Cultural do Exército (SCEX). Esse sistema compreende tudo o que está alinhado com a proposta de política cultural e patrimonial do EB, incluindo o diálogo e cooperação técnico-científica com outros stakeholders.

Atualmente, o EB está alinhado com as tendências de manterem-se vivas as memórias que caracterizaram uma época em que suas influências nortearam o crescimento dos bairros do eixo Deodoro-Santa Cruz. Em toda a extensão do Oeste carioca, dos equipamentos poliesportivos de Deodoro ao Batalhão Villagran Cabrita de Santa Cruz, o EB foi um dos dispositivos de difusão do desenvolvimento local, seja por atrair jovens e adultos para os seus postos de trabalho, seja por promover políticas

¹² 1. Supervisionar as atividades e eventos do Sistema Cultural do Exército (SCEX).2. Propor normas para a preservação, utilização e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural (material e imaterial) de interesse do Exército.3. Controlar e coordenar as atividades referentes à catalogação, controle e difusão dos bens materiais que compõem o acervo cultural do Exército.4. Cooperar com o Sistema de Ensino, na busca da elevação do nível técnico-profissional e cultural dos quadros.5. Elaborar o Plano Trienal de Atividades Culturais do Exército, bem como supervisionar sua execução.6. Propor convênios e/ou parcerias com a finalidade de melhor aproveitamento, conservação e funcionamento dos museus, bibliotecas e sítios históricos sob jurisdição do Exército.7. Ligar-se com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).8. Prestar assistência técnica e normativa às atividades de preservação, conservação e restauração de bens culturais.9. Ligar-se com o Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico Nacional (IPHAN) e do Departamento de Museus (DEMU), e com outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para tratar de assuntos culturais.10. Supervisionar as atividades culturais do Exército por meio dos indicadores de desempenho, propondo medidas e/ou documentos normativos, quando for o caso.11. Planejar a distribuição dos recursos financeiros destinados a serem empregados nos projetos e atividades de interesse cultural do Exército.12. Ligar-se com o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEX) para as ações de planejamento e coordenação das atividades que envolvam as áreas de Cultura e Comunicação Social.13. Estimular a elaboração de projetos e a programação de atividades e eventos a serem desenvolvidos pelas Organizações Militares e pelos órgãos do Sistema Cultural do Exército.14. Apreciar as propostas de projetos de criação ou alteração de espaços culturais do Exército, encaminhando-os ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) para aprovação.15. Interagir, prioritariamente, com a Fundação Cultural Exército Brasileiro, para viabilizar o apoio a projetos e atividades culturais de interesse da Força, utilizando-se de sua capacidade de captação e de gerenciamento de recursos.16. Controlar a execução de projetos e atividades culturais de interesse do Exército.17. Planejar e executar simpósios ou seminários sobre assuntos culturais, com vistas ao fortalecimento do Sistema Cultural do Exército.

estruturantes e ações que, no decorrer do século passado, levaram a região à sua configuração atual. Há uma configuração característica de área de subúrbio influenciada pela ordem militar, com vilas residenciais, clubes, áreas comerciais com lojas de aparatos e acessórios militares e áreas de controle militar¹³ localizados em áreas amenas e privilegiadas da região.

Conclusões

O organograma do DPHCEX (Figura 4) ilustra e corrobora o caráter intrínseco e capital da memória e do patrimônio cultural para a legitimidade e representação do Exército junto à outras esferas e à sociedade como um todo. Em termos práticos, a preocupação do EB com o patrimônio cultural e ambiental inserido em suas áreas jurisdicionais, reflete um processo mais amplo de institucionalização da memória nas sociedades modernas. Para sociedades altamente complexas e focadas no aperfeiçoamento organizacional das instituições e dos indivíduos, é um caminho comum e, para as Forças Armadas, não foge à regra. Para o DPHCEX e suas entidades subordinadas, o mecanismo acima exposto objetiva ao menos três pontos: 1) estabelecer lugares de memória (NORA, 1993) para revigorar a imagem do EB; 2) dar um rosto mais humano a essa instituição; 4) e fazer uma criteriosa seleção daquilo que deve ser lembrado e do que deve ser posto no halo do esquecimento (POLLAK, 1989). Enquanto paralelamente as atividades operacionais e acisos, caracterizadas pelas ações cívicos-sociais, agora alinhadas com os processos que venham fortalecer os laços culturais que tornaram o EB uma instituição marcada pela hegemonia tradicional, preocupam-se as autoridades militares, na disseminação dos valores que trouxeram aos bairros da zona oeste uma marca registrada e pontuada pelas tradições que desde outrora constituem-se arraigadas no modelo de ocupação e expansão territorial, além do acervo cultural e patrimonial controlados.

¹³ Um tema amplo e empiricamente extenso que será abordado em artigos futuros, a partir de novas pesquisas empreendidas pelos autores deste texto.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm>>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.
- FRIDMAN, Fania. As propriedades públicas no Rio de Janeiro. America Latina en la Historia Económica. Mexico, v. 7, p. 49-71, jan./jun. 1998.
- Isnard, Hildebert. O espaço do geógrafo. Annales de Géographie, Mars-Avril. pp. 258-259, 1985.
- MAGALHÃES, J.B. A evolução militar no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- MASSEY, Doreen. Pelo espaço..... Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOSER, G., & Uzzell, D. (2003). Environmental psychology. In T. Millon & M. J. Lerner (Eds.), Comprehensive handbook of psychology. Vol. 5: Personality and social psychology (pp. 419-445). New York: John Wiley & Sons.
- NORONHA SANTOS, Francisco. Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1934.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 279-290, 1995. Disponível em < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf>> [24]. Acesso em 28 de janeiro de 2018.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____ <http://www.dphcex.eb.mil.br/> acesso em 13 de fevereiro de 2018.
- _____ <http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/d-patr>, acesso em 13 de fevereiro de 2018.
- _____ <http://www.cml.eb.mil.br> , acesso em 13 de fevereiro de 2018.

Como citar: ABOUD, Gabriel Martins. *O desenvolvimento agrícola e demográfico do território europeu na idade média, com a contribuição da igreja católica através dos monges*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

**O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DEMOGRÁFICO DO
TERRITÓRIO EUROPEU NA IDADE MÉDIA, COM A
CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATRAVÉS DOS
MONGES.**

POR: GABRIEL MARTINS ALVES ABOUD¹⁴

¹⁴ Formado em Licenciatura em Geografia pelas Faculdades Integradas Simonsen.

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DEMOGRÁFICO DO TERRITÓRIO EUROPEU NA IDADE MÉDIA, COM A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATRAVÉS DOS MONGES.

RESUMO: Este artigo irá relatar sobre as causas que levaram o desenvolvimento agrícola e demográfico do território europeu, na árdua idade média, apresentando seus responsáveis e as principais técnicas que foram utilizadas para isso. Ainda assim, fará um recorte mais específico da região pantanosa de Southampton na Inglaterra, mostrando como se deu a mudança drástica do cenário biogeográfico¹⁵ da região através de equipamentos e métodos realizados por monges beneditinos aviltados¹⁶.

Apresentará também brevemente características dos despojados religiosos que de maneira imprevisível e peculiar conseguiram desenvolver de formar afortunada, realizando uma mudança positiva na população absoluta da região.

PALAVRAS CHAVES: Demografia, Monges, Desenvolvimento agrícola, Idade média, Igreja católica.

¹⁵ estudo das relações entre a distribuição das espécies de seres vivos e as características climáticas e geológicas das regiões geográficas.

¹⁶ Que foi desmoralizado; que sofreu algum tipo de humilhação; desonrado.

THE AGRICULTURAL AND DEMOGRAPHIC DEVELOPMENT OF THE EUROPEAN TERRITORY IN THE AVERAGE AGE WITH THE CONTRIBUTION OF THE CATHOLIC CHURCH THROUGH MONG.

ABSTRACT: This article will report about the causes that led to the agricultural and demographic development of the European territory, in the arduous middle ages, presenting their responsible and the main techniques which were used for this. Moreover, it will make a more specific cut of the marshy region of Southampton in England, showing how the drastic change in the biogeographical scenario of the region occurred through equipment and methods performed by demeaned Benedictine monks.

It will also briefly present characteristics of religious detainees that in an unpredictable and peculiar way have managed to develop a fortunate formation, making a positive change in the absolute population of the region.

KEYWORDS: Demography, Monks, Agricultural development, Middle Ages, catholic church

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento agrícola da Europa, como consequência da colaboração da igreja católica através dos monges beneditinos.

Esse trabalho usará como referência fundamental autores de renome e especializações nos temas medievais, que dedicaram seu tempo em buscar o maior número de informações a respeito, além de escritores geógrafos que apresentam informações conceituais sobre a identificação física dos territórios e sobre as técnicas agrícolas utilizadas no dado momento.

Dantas, Aldo; Silva, Rosana; Medeiros, Sara Raquesl Fernandes Queiroz, 2018, em seu livro “Geografia Agrária, apresenta os diversos momentos da evolução da agricultura, que surge com a fixação do homem em territórios. Abandonando o nomadismo¹⁷ e procurando se estabelecer e sobreviver, formando uma sociedade organizada, capaz de produzir seus próprios alimentos até a era capitalista de comercializar com outros povos.

“A agricultura é uma atividade milenar que passou por várias transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, vale destacar um pouco da evolução histórica que envolve o percurso da agricultura e dos atores sociais nela envolvidos.” (Dantas, Aldo, 2011, P.10)

O livro fornece uma compreensão, da origem da agricultura, de suas fases e etapas. É de suma importância, por explicar os conceitos básicos e fundamentais, além de fornecer uma associação conceitual com as atividades apresentadas no decorrer do projeto.

O que complementa a bibliografia deste artigo é a publicação Thomas Woods Jr: Como a igreja católica construiu a civilização ocidental. Nesse livro o autor desconstrói o viciado discurso sobre a idade média como “idade das trevas”, e apresenta todos os indícios da participação da igreja católica na construção dos

¹⁷ O nomadismo é a prática dos povos nômades(nómadas), ou seja, que não têm uma habitação fixa, que vivem permanentemente mudando de lugar.

pilares que sustentam o sistema, e filosofia social do ocidente além de revolucionar as formas agrícolas da época.

Começa com a conversão dos primeiros bárbaros, após a queda do império romano, e a lenta implantação do esquecido conhecimento.

A importância dos mosteiros, onde os monges guardiães das filosofias gregas mostram na prática o desenvolvimento social de fraternidade nos relacionamentos, o desenvolvimento da agricultura, mesmo em terras incultas, apresenta a grande façanha monástica, de converter grande parte do território europeu em grandes campos de plantações, com técnicas e maquinários que são utilizados até hoje. Esse legado deixado pelos monges permitiu o grande avanço demográfico europeu.

Seguindo uma linhagem de pesquisa similar à do autor anterior, Hilário Franco Junior em seu livro “Idade média, nascimento do ocidente”, apresenta um apanhado geral do continente europeu no período conhecido como idade das trevas, idade média.

Com riquezas de detalhes, aborda as diversas variedades daquela sociedade em prosperidade. Sua demografia, sua economia, sua política, suas ideologias, sua cultura e sua religião. Usando assim neste trabalho, as características agrícolas que resultaram no desenvolvimento populacional.

“De qualquer forma, dentre os aperfeiçoamentos técnicos da época, três exerceram uma ação direta sobre a elevação da produtividade agrícola: a nova atrelagem dos animais, a charrua pesada e o sistema trienal.” (FRANCO, HILARIO, 2001, P.33)

O livro se torna essencial para o desabrochar do trabalho, pois mostra dentro da parte econômica o motivo de seu êxito, a agricultura. Mostra quais técnicas e ferramentas foram usadas para o desenvolver de uma lavoura que no geral era incerta de resultados e fatigante na região proposta. Mostra também como o desenvolvimento agrário forneceu um aumento demográfico melhorando a qualidade e expectativa de vida da população e criando assim uma economia.

Para uma maior compreensão da idade média, o livro da autora Daniela Buono Calainho " história medieval do ocidente. Desenvolve em seus escritos, destacando fundamentalmente a baixa e alta idade média. Apresentando o sistema feudal e a expansão demográfica e comercial desse período. A importância da igreja católica nesse período ganha espaço em suas pesquisas, já que entende-se pelo livro que o norteamento dessa idade foi feito pela mesma.

“A melhoria da qualidade de vida da população, isso porque, houve um grande crescimento da produção de gêneros alimentícios, fazendo com que as pessoas se alimentassem mais adequadamente e tivessem melhor saúde e expectativa de vida.” (CALAINHO, BUONO DANIELA, 2014,P.73)

Se torna importante para o decorrer do trabalho, visto que apresenta uma noção de compreensão da idade média em geral, também toca nos aspectos econômicos, que se tem origem pelo desenvolvimento da expansão agrícola, onde forneceu as necessidades básicas de sobrevivência para a população, assim criando um aumento demográfico.

Os pontos de como se ocorreu a evolução rural, também são citados, suas técnicas e ferramentas, além de indiciar a igreja como proprietária da atualização do conhecimento.

OBJETIVO GERAL

Tem-se como objetivo principal, a apresentação do território de Southampton, no sudeste da Inglaterra no condado de Hampshire, hoje a maior cidade portuária da costa sul do Reino Unido, que na época mencionada, continha características naturais desfavoráveis para o manuseio e conseqüentemente para a habitação e que foi reformulada pelos beneditinos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Registrar o avanço identificado do território Europeu (Southampton), após as técnicas monásticas, que promoveram as transformações do local, para fértil e habitável, resultando no aumento demográfico por causa da possibilidade de

agricultura. Dentro desta perspectiva, essa pesquisa mostrará as peculiaridades dessas terras desbravadas, salientando a impraticabilidades de sua manipulação, bem como apresentará também as técnicas e ferramentas utilizadas pelos religiosos católicos para obter o desfecho positivo do lugar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa fará um recorte mais específico acerca da Inglaterra como referência, identificando o antes e o depois da intervenção técnica e operária monástica.

O local escolhido para entender essa colaboração foi o pântano de Southampton, no sudeste da Inglaterra no condado de Hampshire, hoje a maior cidade portuária da costa sul do Reino Unido, mas na época foi a região onde os monges beneditinos chegaram e devido as condições biogeográficas¹⁸ da terra, foi o espaço territorial escolhido para registrar as mudanças consequentes a seus ofícios.

Figura 1: Mapa apresentando a localização geográfica da cidade de Southampton Fonte: www.turismoeinglaterra.wordpress.com



Para compreender como ocorreu o processo de transformação espacial da

¹⁸ estudo das relações entre a distribuição das espécies de seres vivos e as características climáticas e geológicas das regiões geográficas.

região, faz-se necessário a apresentação das ferramentas e técnicas agrícolas que foram utilizadas na época, assim como a maneira de que foram usadas para obter o melhor desempenho do solo.

Dentro das técnicas e ferramentas usadas pelos monges, algumas se tornam meritórias para essa realização:

- **Charrua** era uma ferramenta que tinha uma lâmina de ferro que rasgava o solo com maior força, deslizava sobre o mesmo com mais facilidade e proporcionava sulcos mais fundos, permitindo uma semeadura mais eficiente.

Hilario franco, conhecido historiador brasileiro diz:

“A expansão agrícola para regiões de solos mais profundos e duros tornou a charrua indispensável, pois ela não se limita a arranhar a camada superior do solo, revolvendo a terra e trazendo para cima os nutrientes acumulados nas camadas inferiores.” (FRANCO, HILARIO,2011,P.33)

Figura 2: Imagem apresentando uma Charrua Fonte: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-royalty-free-%C3%BAnico-arado-velho-da-explora%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-da-l%C3%A2mina-isolado-image25783345>



- O **arroteamento**, era a técnica de preparação de um terreno inculto para a prática da agricultura e se necessário incluía o abate e o desmatamento de biomas virgens ou não do homem. H. Goodell disse: “... trabalharam com suas próprias mãos, drenaram

pântanos e desmataram florestas...”

- **Drenagens de pântanos.** É importante ressaltar aqui, que durante boa parte da idade média os pântanos em geral, eram vistos como um local negativo, tenebroso, onde doenças estariam presentes e as pessoas buscavam o máximo de distância. Os monges por outro lado, consideraram essa planície inundada, apenas como território inculto, portanto, com essa técnica, conseguiram muito espaço territorial fundamental para a expansão agrícola. Esse método se dá, interrompendo o fluxo de água para essas planícies alagadas.

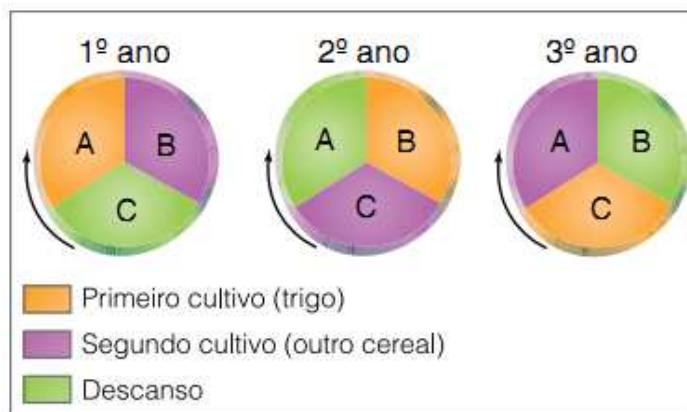
H. Goodell relatou como os pântanos eram vistos naquela época, a aversão que aquela população, tinha para com esse bioma, rico e biodiverso.

“Predominavam a ideia de que não tinham nenhum valor e eram focos de pestilência. Mas os monges assumiram o desafio que representava represá-los e drená-los, e em pouco tempo conseguiram transformar o que até então era fonte de doenças e imundice em fértil terra cultivada” (GOODELL, HENRY, 1901, p.6).

- **Sistema trienal de cultivo.** Essa forma de produção agrícola, dividia o solo cultivável em três zonas de produção, nas quais, somente duas produziam diferentes variedades alimentícias, enquanto a terceira fração permaneceria em descanso. Este feitiço tinha como objetivo a recuperação e reparação do espaço em repouso, uma vez que não explorado, pode ser novamente adubado e recupera os nutrientes e minerais necessários para prosperidade do próximo cultivo. Segundo Hilário Franco, talvez tenha sido a inovação agrícola medieval mais importante.

“De especial importância, no entanto, foi o sistema trienal, possivelmente a mais influente inovação agrícola da época. De um lado, porque a divisão da terra cultivável em três partes aumentou a extensão da área produtiva, deixando apenas um terço em pousio* De outro lado, porque o sistema trienal alterou os próprios hábitos alimentares,” (FRANCO, HILARIO,2001,P.34)

Figura 4: Representação em gráfico do funcionamento do sistema trienal de cultivo. Fonte: <https://doughnahistoria.blogspot.com.br/2014/04/>



De maneira considerável, essa técnica se tornou fundamental para o crescimento da demografia da época. A variação e possibilidade de cultivar uma maior diversidade de alimentos, forneceu uma alimentação proporcionalmente mais saudável. Criando uma melhor qualidade de vida e uma viabilidade de crescimento populacional.

Antes da atuação dos monges, o território europeu, mais precisamente Southampton, na Inglaterra se apresentava com uma grande fração espacial de incapacidade para a cultivação devido suas próprias condições geográficas. Sobre esse aspecto, Tomas Woods Jr, historiador e doutor pela faculdade de Harvard e Columbia, em seu livro: Como a Igreja católica construiu a civilização ocidental, descreveu essa região inglesa

Não passava de um enorme pântano. Os charcos¹⁹, no século VII, eram provavelmente parecidos com as florestas da desembocadura do Mississipi ou as marismas das Carolinas: um labirinto de errantes córregos negros; grandes lagoas, atoleiros submersos a cada maré da primavera; enormes extensões de juncos²⁰, carriços e samambaias; grandes bosques de salgueiros, amieiros e álamos cinzentos; florestas de abetos e carvalhos, freixos e álamos, aveleiras e teixos, que em outro tempo haviam crescidos naquele solo baixo e fétido, agora eram engolidas lentamente pela turfa²¹ flutuante, que vagorosamente devorava tudo,

¹⁹ Os charcos são massas de água parada ou de corrente muito reduzida, de carácter permanente ou temporário

²⁰ Juncus é um género botânico de plantas floríferas

²¹ A turfa é um material de origem vegetal, parcialmente decomposto, encontrado em camadas, geralmente em regiões pantanosas e também sob montanhas.

embora conservasse. (WOODS,2012, p.30)

Analisa-se então, que segundo o autor, Thomas Woods as terras referenciadas, eram norteadas por uma multiplicidade de atributos inoportunos para o desenvolvimento do lavradio, assim também inexecutável a forma de estância do homem. O somatório no mesmo local dessas características biogeográficas, na época, tornava esses espaços isolados e detestável para os medievais.

A transformação desta terra, se originou com a chegada dos mosteiros beneditinos na localidade de Southampton, que inicialmente aviltados, resolveram usar algumas técnicas em prol da modificação dessa região.

Após séculos de intervenção monástica, Woods em seus estudos verificou a fundamental importância dessas interferências técnicas, citando *William* de Malmesbury, historiador do século XII:

‘É uma réplica do paraíso, onde parecem refletir-se a delicadeza e a pureza do céu. No meio das lagoas, erguem-se bosques de árvores que parecem tocar as estrelas com suas altas e esbeltas frondes; o olhar fascinado vagueia sobre o mar de ervas verdejantes, os pés pisam as amplas pradarias²² sem encontrar obstáculos no seu caminho. Até onde a vista alcança, nenhum palmo de terra está por cultivar. Aqui o solo é escondido pelas árvores frutíferas; acolá, pelas vinhas estendidas sobre o chão ou puxadas para o alto sobre caramanchões.’ MALMESBURY APUT Woods (2012, P.31)

Observa-se, portanto, que o efeito produzido por esse desgastante e incansável trabalho realizado pelos monges, foi abertamente verificado ao longo dos séculos além de logrado pela sociedade europeia.

Esses religiosos manusearam ferramentas agrícolas muito não vistas na época na parte ocidental, para transformar solos improdutivos de aparência penumbrosa, em planícies claras que se assemelhavam a relvado²³. Além de dispor de conhecimentos técnicos de como realizar certos procedimentos agrícolas.

²² é um bioma composto por uma planície desprovida de árvores ou mesmo arbustos, o que ocorre é uma cobertura formada por capim baixo em grande quantidade.

²³Também chamado de pradaria é uma planície vasta e aberta onde não há sinal de árvores nem arbustos, com capim baixo em abundância.

O uso dessas técnicas e ferramentas agrícolas forneceram um aumento no espaço territorial da região, assim como no aumento da produção e da variedade de alimento. A multiplicidade de iguarias influenciou diretamente na melhoria de condição de vida da população da época, visto que uma diversidade de vitualhas²⁴ resulta na qualidade da saúde e no aumento da população. Segundo Hilario Franco, a introdução de leguminosas que passou a ser possível o cultivo graças a essas técnicas, pode ter sido o responsável pelo crescimento da demografia medieval local:

“Com a introdução de leguminosas na dieta e uma presença mais assídua de carne, peixe, ovos e queijo, a mortalidade feminina diminuiu. Tal fato teve ampla repercussão, contribuindo até mesmo para a valorização social da mulher.” (FRANCO, HILARIO 2001, P.34)

CONCLUSÃO

Este artigo teve como foco principal explicar e apresentar como a agricultura e a demografia Europeia da Idade Média teve seu desenvolvimento, para isso foi apresentado neste texto os responsáveis por tais feitos, a igreja católica representada por seus monges.

Através de estudos pelos autores que fundamentaram esse projeto, entende-se que pelos religiosos católicos e suas técnicas, deu-se vários tipos de iniciativa para o desenvolver das questões agrícolas, em locais que até antes da chegada desses homens de fé, eram considerados sinônimos de desprezo, pragas e sombriedade. Com força braçal e intelectual, transformaram drasticamente o cenário pressuposto na pesquisa.

Suas técnicas e ferramentas usadas na agricultura, possibilitou em áreas inférteis, uma chance de cultivo agrícola e de estância da população, fazendo então com que aumentasse a qualidade e a expectativa de vida, assim, também ampliando a diversidade de alimento, o que resultou no aumento dos aspectos demográficos.

²⁴ alimentos, mantimentos

REFERÊNCIAS

DANTAS, Aldo. *Geografia Agrária*. UFRN- Natal-RN.2011

FLICK, Alexander Clarence. *Ascensão da igreja medieval*. New York. 1909

GOODELL, Henry H, *A influência dos monges na agricultura, discurso urso pronunciado em Massachusetts State board of agriculture,23/08/1901.*

http://gloriadaidademedial.blogspot.com.br/p/blog-page_11.html acesso. 26/07/2016

<http://portalconservador.com/o-cristianismo-e-a-igreja-catolica-salvaram-a-civilizacao-ocidental/> acesso 25/06/2016

<http://www.gaudiumpress.org/content/41333-Monges-copistas--A-Civilizacao-Occidental-passou-por-suas-maos-hellip-> acesso. 25/06/2016

<https://doughahistoria.blogspot.com.br/2014/04/>

https://lydia-media.gloria.tv/bonifacius/monika-k/fk/mediatile-35071-35-sd.mp4?sum=aX-OiTf_2AkXAARynqfUQ&due=1478692800 27/07/2016

<https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-royalty-free-%C3%BAnico-arado-velho-da-explora%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-da-l%C3%A2mina-isolado-image25783345> acesso. 02/04/2018

JUNIOR, Hilário Franco. *Idade média, nascimento do ocidente*. Brasiliense. Tatuapé-SP. 2006

MONTALEMBERT, Charles. *Os monges do oeste*. St. Benedict to St Bernard, vol.5, 1896

WOOD, Thomas E. *Como a igreja católica construiu a civilização ocidental*. 5ª edição. Quadrante. Sumaré-SP. 2012

www.youtube.com/watch?v=ng8dume3V6k acesso.16/09/2016

Como citar: FARIAS, Marcelo; LIMA, Jacqueline; AMARO, Tania. *A feira “nordestina” de Duque de Caxias: pertencimentos*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

HISTÓRIA

A FEIRA “NORDESTINA” DE DUQUE DE CAXIAS: PERTENCIMENTOS

POR: MARCELO FARIAS (GRADUADO EM HISTÓRIA PELA
UNIGRANRIO)

JACQUELINE LIMA (PPGHCA/UNIGRANRIO/FUNADESP-
JCNE/FAPERJ)

TANIA AMARO (DOUTORANDA DO PPGHCA/UNIGRANRIO-IHCMDC)

Considerações Iniciais

Neste artigo, buscamos descrever a experiência da Feira surgida na cidade de Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense na década de 1940 e que se tornou um importante referencial da cultura nordestina na região. Tal problemática alcança as pesquisas dos autores em suas Monografias, Teses e Projetos de Pesquisa, iniciados em discussões que promoveram a construção e a participação, em algum momento, do Grupo de Pesquisa NURBS (Núcleo de Estudos Urbanos), na UNIGRANRIO.

Às vezes, as palavras que descrevem a essência de algo não vem apenas de conhecimentos científicos, podendo ser encontradas em outros tipos de expressões, inclusive as populares. Neste caso, encontramos numa música do cantor e compositor nordestino Paulo Debétio²⁵ a expressão de como a Feira criou uma memória capaz de manter viva a identidade dos nordestinos ao chegarem ao Rio de Janeiro.

Como quem vem pra ficar, como quem quer plantar, seu futuro em outro chão.
Nordestinos aventureiros chegaram como romeiros e todos com a mesma intenção.

E quando o Rio abençoou a força que brotou dessa união peregrina.

O nordeste foi chegando a sua gente foi criando a grande feira nordestina.

Chapéu de couro, laço de vaqueiro, baião de dois, carne de sol, fumeiro.

Forró, chachado, frevo, repente.

Sua obra, sua arte;

Suas coisas, seus contrastes;

É o nordeste aqui presente.

Assim, são sonhos e anseios;

São mitos e meios;

Da feira mostrar suas tradições.

De manhã enche o ar de sabores;

A tarde recebe os amores;

A noite diverte as multidões;

E o feirante nordestino vai construindo seu destino com a coragem costumeira.²⁶

²⁵ Paulo Debétio é um compositor, produtor musical e cantor brasileiro, natural de Pernambuco, autor de músicas famosas como Tietá, Meu mel, Uma nuvem de lágrima e outros grandes sucessos.

²⁶ Música: Canção da Feira.

Neste sentido, nossa intenção aqui é mostrar como a Feira de Duque de Caxias é atualmente considerada como uma das maiores feiras livres da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana, tornando-se notória pela forte presença da cultura nordestina em suas atividades a sua importância como Patrimônio Cultural da cidade o que levou no ano de 2015 a ser registrada como o primeiro Bem Cultural Imaterial do município.

A origem da Feira em Duque de Caxias

Não há um consenso em se definir uma data precisa para a origem da Feira de Duque de Caxias, pois durante a pesquisa encontramos diversas datas que estaria o mais aproximado de sua formação. Para alguns moradores mais entusiasmados, a Feira já é centenária, já oficialmente considerando o Dossiê da Feira de Caxias²⁷ ela possui por volta de 76 anos de existência.

Porém, a afirmação de que a Feira já pode ser centenária não deve ser descartada, mas para responder a esta questão, primeiramente devemos nos atentar a uma questão: a data aproximada da Feira se deu em cima de visões diferenciadas, uma antes da chegada dos nordestinos e outra após a chegada deles em Caxias.

Buscamos então os registros que pudessem nos levar o mais próximo possível do período em que ela surgiu, e foi na entrevista de um de seus fundadores para o jornal *Tópico* (1958) que podemos ter uma noção de uma datação aproximada.

Os iniciadores da feira de Meriti foram: José Luís Machado, José Miguel, José Marques Pinto, José Joaquim Borges, Miguel Português e Joaquim Lavoura.

Na época, um cacho de banana era vendido a 400 réis e uma dúzia de laranjas, 500 réis.

Os feirantes pagavam, ao fiscal Alberto Jeremias, a quantia de 400 réis por licença de localização. Funcionava a feira em frente à estação, cujas plataformas eram aproveitadas como tabuleiros. (Jornal *Tópico*, 1958, apud LACERDA, 2001)

²⁷ Dossiê produzido pela Secretaria de Cultura e Turismo por ocasião do tombamento da Feira no ano de 2015

De acordo com a entrevista de José Luiz Machado, teve início por volta de 1920 no entorno da estação de Meriti, a instalação de alguns camelôs que ali montavam suas barracas, muitas vezes aproveitando a plataforma da estação como tabuleiro para expor seus produtos, aproveitando o fluxo de passageiros dos trens que se tornavam potenciais compradores.

Levando em consideração que esse pequeno núcleo comercial iniciado em 1920, pode ser considerado como o marco inicial do processo que fez surgir a Feira como a conhecemos hoje, ela teria praticamente 100 anos.

Cabe destacar que de um dos iniciadores da Feira foi o Sr. José Luís Machado, o mesmo que na madrugada do dia 06 de outubro de 1930 foi até a estação de trem e substituiu a placa com o nome de Merity para Caxias, a partir de então o distrito passou a ser conhecido por Caxias, o que originou o nome da cidade em 1 de dezembro de 1943.²⁸

Devemos observar que entre os anos de 1910 e 1920, a área que viria a ser tornar Duque de Caxias, ou para ser mais exato na terminologia, o distrito de Merity²⁹ era definido como um pequeno vilarejo, composto ainda nestas duas décadas por população inexpressiva. (BRAZ; ALMEIDA, 2010).

Em 1920 a população de Caxias havia triplicado, se comparada a 1910, porém ainda assim formava um contingente bem reduzido de acordo com os índices demográficos das décadas seguintes:³⁰

²⁸ Oficialmente o distrito passou a se chamar Caxias devido a indicação do deputado federal Dr. Manoel Reis para que se transformasse a Vila Merity em 8º distrito com o referido nome, pelo Decreto Estadual 2559 de 14 de março de 1931.

²⁹ Encontra-se mais de uma grafia para o antigo distrito de Duque de Caxias: Merity ou Meriti. Na produção deste trabalho acadêmico, ambas serão utilizadas. A fim de se manter a fiel citação das obras consultadas, os textos serão descritos em sua íntegra sem qualquer alteração na grafia do distrito.

³⁰ Não houve o censo no ano de 1930, devido ao estabelecimento de uma nova conjuntura política no Brasil.

Tabela 3.1

Ano	População	% crescimento
1910 ¹	800	-
1920 ²	2.920	265%
1940 ³	28.328	870%
1950 ³	92.459	226%
1960 ³	241.026	160%

(1) Fonte: Beloch (1986, p.22, apud BRAZ; ALMEIDA, 2010, p. 35).

(2) Fonte: Beloch (1986, p.22, apud SOUZA, 2014, p. 91).

(3) Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940, 1950 e 1960.

Levando em consideração a reportagem do jornal *Tópico* e os dados censitários do IBGE nos anos de 1920, podemos considerar que de fato a origem da Feira se deu através dessas barracas montadas na estação nesse período; porém, nos anos de 1920 a população de Caxias ainda era consideravelmente pequena se comparada a década de 1940 e, assim, por uma questão de lógica o tamanho da Feira acompanha a densidade demográfica do município: quando esta densidade aumentou consideravelmente em 1940, esse pequeno núcleo comercial iniciado em 1920 acompanhou esse ritmo de crescimento, atingindo um elevado número de barracas, fazendo com que ela se expandisse para outros logradouros próximos.

Em 2012, o Jornal *EXTRA*, em sua reportagem “Feira de Duque de Caxias resgata a cultura nordestina”, afirma que a Feira teve origem na década de 1920, conforme podemos ver no teor da reportagem a seguir:

A migração nordestina é muito forte na cidade, e a Feira de Duque de Caxias proporciona o resgate dessa cultura”, diz a diretora do Instituto Histórico da Câmara do município, Tania Amaro.

Realizada aos domingos, a feira, que conta com cerca de 1.600 barracas, ocupa as avenidas Presidente Vargas e Duque de Caxias, além da Rua Prefeito José Lacerda.

Teve origem na década de 20, depois da inauguração da estação de São João de Meriti, em 1913. Na época, os produtos (frutas, legumes, carnes e roupas) eram vendidos nas prateleiras, trazidos em carroças pelos agricultores.

As comidas típicas, cujas barracas principais estão localizadas perto do chamado Mercado Municipal, são a grande atração. Nelas é possível encontrar caruru, vatapá, acarajé, tapioca, carne de sol e cachaça, entre outros produtos.

A variedade na culinária nordestina atraía a atenção de

personalidades como Luiz Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Chico Anysio e Nelson Pereira dos Santos, que eram vistos com frequência no local. (Fonte: Jornal EXTRA, Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/feira-em-duque-de-caxias-resgata-cultura-nordestina-5893086.html#ixzz4RG859Fnq>. Acesso em : 24/07/2016)

De acordo com o Dossiê da Feira de Caxias, considera-se como marco inicial do surgimento da Feira a década de 1940. Nesse período, a cidade havia inchado populacionalmente. Além disso, o que caracteriza a Feira de Caxias com uma identidade nordestina é a presença desse grupo social na mesma, e os dados obtidos demonstram que os nordestinos começam a chegar a Duque de Caxias em grande número a partir da década de 1940. (BRAZ; ALMEIDA, 2010)

Com base nos registros consultados, podemos considerar duas hipóteses para a existência da Feira. A primeira confere a Feira 96 anos de existência, se incluída a década de 1920, quando as primeiras barracas surgiram na estação de trem e, com o tempo, foram atraindo mais e mais camelôs, iniciando o processo de crescimento desse núcleo. A outra hipótese dá a Feira por volta de 75 anos, considerando a década de 1940, quando a mesma já possui as características da cultura nordestina.

A Feira nordestina de Duque de Caxias tem até os dias atuais uma importância fundamental no que diz respeito a representatividade da cultura nordestina na cidade. Cabe assinalar que, nos anos iniciais de sua formação, a importância da Feira não refletia ainda a ideia de manter viva a tradição nordestina, mas apenas a realização de uma atividade comercial, onde esses migrantes que vinham de tão longe, podiam encontrar sustento para si próprios e para seus familiares. Até mesmo porque o surgimento desse conceito, de que a Feira passa a ser uma referência da cultura nordestina, foi uma consequência direta dessa atividade comercial, cuja realidade econômica e estrutural da cidade impôs a estes migrantes. Percebe-se então a Feira como um reflexo que acabou por levar a formação de um espaço onde o encontro desse grupo social pudesse desenvolver uma atividade econômica para ajudar na sua renda, ou mesmo, para muitos, ser ainda a única fonte de renda, passando com o tempo a movimentar a economia da cidade em escala maior e criando dessa forma um núcleo que acaba por manter viva as tradições nordestinas.

Partindo dessa premissa, trataremos do surgimento da Feira, destacando

inicialmente a importância comercial que ela passou a representar em Caxias, até adquirir posteriormente um caráter cultural.

De acordo com Lacerda (2001), o início da Feira se deu mais como uma opção de abastecimento para a população de Caxias, porém a mesma passou a ser constituída não apenas de produtos convencionais como todas as feiras possuem em sua maioria, que seriam legumes, verduras, frutas, carnes, temperos e etc. Mas, a Feira contava além dos produtos tradicionais, com uma variedade de artigos como roupas, calçados, animais, louçaria, ferragem e a culinária nordestina que se tornou o chamariz principal no decorrer dos anos.

Stelio Lacerda (2001) destaca a importância econômica da atividade comercial da Feira para Duque de Caxias, pois o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Duque de Caxias ressalta a importância da Feira para o município, já que a mesma tornou-se um importante polo de consumo para os produtos agrícolas produzidos no interior do próprio município e das regiões vizinhas.

A grande Feira que aí se realiza semanalmente, desempenha importante papel no abastecimento da população municipal. O abastecimento local em frutas e outros gêneros comercializados na feira, procede em parte dos setores periféricos do município e dos municípios vizinhos em que sobrevive a atividade agrícola. (LACERDA, 2001, p. 140)

Pouco mais de uma década depois de sua formação, a Feira havia se tornado não apenas uma “feira” e sim a Feira Nordestina de Duque de Caxias, um espaço que havia alcançado um patamar, que não se resumia a um espaço homogêneo. Havia atingido um grau acima das feiras convencionais, ali encontrava-se um espaço totalmente heterogêneo em relação aos produtos de vendas, variados produtos eram comercializados³¹ e, assim, tornando-se um importante centro comercial no coração da cidade que não parava de crescer.

José Lustosa, um dos primeiros escritores sobre a história de Duque de Caxias, descreve-a de uma forma factual, relatando a formação dos diversos setores da sociedade duquecaxiense: industrial, comercial, educacional, social, saúde, entre outros.

³¹ Na Feira, era comercializada uma variedade de produtos: alimentos, roupas, animais silvestres, panelaria, calçados, entre outros artigos.

Embora nesse período, a Feira já exercesse papel de destaque na cidade, não encontramos, na parte que trata do comércio, nenhuma menção a Feira dominical realizada na cidade desde os anos 40 do século XX. Porém, o que chama a atenção é o relato sobre a inauguração de um mercado municipal oriundo da iniciativa privada para tentar suprir a deficiência de lojas que atendessem a falta, principalmente, de produtos de horticultura, aves e ovos; e, também sobre a relação da população junto a esse novo empreendimento.

Segundo Lustosa (1958), podemos perceber uma contradição em relação a esse novo empreendimento comercial surgido na cidade e a realidade do povo duquecaxiense, aquele que deveria “**atender a aspiração popular**”, pois a mesma almejava por um local que suprisse a falta ou escassez destes e outros artigos de abastecimento na cidade.

Em 1955, dois comerciantes, Manoel Moreira da Rocha e Álvaro Soares Farias, imaginaram a construção de um mercado que viesse a atender a essa justa aspiração popular. [...] no dia 25 de agosto de 1957, já o mercado “SÃO MIGUEL” estava concluído. O magestoso (sic!) prédio dotado de mais avançada técnica, situa-se bem no coração da cidade, isto é na Avenida Rio-Petrópolis, compõem-se de 60 boxes e cinco lojas, é de estilo moderníssimo e sua construção importou em cerca de 4 milhões de cruzeiros. (LUSTOSA, 1958, p. 106)

Porém, essa construção vultosa não foi capaz de atender as expectativas de seus proprietários, já que não houve demanda comercial neste novo mercado, a população não correspondeu da forma esperada. Infelizmente, iniciativa de tão alta relevância, de acordo com Lustosa, não vinha satisfazendo as aspirações, nem dos arrendatários, nem dos seus proprietários que esperavam melhor preferência popular. (LUSTOSA, 1958).

Podemos considerar como hipótese que a falta de aceitação popular ao novo mercado na cidade, pode ser encarado como uma preferência popular a Feira dominical, talvez em relação aos preços praticados mais acessíveis na mesma do que no mercado, mesmo tendo a cidade uma falta ou escassez de lojas que suprissem a população com esses artigos nos demais dias da semana. Poderíamos relativizar essa situação analisando que os preços praticados no mercado deveriam cobrir os custos da construção, pagar os impostos e taxas cobrados, considerando também o fato de que as pessoas que trabalhavam no mercado representavam funcionários com

direitos trabalhistas, todos esses fatores juntos representavam um alto custo para a manutenção do mercado.

Já a Feira não contava com esses fatores impostos ao mercado São Miguel, o que podia lhe proporcionar melhores condições comerciais em relação ao mesmo, mantendo fiel à Feira de Caxias uma grande parcela da população, que podia ali encontrar os mesmos produtos a preços mais favoráveis.

Cabe deixar bem claro que, embora possam ter sido esses os fatores mais prováveis a falta de sucesso do Mercado São Miguel junto à população de Duque de Caxias, estas são apenas hipóteses que possam ter causado essas consequências, cabendo em outro momento um estudo mais aprofundado sobre este assunto.

A Feira e sua representatividade para a população de Duque de Caxias

Uma visão da força representativa que a Feira exercia para os migrantes nordestinos é exposta quando Stélio Lacerda (2001) agrega a expressão “fazer a feira”, dando um sentido que vai além da simples compra de mantimento. A forma que Lacerda compreende a Feira, torna essa expressão cheia de significação, pois ir a feira aos domingos representava um programa cultural para as famílias duquecaxienses e seus visitantes mais distantes.

A representatividade da Feira para os nordestinos pode ser melhor percebida no relato do jornalista Santos Lemos, frequentador assíduo da Feira nos anos 1950:

[...] A feira de Duque de Caxias, aos domingos, do outro lado da linha, na Av. Presidente Vargas, era uma das maiores do país. Atingia diversas e ali vendia-se de um tudo, desde roupas a alumínio, até comidas das mais exóticas e regionais do nordeste. Eram milhares de barracas, centenas de “camelots” apregoando seus produtos, com sotaque nordestino. Parecia que se estava em Recife ou em Salvador, nunca na fronteira do Estado do Rio com a Guanabara.

Centenas de carros encostavam na Praça Roberto Silveira, procedentes do Rio, famílias nortistas ou nordestinas, ávidas do paladar da terra natal, para ali se convergiam, aglomerando-se naquele caleidoscópio de guloseimas, roupas, bebidas, enfim uma infinidade de pequenas e grandes coisas, jamais encontráveis no sul.

Em um terreno baldio, era a feira dos passarinhos. Atraía os apaixonados pelos pássaros de toda a parte, que, domingo bem cedinho, atravessavam a Praça do Pacificador, carregando suas gaiolas, a fim de vender ou comprar cativos.

E a feira era um mercado persa, apinhado de gente, que

nem se podia caminhar [...] (SANTOS LEMOS, apud LACERDA, 2001, p. 140)

O relato de Santos Lemos demonstra como a representatividade nordestina era intensa nessa época, cabe destacar que essa representatividade englobava diversos aspectos da cultura nordestina como música, dança, artesanato, roupas típicas, literatura de cordel e a culinária.

José Severino da Silva salienta a importância dessa representatividade ao destacar o papel identitário criado nesse espaço: “cada visitante busca na Feira uma referência identitária grupal: lá o nordestino se sente num pedacinho do nordeste, resgata, preserva e contempla tudo o que se encontra na Feira o torna pertencente.” (SILVA, 2016)

A Feira de Caxias era um lugar onde os visitantes podiam conhecer a cultura nordestina e seus frequentadores reviver seus costumes, que não foram deixados para trás quando migraram para o Sul, mas os trouxeram consigo de sua terra natal, e ali naquele espaço conseguiram reviver e transmitir suas memórias (SILVA, 2016).

Percebemos que a intensidade dessa representação cultural e identitária da Feira, ali os nordestinos encontravam um lugar onde podiam se sentir como em “casa” mesmo distante da sua terra.

O Registro da Feira: o primeiro Patrimônio Histórico-Cultural a ser registrado na cidade de Duque de Caxias

A importância da Feira para a memória da cidade de Duque de Caxias é inegável, visto que suas origens se dão antes mesmo da emancipação política do município. Devemos levar também em consideração a importância cultural e artística que a Feira adquiriu como reflexo dos costumes nordestinos praticados pelos migrantes que se instalaram na região e encontraram na Feira não apenas a garantia de seu sustento para garantir o seu ganha pão, como também um espaço dedicado para rememorar suas lembranças, praticando ali seus hábitos e costumes provenientes do seu estilo de vida no Nordeste.

A preocupação com a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro surgiu no Brasil pós 1930, embora Mário de Andrade em seu anteprojeto tenha compreendido o Patrimônio Cultural brasileiro de forma abrangente considerando também as

expressões populares³² como parte integrante do Patrimônio Cultural, porém este conceito de “Obras de Arte” não foi implementado em toda a sua essência, dando prioridade aos bens de natureza material. (FUNARI, 2006; FONSECA, 2005)

Em 1988, a Constituição Federal incorporou ao conceito de Patrimônio Cultural os bens de natureza imaterial, reconhecendo desta forma que o Patrimônio Cultural é composto também de bens de natureza material e imaterial. Com o passar do tempo, não só houve a ampliação do conceito de Patrimônio através do reconhecimento dos bens de natureza imaterial, como medidas institucionais foram tomadas no Brasil com o intuito de auxiliar a preservação dos bens dessa natureza.

O governo federal instituiu em 4 de agosto de 2000, através do decreto nº 3.551, a possibilidade de registro dos bens de natureza imaterial como forma jurídica de auxiliar a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, permitindo uma legislação mais ampla para a salvaguarda do mesmo.

Seguindo a tendência do governo federal, o município de Duque de Caxias, com o intuito de manter preservado o Patrimônio Cultural do município, criou a partir de 2009, uma legislação específica para a salvaguarda dos Patrimônios Históricos de natureza material ou imaterial que sejam importantes para a história e para a memória da cidade. A primeira iniciativa, construída por meio da militância cultural do município, foi a lei de tombamento³³, sendo essa lei o prelúdio para o registro da Feira como Patrimônio Imaterial da cidade de Duque de Caxias.

No ano seguinte, foi aprovada pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, a Lei nº 2366, de autoria da vereadora Margarete da Conceição de Souza Cardoso³⁴, que declara como Patrimônio Cultural do Município, a Feira de Duque de Caxias, com o objetivo de que o poder público municipal, possa através da Secretaria Municipal de Cultura, zelar pela por sua guarda e conservação.

Finalmente, em 16 de novembro de 2015, a Feira foi finalmente registrada pelo poder público e, para comemorar a assinatura do decreto de tombamento da Feira, a Prefeitura decidiu organizar uma solenidade no Clube dos Quinhentos.

³² As expressões culturais populares foram classificadas na categoria “Arte Popular”, pertencente ao conceito de Obras de Arte.

³³ Lei nº 2300 de 16/12/2009.

³⁴ A vereadora é popularmente conhecida como Gaete.

A festa de tombamento contou com a presença do prefeito Alexandre Cardoso, que estava acompanhado da primeira-dama, do vice-prefeito Laury Villar, do ex-secretário de cultura Jesus Chediak, da vereadora Gaete (autora do projeto), além de outras personalidades políticas do município. Porém, o ponto alto foi a homenagem feita ao feirante mais antigo ainda vivo da Feira, o senhor José Inácio Ribeiro Filho, de 80 anos, é um dos muitos migrantes que saíram do Nordeste, para tentar uma vida melhor no Sul Natural da Paraíba, o senhor José chegou a Duque de Caxias com 20 anos de idade.

Vim para Caxias sem emprego. Alguns amigos sugeriram que tirasse licença e colocasse na feira uma banca. Foi o que fiz. Comecei a vender pentes. Com o tempo montei uma barraca e passei a comercializar também cintos, bolsas e outros produtos. Trabalhei para sustentar minha família, educar meus três filhos. Foi com a feira que consegui montar meu patrimônio. Mas para isso, foi preciso trabalhar honestamente.

Quando comecei na feira, a cidade era bem diferente. Tudo era diferente. A feira cresceu muito e isso foi bom para quem trabalha nela, porque mais pessoas compram e percorrem as barracas. Acho que a prefeitura acertou ao tomar a nossa feira. Isso é uma garantia para todos que trabalham nela. (PORTAL DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS, acesso em: 27 de nov. 2016)

O feirante José Inácio sendo homenageado pelo prefeito Alexandre Cardoso



Fonte: Portal da Prefeitura de Duque de Caxias Disponível em: http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2625:prefeitura-de-caxias-tomba-a-feira-do-centro-da-cidade&catid=34:noticias-da-governo. Acessado em: 27 de novembro de 2016

Porém, somente após cinco anos de sancionada a Lei acima referida é que, finalmente, a Feira de Duque de Caxias é registrada pela Secretaria de Cultura e Turismo do município de Duque de Caxias, no Livro de Registro de Bens Culturais Imateriais, no dia 16 de novembro de 2015, sob o nº 001, sendo a título de curiosidade, “o primeiro registro de tombamento da cidade”.

De acordo com a diretora do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural de Duque de Caxias, Gladis Braga Figueira, o processo de registro da Feira como bem de natureza imaterial do município se deu no de 2010, quando o então Secretário de Cultura Jesus Chediak teve despertado seu interesse pela Feira a partir do fato de pessoas de seu convívio pessoal, ao saberem que ele trabalhava em Duque de Caxias, costumavam mencionar a fama da mesma e isso fez com que ele solicitasse pesquisas para o registro da mesma. Contribuíram para esse registro histórico, os trabalhos de alguns pesquisadores, que já vinham atuando nos levantamentos sobre história local há alguns anos.

Considerações Finais

Não se pode negar a importância histórica e cultural que a Feira de Duque de Caxias ainda representa para a cidade, já que seu processo de formação caminha praticamente paralelo a formação urbana da cidade, devendo ser considerada a força representativa da cultura nordestina pós 1940, quando a Feira se tornou não apenas um local de trabalho para manter seu sustento, mas também um espaço onde podiam reviver suas memórias e, assim, manter viva a identidade de um povo que, mesmo muito distante de sua terra natal, conseguiu reunido perseverar na manutenção de suas tradições culturais.

Segundo Halbwachs (2006), nós vivenciamos a experiência de duas memórias, a interna e a externa, ou seja, respectivamente uma memória pessoal e outra coletiva, mas a memória se manifesta de formas diferenciadas já que ela atua em dois níveis, interno e externo. Muitas das vezes, as recordações apesar de verdadeiras, podem estar de alguma forma “distorcida” já que podemos nos lembrar de algum fato ocorrido no passado e relatá-lo de forma diferente do ocorrido; porém, acreditando que a forma

que relatamos seja fiel ao relato, assim como o mesmo ocorreu.

Por isso, a importância da preservação da Feira como local de memória da identidade comum desse grupo social, no nosso caso os migrantes nordestinos, evitando que venham a existir lacunas na memória dessa representatividade cultural tão marcante para a história da cidade e da própria Feira, pois foi ali que esse grupo social pôde criar as estratégias necessárias para juntos produzirem, através de suas tradições culturais, um processo que despertava e revivia suas lembranças.

De uma forma mais específica, para que possamos compreender a Feira como parte do processo de memória coletiva desse grupo social, levamos em consideração esse espaço como um símbolo desse passado.

Segundo Le Goff (1996), o que realmente sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas a escolha efetuada pelas forças que operam no mundo. Neste caso, a Feira pode ser vista não apenas como um local de celebração das tradições culturais desse grupo social, mas ter sido transformada em um monumento, que segundo Le Goff, é a evocação do passado.

Neste ponto, a Feira pode e deve ser entendida como um monumento e, portanto, deve ser inserida neste conceito, quando na implicação de seu registro como bem de natureza imaterial, que deve ter como o objetivo principal a evidência de manter preservada a memória dos acontecimentos e suas origens, seus significados para a cidade.

Mesmo com tamanha importância histórica e cultural para a cidade, é preciso que tenhamos consciência de que a Feira por si só não consegue manter viva as expressões culturais que um dia lhe concederam a fama que ela até hoje possui, como um espaço de identidade da cultura nordestina.

Se no passado, o que chamava a atenção para a Feira de Duque de Caxias, era a forte presença da cultura nordestina, com expressões artísticas de músicos, cordéis, artesanatos e a famosa culinária nordestina, conjunto este que se fez presente na Feira por décadas, disso tudo o que restou foi apenas um espaço restrito chamado Forró na Feira.

O Forró na Feira inicia suas atividades no sábado ao entardecer, com a apresentação de grupos musicais de forró propriamente dito, e retoma as atividades no domingo às 10 horas da manhã para receber o público que gosta de saborear comidas tipicamente nordestinas.

O espaço do forró surgiu na Feira de Caxias no ano de 1998. A ideia deu certo e no ano de 2004, o Forró na Feira foi oficialmente criado pela Prefeitura de Duque de Caxias com o nome original de Forró na Praça.³⁵

Em 1998, Carlinhos Lima, coordenador de Cultura da Secretaria, propôs ao então Secretário Stélio Lacerda realizar apresentações de forró pé-de-serra na cabeceira da já tradicional Feira de Caxias. Devido ao sucesso o Forró passou a ocupar a Praça Roberto Silveira, onde havia um palco para as apresentações musicais, espaço para dança, e barracas com comidas típicas.

O Forró teve rápidas passagens por outros locais: Rua José Carlos Lacerda, pela Praça Humaitá, onde ficou até 2001, quando definitivamente foi instalado na Praça Roberto Silveira. Ela ocorria somente aos domingos e a partir do ano de 1999, devido a grande concorrência do público, sua programação foi estendida para os sábados. No âmbito do poder público, o Forró na Feira está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e é administrado pela Associação dos Expositores Forró na Feira de Caxias. (Disponível em: http://visiteduquedecaxias.com.br/9034_forro-na-feira. Acesso em: 28/11/2016).

O espaço atualmente está localizado na Avenida Presidente Vargas, ao lado da estação ferroviária de Duque de Caxias, importante cenário econômico da cidade, e atende a todo tipo de público, já que no sábado é possível curtir a noite dançando ao som de um tradicional forró ou, se preferir um programa mais familiar e saborear uma comida da “terrinha”, no domingo, o que é uma ótima opção de lazer.

A barraca Cidinho & Dora é uma das mais tradicionais da Feira. Dona Dora, como é conhecida a proprietária, já havia concedido uma entrevista para o DIVERSITAS³⁶, com a parceria do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Dona Dora, migrante nordestina proveniente do Ceará, passou primeiramente pela Feira de São Cristóvão; porém, quando houve a alteração do conjunto da Feira de São Cristóvão para dentro do Pavilhão, que hoje recebe o nome de Centro de Tradições Nordestinas, Dona Dora deslocou-se para a Feira de Duque de Caxias.

Transitar pela feira e conversar com seus trabalhadores concede-nos uma visão maior de todo o contexto no qual a feira está inserida. A princípio o objetivo era

³⁵ A lei municipal 1.831, de 13 de agosto de 2004, tornou o Forró na Praça oficial, que se popularizou com o nome de Forró na Feira.

³⁶ Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - FFLCH/USP

o de mostrar a relevância da feira como patrimônio cultural da cidade e tal questão mostrou ter necessariamente um aprofundamento, a fim de que não se tivesse somente a noção do que se entende por patrimônio cultural, mas como relacionar este conceito ao dia a dia de um universo característico da noção de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986. In: BRAZ, Antonio Augusto. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias, RJ. APPH-CLIO, 2010.
- BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986. In: SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ. APPH-CLIO, 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Fundação Nacional Pró Memória, 1980.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias, RJ. APPH-CLIO, 2010.
- CENSO IBGE 2010.** Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00. Acesso em : 24 out. 2016.
- Do Ceará a Duque de Caxias a História de Vida de Dona Dora**. Direção Zilda Márcia Grícoli Iokoi. DIVERSITAS Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – FFLCH/USP. Duque de Caxias. s.d.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LACERDA, Stelio. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60**. E/A: Duque de Caxias, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.
- LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias : desenvolvimento histórico do município : dados gerais**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, IBGE, 1958.
- SILVA, J. S. Migração Nordestina na Baixada Fluminense: Identidade Transitórias. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias, ano 15, edição especial, maio 2016.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ. APPH-CLIO, 2014

Como Citar: CASSIN, Max David Rangel. *Quando a loucura satirizou o clero*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

QUANDO A LOUCURA SATIRIZOU O CLERO

POR: MAX DAVID RANGEL CASSIN³⁷

³⁷ Formado em Licenciatura em História pelas Faculdades Integradas Simonsen e Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Evangélica do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O livro “Elogio da Loucura”, publicado pela primeira vez em 1511 e escolhido como a fonte primária deste artigo, é uma crítica de Erasmo de Rotterdam, conhecido também como “Príncipe dos Humanistas”, aos potentados de sua época, principalmente aos homens da Igreja, que são alvos de sua ironia incomparável e impiedosa. Erasmo mostra, dando voz à “Loucura”, como a sociedade de sua época era marcada pelo ridículo e pela hipocrisia, deixando claro que a insanidade estava mais presente na vida dos homens do que eles imaginavam.

Com uma escrita leve, extrovertida e ao mesmo tempo instrutiva, Erasmo mostra como viviam os bispos, cardeais, papas, fidalgos, príncipes e monarcas no início do período moderno; desses, focaremos apenas no clero, onde está concentrado o artigo.

Segundo pensava Erasmo, o clero tinha se afastado dos ensinamentos de Jesus, cujo foco era o viver uma vida modesta, sem cobiçar as riquezas terrenas, o ensino sobre o Reino dos Céus e o compartilhar. Vendo como a Igreja caminhava, e a insatisfação do povo com a mesma, Erasmo, através dessa sátira, diz que uma reforma educacional dentro da Igreja, a começar pelo clero, seria essencial para que a Igreja voltasse a ser uma referência de conduta para o povo.

Ele via o clero com a responsabilidade de educar os leigos, para que os mesmos chegassem a ter o mesmo nível de conhecimento do clero. Para Erasmo, era nos leigos que se encontrava a vitalidade da Igreja.

ERASMO DE ROTTERDAM (c.1466-1536)

O humanista e filósofo holandês Geer Geertz nasceu no dia 28 de Outubro de 1466 (ou em 1469, o ano ainda é debatido) em Rotterdam, Holanda, como fruto de uma ligação ilícita entre um padre, que trabalhara para Roma como tradutor, e uma moça. Ele recebeu uma forte educação religiosa e latinista. Mais tarde mudaria seu nome de batismo, adotando o nome latino de Desiderius Erasmus para assinar seus escritos, e ficaria conhecido como Erasmo de Rotterdam, devido à cidade onde nasceu. (FERACINE, 2011, p. 10).

Erasmo começa a frequentar a escola primária em 1474 e, em 1478, vai para a escola secundária dos frades franciscanos. Após a morte do pai em 1484, fica aos

cuidados de um tutor, que o aconselha a ingressar na Ordem dos Agostinianos, em Steyn. Com o desejo de estudar, abraçou o sacerdócio por volta de 1492, abandonando-o alguns anos depois. Em 1495, é autorizado pelos superiores religiosos a estudar teologia em Paris, na Sorbonne. Nessa época, a Universidade de Sorbonne estava sob a influência da corrente teológica conhecida como escotismo.

Os anos 1495-1496 são um período difícil para Erasmo, que, ao perder a proteção financeiro do padrinho, passa a dar aulas particulares para se manter. Contudo, também é a época das suas primeiras produções na área da pedagogia: “A Arte Epistolar”, “O Método do Estudo” e “As Fórmulas do Colóquio Familiar”. Termina também nesse período o primeiro tomo do livro “Antibárbaros”, uma defesa polêmica dos estudos humanísticos.

No ano de 1508, Erasmo escreve “Elogio da Loucura”. O texto foi escrito na casa do seu amigo Tomás Morus, na Inglaterra, com cujo sobrenome ele faz um jogo de palavras (*Moria* em grego é loucura). Com sua veia satírica, aplica humor aos absurdos da vida, assim como da filosofia, da fé e, mais universalmente, do comportamento humano. Erasmo ainda escreve outras excelentes obras, dentre as quais podemos destacar: “Instrução do Príncipe Cristão”, “O Manual do Soldado Cristão” e “O Livre Arbítrio”.

No dia 12 de Junho de 1536, Erasmo falece na cidade de Basileia, na Suíça, depois de suportar durante algum tempo uma deficiência renal crônica. Seu corpo encontra-se até hoje sepultado na Catedral de Basileia.

Erasmo viveu em uma Europa conturbada, por causa das mudanças que vinham ocorrendo. Junto com as transformações, vinham também os radicalismos: humor e ironia não eram admitidos pelos radicais. Estamos falando do século XVI, fim da Idade Média e início da Idade Moderna. Acontecia o Renascimento e havia uma tensão relacionada à Reforma Protestante. Dentro do Renascimento surge o Humanismo, um movimento de reforma que teve origem entre os intelectuais da Europa, que eram religiosos, mas não dogmáticos, e que se firmava também naquele tempo (SEVCENKO, 1998, p. 15).

A metodologia que os humanistas usavam tinha como base a redescoberta dos estudos das fontes clássicas da Antiguidade, fossem elas romanas ou gregas; pagãs ou cristãs. Eles tiveram grande contribuição para as edições da Bíblia em suas

línguas maternas, não ficando restrita apenas à Vulgata Latina (SEVCENKO, 1998, p.14).

Erasmus utiliza a sátira e o sarcasmo para denunciar o declínio moral de sua época, principalmente o declínio eclesiástico, pois para ele a “Loucura” é o que movimenta e dá sentido à vida. Para Erasmus, a mentira e a ilusão são as bases da nossa sociedade, e com isso a vida se torna mais atrativa.

Em “Elogio da Loucura”, Erasmus critica os abusos que havia em seu tempo: Os fiéis que faziam suas peregrinações sem as motivações corretas, transformando-as em simples viagens; a deturpação dos cultos, que valorizavam mais os símbolos do que os seus significados; a vida medíocre que o clero e os religiosos viviam, fazendo com que valesse mais a vida exterior do que a interior; a confiança que tinham em indulgências para a salvação; a questão de cultuar mais as imagens dos santos do que a pessoa de Jesus Cristo (MARTINA, 1993, p.114).

Erasmus não concordava muito com os assuntos que eram abordados na Escolástica, pois para ele, ao invés de instruir, esta complicava muito mais o entendimento, pois perdia-se tempo falando de assuntos que mais pareciam labirintos. Ele tinha um foco, que também era conhecido como “Filosofia Cristã”, e acreditava que uma reforma poderia ser feita através da educação, do estudo dos clássicos e da ação no mundo, diferente de tudo que a Igreja da época fazia.

Um pacifista no meio de uma época turbulenta de guerra e violência; um ecumênico num período radical confessional e de divisões que, conforme sua “Filosofia Cristã”, tentou viver com base na paz e no amor, buscando a união cristã e o melhoramento moral; um homem extremamente culto; assim era visto por muitos Erasmus de Rotterdam.

ERASMO E O HUMANISMO CRISTÃO

Erasmus encarnou, talvez de um modo mais vivo e, portanto, mais eficaz do que qualquer outro, as tendências do humanismo cristão e do evangelismo, de cujos movimentos é reconhecido como chefe. Com seus brilhantes escritos, ele contribuiu para que se difundisse numa vasta parte da Europa os ideais típicos do movimento: a tolerância; a purificação das estruturas desgastadas e anacrônicas que ainda sobrecarregavam a Igreja; o retorno às fontes; ou seja, fez a divulgação de um patrimônio espiritual do qual ainda hoje vivemos em larga escala. E não é exagero asseverar que ele foi, por alguns

decênios, o pai intelectual de meia Europa (MARTINA, 1995, p.113).

Segundo Giacomo Martina, Erasmo foi um dos homens mais importantes para o Humanismo, principalmente para o Humanismo Cristão, pois ele encarnou tal movimento de forma mais eficaz do qualquer outro pensador de sua época, ficando conhecido como “Príncipe dos Humanistas”, de reconhecimento geral.

Erasmo de Rotterdam, um brilhante pensador, crítico, porém equilibrado em suas palavras, com sua base na filosofia e na teologia, não só assimilou o humanismo em sua época, como também contribuiu de maneira brilhante para firmá-lo.

Sendo um homem culto, muito contribuíram os seus escritos para a propagação do movimento humanista cristão por boa parte da Europa, divulgando os ideais do movimento como a tolerância e a purificação das estruturas eclesíásticas, que já andavam muito desgastadas, anacrônicas e que sobrecarregavam a Igreja. Propagou a ideia do retorno às fontes, às leituras clássicas e isso se enraizou de tal forma que até os dias de hoje sentimos o impacto do seu trabalho.

A estrutura do cristianismo na Europa estava abalada devido a uma série de ocorrências que desestabilizaram o sistema religioso do cristianismo, a saber, o cisma do Ocidente, o comércio das relíquias e das indulgências, a simonia, as crises morais dos papas, bispos e sacerdotes, o nepotismo dos bispos e cardeais e a imoralidade geral do clero que reduzia a lei do celibato à ficção e mística.

Em meio a tudo isso, ele soube dialogar com a sociedade de sua época melhor do que outros intelectuais anteriores; soube ser a voz dos que não tinham vozes, expressou a opinião pública, sendo como um intérprete do povo.

Segundo Timothy George, Erasmo foi o responsável por despertar a Igreja para a necessidade de voltar seus estudos das Sagradas Escrituras para as fontes originais, tirando a Teologia dos artifícios dos sofistas, estudando autores clássicos e ortodoxos, para que a Igreja não vivesse mais no farisaísmo, mas sim de acordo com a verdadeira piedade. (GEORGE, 2015, p.58).

Nesse período, devido ao esfriamento do povo em relação à fé religiosa do cristianismo, alguns indivíduos começam a enxergar uma nova forma de conduzir suas vidas. Depois de anos debaixo de uma servidão radical ao sistema religioso, os homens da Europa descobrem um novo renascer que é fonte de liberdade, autonomia e senso ético independente de qualquer religião.

O ELOGIO DA LOUCURA

Verdade é que Erasmo tem muitas outras obras lançadas, até mesmo em tons bem mais eruditos, que também desfrutam de uma grande influência do humanismo renascentista, porém esta obra com humor crítico é considerada como a grande obra de Erasmo de Rotterdam, devido a sua receptividade mesmo séculos depois de escrita.

“Elogio da Loucura” chega até nós como se estivesse falando para os nossos dias, pois a história parece se repetir. Com um tom sarcástico, a leitura dessa obra acaba divertindo quem a lê e revela a parte obscura da sociedade europeia do século XVI.

A obra foi elaborada no período do renascimento humanístico da Europa, quando algumas obras exaltavam a dignidade do ser humano. Erasmo surge como alguém que vê a sociedade escondida por uma máscara e tira-a, mostrando que a realidade não condizia com a aparência.

O autor conflita a miséria com a grandeza, a sabedoria com a loucura, denunciando a corrupção do interior da Igreja, mostrando que a mesma havia deixado os valores autênticos e sadios humanos e que o Papa Júlio II não passava de um político aventureiro e ambicioso.

A ironia e o sarcasmo fazem desse livro uma obra encantadora, colocando os opostos para falarem: a ilusão e a verdade, a sabedoria e a demência, a máscara e a autenticidade. Essa obra causou um grande impacto não só em sua época, como ainda nos dias de hoje, contribuindo para uma reflexão e cooperando para uma contínua reforma dentro dos ambientes eclesiásticos.

Resumindo, a obra “Elogio da Loucura” pode ser vista como uma denuncia sarcástica-crítica por parte de Erasmo.

O CLERO, ESCRAVO DA CUPIDEZ

Aconselhei a esses pretensos sucessores dos apóstolos que seguissem um caminho inteiramente oposto, e ninguém jamais soube aproveitar melhor os meus conselhos. Com efeito, o principal objetivo dos nossos Ilustríssimos e Reverendíssimos consiste em viver alegremente, e, quanto ao rebanho, que dele cuide Jesus Cristo. Aliás, já não possuem os arcebispos, os vigários gerais, os confessores, os frades e mil outros fiéis mastines, que estão sempre em guarda contra o lobo do inferno? Os bispos chegaram a esquecer de que o seu nome, tomado ao pé da letra, significa trabalho, zelo, solicitude pela redenção das almas. Mas – por Baco! – não se esquecem nunca das honrarias e do dinheiro (ERASMO, 1982, p.153-154).

No final da Idade Média, a Igreja passava por um momento difícil devido à conduta moral do clero que ostentava uma vida pomposa, querendo imitar os reis, pois acreditava que assim seria visto pelos homens com mais seriedade. Vivendo uma vida totalmente contraditória com os ensinamentos de Cristo, na qual muitos dos seus líderes religiosos estavam mais preocupados com os bens terrenos do que com o ensino da Sagrada Escritura para o povo.

De acordo com o autor, ele já havia aconselhado alguns membros do clero, a quem se refere como “sucessor dos apóstolos”, para que seguissem um caminho diferente dos antecessores, pois estes estavam preocupados apenas com suas posições diante da sociedade e não em fazer aquilo que Jesus Cristo havia ensinado, que era cuidar do rebanho de Deus. Estavam mais preocupados com bens e recompensas terrenas, esquecendo assim o viver de maneira simples, modesta, sendo que muitos se esqueceram do trabalho para viver uma vida de ostentação.

Para que tantos tesouros? Aqueles que pretendem representar o antigo colégio dos apóstolos não deveriam, antes de tudo, imitar a sua pobreza? Afirmando que, se os cardeais fizessem a si mesmos semelhantes apóstrofes, refletindo seriamente sobre todos esses pontos, de duas uma: ou devolveriam imediatamente o chapéu, ou levariam uma vida laboriosa, cheia de desgostos e de desejos, justamente como faziam os primeiros apóstolos da Igreja (ERASMO, 1982, p. 154-155).

Erasmus tinha como enfoque o que ele chamava de “Filosofia de Cristo”, onde o viver a vida deveria ser de uma maneira modesta, lutando contra a ganância ou desejos pelos bens terrenos, se preocupando com o bem estar do próximo. Aqui ele

faz uma crítica ao fato de muitos dos membros do clero terem muitas riquezas guardadas, fazendo o oposto dos ensinamentos de Cristo, dizendo que não teria como o clero dizer que era herdeiro da escola dos apóstolos se o mesmo não vivia como os apóstolos viviam.

O autor ainda diz que, se os clérigos quisessem viver da maneira como os apóstolos viveram, teriam que passar por privações e dificuldades, vivendo uma vida com desgosto profundo, mas que na verdade eles nunca iriam querer isso, não trocariam os bens terrenos por aquilo que era o verdadeiro ensinamento de Cristo.

Os papas dizem-se vigários de Jesus Cristo, mas, se procurassem conformar-se à vida de Deus em seu Mestre; se sofressem pacientemente os seus padecimentos e a sua cruz, mostrando o mesmo desprezo pelo mundo; se refletissem seriamente sobre o belo nome de papa, isto é, de pai, e sobre o santíssimo epíteto com que são honrados – quem seria mais infeliz do que eles? Quem desejaria comprar, com todos os haveres, esse cargo eminente, ou quem, uma vez elevado ao mesmo, desejaria, para sustentar-se nele, empregar a espada, os venenos e toda sorte de violências? Ai! Quantos bens perderiam eles se a sabedoria se apoderasse por um instante do seu ânimo! A sabedoria?! Bastaria que tivessem um grãozinho apenas daquele sal de que fala o salvador. Perderiam, então, aquelas imensas riquezas, aquelas honras divinas, aquele vasto domínio, aquele gordo patrimônio, aquelas dignidades e aqueles ofícios de que participam; todos aqueles impostos que percebem, quer nos próprios Estados, quer nos alheios; o fruto de todas aquelas indulgências, com as quais vão traficando tão vantajosamente; aquela numerosa corte de cavalos, de mulas, de servos; aquelas delícias e aqueles prazeres de que gozam continuamente (ERASMO, 1982, p. 155-156).

Erasmus faz uma crítica aos líderes da Igreja, dizendo que os mesmo reivindicavam suas posições como substitutos de Cristo por direito, porém a maneira de viverem suas vidas era como de pessoas que não conheciam a vida de Cristo. Não havia nenhuma semelhança sequer, pois os mesmos, ao invés de desprezarem o mundo, desejavam cada vez mais o mundo, não exercendo a verdadeira função do papa (pai)¹, isto é, cuidar das pessoas como se um pai fosse para elas.

¹ Segundo Russel Norman Champlin, o termo Papa vem diretamente do Latim, Papas (derivado do grego, Pappas), que significa Pai. Esse vocábulo, em seu uso mais antigo, referia-se a qualquer bispo importante ou notável, como Cipriano, que foi assim intitulado. Na igreja oriental, era um título aplicado ao bispo de Alexandria. A palavra grega, Pappas, até hoje é aplicada aos padres da Igreja Ortodoxa Oriental. Mas o Papa, atualmente, é especificamente, o cabeça da Igreja Católica Romana.

O autor ainda diz que, se todos levassem o papado a sério, ninguém iria querer comprar esse cargo, denunciando assim a corrupção no meio da Igreja quanto à escolha dos seus líderes, onde muitos conseguiam cargos através de altos valores pagos em dinheiro, e que ninguém iria fazer tantas guerras para manter o cargo, isso de acordo com a vida que deveriam viver diante do exemplo de Cristo.

Erasmus diz que: “se os papas tivessem um pouco mais de consciência, ou pelo menos vivessem o básico do evangelho de Jesus Cristo, perderiam todas as riquezas, honrarias, patrimônios, status, poder, influência, dinheiro que recebiam.” Em resumo, se vivessem verdadeiramente como Cristo viveu, já que eram os substitutos de Cristo, deveriam abrir mão das riquezas, da glória e dos prazeres temporais: “E é sobretudo para defender e conservar essa rica aquisição que os pontífices romanos costumam condenar as almas” (ERASMO, 1982, p. 157-158).

Vemos Erasmo aqui falando contra as guerras que o clero ordenava e articulava, usando como armas interdições, suspensões, anátemas, pinturas vingadoras, em nome de Deus, mandando à vontade qualquer um para o inferno, para manter as suas riquezas com a desculpa de que fazia isso para proteger a “Noiva de Cristo” (a Igreja), dizendo estar combatendo os pagãos que não tinham parte com as coisas de Deus. Na verdade, o que interessava a ele era o poder temporal e as riquezas dessa vida.

A partir do momento que o clero se sentisse ameaçado, essas armas seriam utilizadas para tentar manter a ordem e suas riquezas, usando a cultura do medo para inibir ações contrárias aos seus interesses.

Eu desejaria saber, porém, se haverá para a Igreja inimigos mais perniciosos do que esses ímpios pontífices, os quais, em lugar de pregar Jesus Cristo, deixam no esquecimento o seu nome e o põem de lado com leis lucrativas, alteram a sua doutrina com interpretações forçadas e, finalmente, o destroem com exemplos pestilentos (ERASMO, 1982, p. 158).

Erasmus acreditava que a tão desejada reforma dentro da Igreja iria acontecer através da educação; educação que valorizasse a retórica sobre a dialética, os clássicos sobre os escolásticos e a ação no mundo sobre a reclusão monástica.

O autor deixa claro nesse trecho do livro toda a sua indignação contra os pontífices da Igreja de sua época, demonstrando total insatisfação para com os mesmos.

Erasmus denuncia que o maior inimigo da Igreja não eram os ditos “pagãos” ou algo exterior à Igreja, mas sim os pontífices, que tinham atitudes de ímpios, deturpando os ensinamentos de Cristo para obter seus lucros, mudando os ensinamentos e até mesmo as doutrinas para que viessem a prevalecer as suas vontades, destruindo assim tudo aquilo que viesse combater ou despertar os leigos para o estilo de vida que o clero vivia de maneira não condizente com o ensino de Cristo.

Vemos também o Padre Jesuíta Giacomo Martina, em seu livro sobre a história da Igreja, concordando de uma forma indireta com essa afirmação de Erasmo, quando menciona a situação de declínio da Igreja no período final da Idade Média, dizendo que o único erro dos sacerdotes daquele período era o de trair a verdade (MARTINA, 1995, p.53).

A IGNORÂNCIA

Finalmente, se houver alguns que, embora não entendendo nada desses velhos idiomas, queiram dar mostras de que os compreendem, nesse caso devem aparentar uma fisionomia satisfeita, aprovar abanando a cabeça, ou simplesmente as longas orelhas de burro, e dizer com um ar de importância: Bravo! Bravo! Muito bem! Justamente! (ERASMO, 1982, p. 30).

Erasmus denuncia os atos covardes dos membros do clero que, com o intuito de esconder a sua ignorância, usavam muitas vezes meios de inserir línguas estrangeiras ou palavras gregas em suas ministrações, fazendo disso uma “fumaça” para os leigos que os ouviam, para que, de alguma forma, aqueles que não entendessem o que fora dito admirassem o conhecimento daquele que falava e não percebessem sua ignorância.

Em contrapartida, aqueles que ouviam também não queriam mostrar que não sabiam nada; mesmo sem entender o que era dito, balançavam suas cabeças de forma positiva para que outros também vissem que eles dominavam aquilo que era falado, mesmo com total ignorância sobre o pronunciado.

Para o autor, a ignorância era uma das maiores causas de haver tantos erros doutrinários e morais, fazendo a Igreja se afastar dos verdadeiros ensinamentos de Cristo.

Erasmus acreditava piamente que a reforma dentro da Igreja só seria possível através da educação:

Porque, se há verdades que, tendo sido bem demonstradas, não deixam lugar às dúvidas, quantas não serão – pergunto – as que perturbam a tranquilidade e os prazeres da vida? Os homens, enfim, querem ser enganados e estão sempre prontos a deixar o verdadeiro para correr atrás do falso. Quereis disso uma prova sensível e incontestável? Ide assistir a um sermão, e vereis que, quando o cacarejador (oh! que injúria! enganei-me, desculpai-me), queria dizer, quando o pregador aborda o assunto com seriedade e apoiado em argumentos, o auditório dorme, boceja, tosse, assoa o nariz, relaxa o corpo, inteiramente enjoado. Se, porém, o orador, como quase sempre é o caso, conta uma velha fábula ou um milagre da lenda, então o auditório logo se agita, os dorminhocos despertam, todos os ouvintes levantam a cabeça, arregalam os olhos, prestam atenção (ERASMO, 1982, p. 103).

Erasmus diz que o povo já estava acostumado com o engano que era dito pelos pregadores clericais em seus sermões, tanto que, quando o orador falava de um assunto com seriedade e conhecimento de causa, o auditório não dava a importância devida e menosprezava tanto o orador quanto a sua fala. Porém, quando o orador contava velhas fábulas, e segundo o texto isso era corriqueiro, o povo despertava e dava uma atenção ao que estava sendo dito.

O autor diz que o povo tinha a liderança que merecia, pois o mesmo se apressava para o engano, pois se fosse conhecedor dos ensinamentos genuínos de Cristo exigiria mais dos oradores, porém, conforme dito por Erasmus, as pessoas gostavam dos enganos e das fábulas. Em contrapartida, o clero aproveitava para manter o povo no engano e continuava contando velhas fábulas para aumentar o seu lucro.

Se a verdade das Sagradas Escrituras fosse dita pelos oradores, não haveria dúvida no meio do povo e ele não seria enganado; porém, isto causaria um desconforto tanto no meio dos ouvintes quanto daqueles que pertenciam ao clero.

No entanto, esses insignificantes faladores envaidecem-se com sua vazia erudição e experimentam tanto prazer em ocupar-se dia e noite com essas suavíssimas nênias que nem tempo lhes sobra para ler ao menos uma vez o evangelho e as cartas de São Paulo. E o mais bonito é que, enquanto assim cacarejam em suas escolas, imaginam-se os defensores da Igreja, que cairia na certa, se cessassem um momento de sustentá-la com a força dos seus silogismos, exatamente como Atlante, segundo os poetas, sustenta o céu com as costas. [...] Contam

ainda os nossos discutidores com outro grande motivo de felicidade. As escrituras são, em suas mãos, como um pedaço de cera, pois costumam dar-lhes a forma e o significado que mais correspondam ao seu gênio. Pretendem que as suas decisões acerca das sagradas escrituras, uma vez aceitas por alguns outros escolásticos, devam ser mais respeitadas do que as leis de Solon e antepostas aos decretos dos papas. Erigem-se em censores do mundo e, se alguém se afasta um pouquinho das suas conclusões, diretas ou indiretas, obrigam-no logo a se retratar, sentenciando como oráculos: essa proposição é escandalosa, esta aqui é temerária, aquela cheira à heresia, aquela outra soa mal. Dessa forma, nem o evangelho, nem o batismo, nem Paulo, nem Pedro, nem Jerônimo, nem Agostinho, nem o próprio Tomás de Aquino, embora aristotélico fanático, saberiam fazer um ortodoxo sem o beneplácito desses bacharéis, tão necessária é a sua sutileza para bem decidir da ortodoxia (ERASMO, 1982, p. 133-134).

Erasmus faz uma crítica aos oradores, que acreditavam serem pessoas preparadas para defender a Igreja, onde os mesmos eram responsáveis pelo ensinamento das Sagradas Escrituras. Ao invés de se dedicarem aos estudos, se dedicavam mais a liturgias vazias, sem vida, de tal forma que não tinham tempo para a reflexão das Sagradas Escrituras e quando queriam fazer suas preleções era perceptível que era vazio, sem conhecimento algum.

O clero manipulava as Sagradas Escrituras, desvirtuando aquilo que realmente era relevante a ser dito e inventando assuntos para preencher a sua ministração. Caso houvesse algum leigo que discordasse da sua preleção, o mesmo era obrigado, sob ameaças, a se desculpar, pois os oradores queriam que todos valorizassem sua fala como se fosse mais importante que as leis, mesmo sendo a fala totalmente fora dos ensinamentos das Sagradas Escrituras.

O autor usa de ironia para dizer que até mesmo os apóstolos ou os Pais da Igreja teriam dificuldade para entender as preleções do clero daquela época, sem saber o que verdadeiramente era válido ou não, de acordo com o que era dito pelos oradores.

Em terceiro lugar, propõem, em forma de narração, algum trecho do Evangelho, mas superficialmente e de fugida, e, se bem que devesse ser esse o seu principal dever, eles o tratam de passagem, quase que incidentalmente. Em quarto lugar, como se representassem uma nova personagem, levantam uma questão teológica, que embora não se coadune muito com o assunto, é por eles julgada tão necessária que lhes pareceria um pecado contra a arte a não inclusão dessa digressão. É nessas

passagens que os nossos pregadores franzem soberbamente as teológicas sobranceiras e atordoam os ouvidos do auditório com magníficos epítetos dedicados aos seus doutores: solenes, sutis, sutilíssimos, seráficos, santos, irrefragáveis, etc., etc. É também nessas passagens que, como uma saraivada, descarregam uma tempestade de silogismos, de maiores, de menores, de conseqüências, de corolários, de suposições; e, como bons intrujões, impingem essas insípidas e insolentes bagatelas da sua escola a uma multidão de ignorantes (ERASMO, 1982, p. 144, 145).

Erasmus não era adepto da Escolástica, apesar de ter estudado na França, pois, segundo ele, os teólogos perdiam muito tempo com assuntos que em nada eram relevantes e nesse trecho vemos a crítica do autor de uma maneira mais clara, dizendo que o Evangelho não era usado como o tema central das preleções dos pregadores, os quais falavam do Evangelho de uma maneira superficial, para não dizer que não foi mencionado.

Segundo Alister McGrath, os humanistas preferiam trabalhar com as situações históricas e concretas específicas. Eles não eram voltados para as mesmas questões que os escolásticos, que estavam mais atentos a ideias abstratas, deslocadas e separadas de seus contextos históricos de vida (MCGRATH, 2007, p. 51).

Os oradores levantavam questões teológicas totalmente irrelevantes para a vida e o conhecimento dos seus ouvintes, mas com um ar de tão grande importância que parecia ser um erro quem não desse a atenção devida ao assunto. Para a valorização do mesmo, nesse momento os oradores usavam de técnicas de oratória, citações de doutores e linguagens, deixando o povo que ali ouviu sem entender nada do que era dito.

Erasmus acreditava que o que deveria ser ensinado através das Sagradas Escrituras era apenas o Novo Testamento, principalmente os Evangelhos, que é onde estão os ensinamentos de Jesus Cristo de uma maneira mais direta, valorizando assim a simplicidade do Evangelho para a vida do homem, destacando a vida modesta que Cristo ensinou e não assuntos abstratos e desconhecidos, a que os escolásticos gostavam de se prender.

PENSAMENTO MÁGICO

Soldados há que, depois de uma pequena prece diante da imagem de Santa Bárbara, ficam certos de que sairão ilesos da batalha. Alguns acreditam que, invocando o Santo Erasmo em certos dias, com certas orações e à luz de certas lamparinas, seja possível fazer uma grande fortuna em pouco tempo (ERASMO, 1982, p. 91).

Segundo Erasmo, havia algo entre o povo, como uma espécie de “pensamento mágico”, onde eles acreditavam com certa mística que coisas poderiam acontecer a partir de um pedido, com todo um ritual criado pelos homens, para que pudessem alcançar suas graças.

Outra espécie de extravagantes é constituída pelos que, confiando em certos pequenos sinais exteriores de devoção, em certos palanfrórios, em certas rezas que algum piedoso impostor inventou para se divertir ou por interesse, estão convencidos de que irão gozar uma inalterável felicidade, conquistar riquezas, obter honras, satisfazer determinados prazeres, nutrir-se bem, conservar-se sãos, viver longamente e levar uma velhice robusta. E, como se isso não bastasse, ainda esperam poder ocupar no paraíso um posto elevado, sob a condição, porém, de só passarem ao número dos beatos tão tarde quanto possível. Pensam, então, chegado o tempo de voar por entre as inefáveis e eternas delícias do céu, uma vez abandonados pelos bens da terra, a que se afeeram de todo o coração (ERASMO, 1982, p. 92- 93).

Vemos aqui a crítica de Erasmo aos que ele chama de “extravagantes”, aqueles que confiavam a sua vida a um piedoso impostor, que estaria fazendo algumas rezas ou coisas do tipo, com o intuito de se divertir ou de obter alguns lucros, e os que nele confiavam, acreditavam que por esse motivo seriam mais ricos, conquistariam mais bens terrenos, se esquecendo dos bens atemporais, porém acreditando que iriam usufruir deles na vida pós-morte.

Persuadidos dos perdões e das indulgências, ao negociante, ao militar, ao juiz, basta atirarem a uma bandeja uma pequena moeda, para ficarem tão limpos e tão puros dos seus numerosos roubos como quando saíram da pia batismal. Tantos falsos juramentos, tantas impurezas, tantas bebedeiras, tantas brigas, tantos assassínios, tantas imposturas, tantas perfídias, tantas traições, numa palavra, todos os delitos se redimem com um pouco de dinheiro, e de tal maneira se redimem que se julga poder voltar a cometer de novo toda sorte de más ações. Quem já terá visto homens mais tolos, ou melhor, mais felizes do que os devotos, os quais julgam que

entrarão infalivelmente no reino dos céus, recitando todos os dias sete versículos, que eu não sei quais sejam, dos salmos sagrados? (ERASMO, 1982, p. 93).

Segundo Erasmo, o povo vivia uma vida sem compromisso com os ensinamentos de Cristo, vivia como que dentro de um pensamento mágico, onde bastaria você depositar uma moeda no gazofilácio e todos os seus pecados estavam perdoados, mesmo que não houvesse arrependimento e mudança de vida, o que era totalmente oposto às Sagradas Escrituras.

Através desses e de outros ensinamentos errôneos surge o misticismo, onde as pessoas passaram a valorizar mais suas experiências pessoais do que as Sagradas Escrituras, acreditando mais em “formulas mágicas” do que nos ensinamentos de Cristo.

Segundo Timothy George, o medo pairava sobre o povo quando o assunto era vida após a morte. Juntamente com isso, a pressão para se purificar de todos os seus pecados aumentava, fossem eles externos ou internos, pois ninguém queria ser condenado ao purgatório ou ao inferno, conforme era ensinado. Isso colocava um peso insuportável sobre os penitentes. Só a confissão não era o suficiente para alcançar o perdão dos seus pecados, segundo ensinado pelo clero, pois precisava-se realizar também obras de reparação. Com isso, foi gerado um ativismo religioso em fins da Idade Média, onde na verdade o interesse eram construções de novas igrejas através desse comércio das indulgências (GEORGE, 1993, p. 30).

Suponha-se que, em meio a todos esses prejuízos, surgisse um odioso moralista que, em tom apostólico, fizesse esta patética, mas verdadeira exortação: “Não basta ter devoção por São Cristóvão: é preciso, também, viver segundo a lei divina, para não chegar a um mau fim. Não basta oferecer uma pequena moeda para obter perdões e indulgências: é preciso, ainda, odiar o mal, chorar, velar, rezar, jejuar, numa palavra, mudar de vida, praticando constantemente o Evangelho. Confiais em algum santo? Pois segui os seus exemplos, vivei como ele viveu, e assim merecereis a graça do vosso santo protetor”. Aqui entre nós: esse moralista não andaria mal falando dessa forma, mas, ao mesmo tempo tiraria os homens de um estado de felicidade, para lançá-los na miséria e na dor (ERASMO, 1982, p. 96- 97).

Erasmo crítica o fato do povo não viver uma vida de uma religião interiorizada, mas sim uma vida desregrada e não centralizada na pessoa de Cristo. Ele mostra que o povo, devido à ignorância e aos ensinamentos errôneos por parte do clero, vivia

dentro de um engano, como que bastava estar em dia com suas indulgências que eles estariam livres da condenação eterna.

O autor faz uma crítica a esse estilo de vida, mostrando que não era isso que Cristo havia ensinado, pois os fiéis deveriam viver uma vida íntegra, com mudança de vida, seguindo o exemplo dos santos, para que a vida que vivessem viesse a ser uma vida verdadeiramente de um cristão. Ele diz que se alguém surgisse dizendo essas verdades, ao invés de deixar os corações alegres, iria lançá-los na miséria e na dor, pois veriam o seu real estado diante das Sagradas Escrituras.

A propósito de culto, o que os cristãos prestam aos santos consiste quase todo em amá-los e imitá-los. Oh! como são numerosos os que, em pleno meio-dia, acendem velas aos pés da Virgem Mãe de Deus! Mas, não se acha quase nenhum que siga os seus exemplos de castidade, de modéstia, de zelo pela causa da salvação. No entanto, a imitação das suas virtudes seria o único culto capaz de assegurar o céu aos devotos (ERASMO, 1982, p. 109).

Erasmus ainda continua frisando o assunto sobre a imitação das virtudes dos santos, pois o tempo em que ele vivia, segundo escreve, era de pessoas religiosas sem virtudes, apenas vivendo uma vida de aparência religiosa, mostrando que as mesmas eram mais zelosas para com as liturgias cultuais do que para com as suas próprias vidas.

Para Erasmo, a maneira de viver, o seu culto interiorizado era o que iria assegurar o céu para os devotos, e não suas liturgias vazias de vida.

Imitar Jesus Cristo? É o último dos seus pensamentos.(...) Quase todos confiam tanto em certas cerimônias e em certas tradições humanas, que um só paraíso lhes parece um prêmio muito modesto para os seus méritos. No entanto, Jesus Cristo, desprezando todas essas macaquices, só julgará os homens pela caridade, que é o primeiro dos seus mandamentos (ERASMO, 1982, p.138).

Segundo o autor, o clero não se importava com o imitar a Cristo, isso era uma das últimas coisas que passavam em suas cabeças, justamente para não perder as riquezas terrenas e não passar por privações nessa vida.

Acreditava-se mais em tradições criadas por homens do que nas Sagradas Escrituras; seguia-se mais o que era dito pelos homens do que o que havia sido

registrado sobre os ensinamentos de Cristo, parecendo que o Céu era uma coisa muito desprezível para alguns.

Erasmus aproveita para ensinar de que forma o julgamento de Cristo seria realizado, não olhando a exterioridade do homem, mas sim o seu interior e suas atitudes para com o próximo, frisando que essa foi a lei que Cristo deixou para os homens.

Giacomo Martina faz uma observação sobre outro livro de Erasmus, o “Manual do Soldado Cristão”, que apresenta essa idéia sobre o Cristianismo de uma maneira mais clara, em que a interioridade é que era a base. Não os ritos externos, mas sim a essência do ser, onde havia um combate constante contra as paixões, para que pudéssemos cada dia mais nos elevarmos até Cristo e nos libertarmos das ânsias pelos bens materiais (MARTINA, 1995, p. 104).

DESLEIXO, IMORALIDADE E TIRANIA DO CLERO

A sua principal devoção consiste em não fazer nada, chegando ao ponto de nem ler. Sem dar-se ao trabalho de entender os salmos, já se julgam demasiado doutos quando lhes conhecem o número, e, quando os cantam em coro, imaginam elevar o céu com a asnática melodia (ERASMO, 1982, p. 137).

Erasmus, nesse ponto, critica especificamente os monges, dizendo que os mesmos não deveriam ser chamados por esse nome, justamente porque o significado era de estar em reclusão, alternando sua vida entre estudos e trabalho, coisa que os monges da época não faziam mais, se agarrando apenas a um estilo de vida metódico, como quantos nós deveriam ter os sapatos: “Os mais ridículos, a meu ver, são os que se horrorizam ao verem dinheiro, como se se tratasse de uma serpente, mas não dispensam o vinho nem as mulheres” (ERASMO, 1982, p. 138).

O autor direciona uma crítica à vida moral dos monges, apontando a hipocrisia de alguns, que faziam alvoroço quando em contato com dinheiro, como se aquilo fosse o pior de todos os pecados, mas não abriam mão dos vinhos e das mulheres, vivendo uma vida de total imoralidade na época, tirando a credibilidade da Igreja para com o povo.

Além disso, assim como a igreja cristã foi fundada com sangue, confirmada com sangue, dilatada com sangue, assim também os papas a governam com sangue, como se nunca Jesus Cristo tivesse existido para protegê-la e sustentá-la. A guerra é, por natureza, tão cruel, que muito mais conviria às feras do que aos homens; tão insensata que os poetas a atribuíram às fúrias do inferno; tão pestilenta que corrompe todos os costumes; tão iníqua que a fazem melhor perversos ladrões do que homens probos e virtuosos; finalmente, tão ímpia que nenhuma relação possui com Jesus Cristo nem com sua moral (ERASMO, 1982, p. 159).

Erasmus faz um jogo de palavras para falar sobre as guerras que os papas fizeram enquanto estiveram no poder, guerras essas para permanecer no poder. Ele diz que a Igreja foi fundada, confirmada e dilatada com sangue, numa referência à crucificação de Jesus; depois ele faz a crítica usando a palavra sangue para falar sobre a tirania dos papas em suas guerras pessoais.

O autor diz que parece que a Igreja não conhecia Jesus Cristo, já que governava como se Cristo nunca tivesse existido e diz que a guerra não é para homens, mas sim para pessoas não evoluídas, que vivem suas vidas baseadas apenas nos instintos, assim como os animais. Ele ainda acrescenta que guerras nada têm a ver com a vida de Jesus Cristo e nem com a sua moral. Erasmus era um humanista pacifista, nunca foi a favor de guerras.

MITOLOGIA CRISTÃ

Nunca observastes que, ao celebrar-se numa igreja a festa de um santo poético ou romântico – por exemplo, de um São Jorge, de um São Cristóvão, de uma Santa Bárbara – em geral se costuma consagrar-lhe uma pompa e uma devoção bem maiores que a que se consagra a São Pedro e São Paulo, e ao próprio Nosso Senhor? Mas, não é este o lugar apropriado para tal questão (ERASMO, 1982, p. 103-104).

Durante toda a escrita de “Elogio da Loucura”, percebe-se que Erasmus cita muitas vezes, de uma maneira sarcástica, os deuses da mitologia grega, querendo dizer com isso que aquilo que o clero combatia, denominando práticas pagãs, os chamados cristãos cometiam as mesmas práticas.

Assim como na mitologia existia um deus para uma situação específica, os cristãos faziam dos seus santos a mesma coisa, usando cada um como que para resolver um tipo de problema e a quem deveriam realmente cultuar, não era cultuado.

Como podemos observar no texto acima, essa é a crítica de Erasmo, pois Santa Bárbara era invocado pelos soldados, São Cristovão era invocado pelos marinheiros e Santo Erasmo invocado pelos aventurosos, fazendo-se de cada um deles um “deus” para uma situação específica, assim como na mitologia grega, onde Hera era a deusa que protegia o casamento, Ártemis deusa da caça, Ares deus da guerra, etc.

Para Erasmo, os cristãos daquela época acabaram formando uma “mitologia cristã”, devido aos ensinamentos errôneos que os mesmos receberam do clero, deixando de lado a essência do Cristianismo, o qual é uma religião monoteísta.

A “LOUCURA” TINHA RAZÃO: A CRISE NO CRISTIANISMO

Como as funções episcopais consistem em ornamentos misteriosos e quase teatrais, em cerimônias, em títulos faustosos de beatíssimo, reverendíssimo, santíssimo, em bênçãos e maldições, julgam eles que já fazem bastante a vontade de Jesus Cristo, sem suspeitarem o que lhes poderá este dizer-lhes um dia. Agora não é mais necessário fazer milagres; instruir o povo dá muito trabalho; ensinar as escrituras cheira à escolástica; para pregar, seria preciso tempo; chorar convém somente às mulheres; ser pobre, oh! que coisa feia! deixar-se vencer é vergonhoso demais e indigno de um homem que mal admite que lhe beijem o beatíssimo pé os reis mais poderosos; finalmente, morrer, oh! é a mais amarga de todas as coisas! ser crucificado – irra! – é uma infâmia horrível! (ERASMO, 1982, p. 156-157).

Erasmo relata que o clero já não achava mais necessário ter uma vida voltada para as coisas que se relacionavam ao reino dos céus, não instruía mais o povo, pois isso não era interessante para ele. Resumindo: não fazia mais o que era imposto pelos cargos que exercia, pois estava mais interessado em seus prazeres pessoais.

A “Loucura” tinha razão quando criticou o clero falando contra a cupidez, a ignorância, o pensamento mágico, a imoralidade, o descaso, a tirania e a mitologia cristã, pois essas coisas levaram a uma crise existencial no cristianismo, tirando toda a credibilidade da Igreja e do clero, fazendo o povo se sentir abandonado, sem rumo para uma vida pós-morte.

Segundo Earle E. Cairns, a Igreja Romana perdeu a credibilidade para com os leigos; as organizações hierárquicas dentro da Igreja começaram a ser corroídas por alguns motivos, dentre eles podemos citar três: celibato, luxúria e feudalismo.

Segundo o autor, o celibato, que não condizia com os ensinamentos da Sagrada Escritura, fazia muitos do clero se perderem em amores proibidos, muitas vezes dentro de suas próprias congregações ou tomando concubinas para si; em consequência disso, muitos tiveram que enfrentar problemas de cuidar dos filhos desses relacionamentos, dando menos atenção às funções clericais.

Alguns do clero, conforme vimos acima nos escritos de Erasmo, viveram uma vida de luxúria e ostentação, deixando isso bem à mostra para o povo leigo que sofria para tentar viver uma vida íntegra dentro do que eles entendiam sobre o ensino das Sagradas Escrituras.

Ainda de acordo com Earle Cairns, o feudalismo também era um problema, pois os clérigos dividiam os seus interesses em muitas situações onde o senhor feudal muitas vezes iria impor sua vontade a seu servo acima da vontade do papa, ficando o servo assim dividido quanto a quem obedecer, se ao papa ou ao seu senhor (CAIRNS, 2008, p. 219).

Os clérigos, devido as suas conquistas de riquezas, reservavam mais tempo para as suas responsabilidades seculares do que às tarefas de ordem espiritual, gerando assim um sentimento de abandono nos fiéis.

Aquilo que Erasmo viria a denunciar no livro “Elogio da Loucura” seria umas das causas principais para a crise no cristianismo no final do século XV e início do XVI.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que a igreja no século XVI estava longe de ser aquela dos ensinamentos de Jesus. O clero não se preocupava mais com as questões morais, vivendo uma vida desregrada e usando os seus cargos para benefícios próprios.

Para obter essas conquistas, manipulavam as Sagradas Escrituras, aproveitando da dificuldade que havia na época de uma pessoa comum ter um exemplar em mãos e de poucas pessoas terem o conhecimento do Latim, isso só mudou com a invenção da Imprensa e as novas traduções que vieram logo depois, que mais a frente foram essenciais para expandir a ideia da Reforma Protestante.

O que foi evidenciado fundamentalmente a partir do decorrer deste artigo, tendo como referência o Século XVI, pode ser também constatado nos dias de hoje,

pois percebe-se que houve pouca mudança e vemos líderes religiosos, em nome de Deus, usando discursos farisaicos, aproveitando da fé alheia, da falta de conhecimento das Sagradas Escrituras de alguns, para se enriquecerem de maneira ilícita e viverem uma vida de ostentação, sem se importar com o pobre ou com a Justiça Social, sendo totalmente oposto aquilo que Jesus (a quem eles dizem seguir) deixou como exemplo.

REFERÊNCIAS

- CAIRNS, Earle Edwin. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CHAMPLIN, Russel Norman. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*. Vol. 5. 9. ed. São Paulo: Hagnos, 2008.
- ERASMO, Desidério. *Elogio da Loucura*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro/ Tecnoprint, 1982.
- _____. *Elogio da Loucura*. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- FERACINE, Luiz. *Erasmus de Rotterdam: o mais eminente filósofo da Renascença*. São Paulo: Escala, 2011.
- GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero a nossos dias (vol. I: A era da Reforma)*. São Paulo: Loyola, 1995.
- MCGRATH, Alister. *Origens intelectuais da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- _____. *O pensamento da Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

Como citar: GOMES, Raphael Fernandes; OLIVEIRA, Rosane Cristina de; FRAZÃO, Idemburgo Pereira. *As Margens em Desfile*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

AS MARGENS EM DESFILE

POR: RAPHAEL FERNANDES GOMES²

ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA³

IDEMBURGO PEREIRA FRAZÃO⁴

² Mestrando no Programa de Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio.

³ Professora Adjunta do Programa de Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio, e professora das Faculdades Integradas Simonsen.

⁴ Professor Adjunto do Programa de Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio.

As Margens em Desfile

RESUMO: O presente artigo apresenta uma reflexão acerca do papel das Escolas de Samba não só como momento de libertação e felicidade efêmera, mas como agente de veiculação de histórias de grupos marginalizados e como plataforma para enredos-manifesto. O estudo apresenta inicialmente uma visão sobre a marginalidade, analisando como se dá e quais os tipos de marginalidade que podemos encontrar principalmente na sociedade da região do Rio e Grande Rio, tendo como base a pesquisa de Janice Perlman. O texto apresenta um histórico das manifestações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro e do surgimento das Escolas de Samba, ressaltando a sua origem marginal, seguido de uma apresentação de temáticas abordadas em alguns enredos escolhidos para demonstrar a ideia apresentada e um estudo sobre o enredo “Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia” apresentado pelo carnavalesco Joãozinho Trinta na Beija-flor de Nilópolis em 1989, considerado por muitos como o maior desfile de todos os tempos. Metodologicamente, este trabalho alicerça-se em estudo bibliográfico e fontes primárias a partir de informações de sites oficiais sobre o samba e Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Palavras chave: *Carnaval; marginalidade; margens; Escolas de Samba.*

Introdução

O carnaval carioca é das manifestações culturais mais democráticas que podemos identificar dentre as festas e folguedos populares do nosso país. Nele estão presentes pessoas das mais diversas classes sociais, credos e etnias, brincando lado a lado e se divertindo de forma livre e espontânea, principalmente nos blocos de rua e no desfile das Escolas de Samba.

É a reunião para o divertimento que impulsiona os folguedos carnavalescos, mas, em sua evolução, as inversões possibilitadas pelo carnaval deixam um sulco profundo na memória coletiva. As diversas modalidades carnavalescas surgidas podem, em vários momentos, mascarar o quanto a riqueza cultural carnavalesca marca os cidadãos brasileiros, principalmente os cariocas. (FRAZÃO, 2010, p.33)

O desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro pode ser considerado como uma das maiores manifestações culturais do Brasil e apresentando (e é conhecido mundialmente) em seu cortejo elementos da maioria das etnias, culturas e povos que formaram culturalmente a brasilidade.

Em que pesem as críticas de alguns quanto a uma possível elitização da festa na Marquês de Sapucaí, é possível identificar no desfile a mistura social que sempre o caracterizou. Nas Escolas de Samba podemos ver pessoas que ensaiam durante todo o período pré-carnavalesco, para ganhar a sua fantasia e o direito de desfilar, desfilando lado a lado com o turista europeu, por exemplo, que pagou uma boa fortuna em uma fantasia.

Assim, podemos dizer que o carnaval é um momento efêmero de libertação e fantasia. Onde o trabalhador, morador de comunidade ou de bairros do subúrbio, pode brincar de ser rei, rainha, descobridor, índio, orixá ou qualquer outra coisa que lhe seja possível e agradável. Na Avenida Marquês de Sapucaí, o operário vira burguês dos tempos do império e o burguês vira indígena, numa brincadeira momentânea e diferenciada, onde pode-se brincar de ser o que quiser.

(...) sabemos que os heróis do carnaval, isto é, os tipos que denunciam aquele período como “carnavalesco” são os marginais de todos os tipos. Seja porque estão situados nos limites do tempo histórico, como os gregos, romanos e aristocratas de samba, lamê e cetim; seja porque estão escondidos pelas prisões, pela polícia e por nossa ingenuidade, pois aqui temos todos os marginais, como se no carnaval a sociedade brasileira abrisse suas

partes internas, seus porões sociais. (DAMATTA, 1997, p. 263)

É interessante ressaltar que o desfile das escolas de samba é uma manifestação cultural que surge nas comunidades e áreas humildes da cidade, como os bairros do subúrbio e regiões situadas na Baixada Fluminense.

No presente artigo, o objetivo é demonstrar como as Escolas de Samba do Rio se formaram a partir de grupos marginalizados e como se mantêm como momentos de euforia e liberdade para os que continuam beirando as margens da nossa sociedade, sejam elas as margens sociais, cultural ou geográficas, e também, compreender a importância do papel que as Escolas têm como entidades culturais e de resistência, quando abordam em seus enredos questões ligadas a etnias, religiões, classes sociais e culturas que, atualmente, se estabelecem em grande parte nas periferias daquilo que está estabelecido como central e principal.

Se tornou recorrente na avenida de desfiles os enredos que se apresentam com temáticas fora da história tomada como oficial. Assim como personagens históricos e culturais que não são lembrados nos livros escolares. Muitos enredos tratam de manifestações culturais, religiões e etnias que não fazem parte daquilo que é considerado “padrão” e “formal” para a sociedade em geral. Muitos são heróis de sua gente e representam a vitória de um grupo que se destaca do restante, se situando nas margens da sociedade.

Por fim, ainda podemos destacar os enredos-protesto ou enredos-manifesto, que têm o objetivo de alertar a sociedade em geral e os próprios componentes das escolas das situações impostas cotidianamente a seguimentos sociais.

Uma diversidade de margens

Inicialmente, chamamos a atenção para algumas questões acerca da marginalidade, como ela se coloca na sociedade da região do Rio e do Grande Rio e em como a mesma pode ser abordada através de diversos espectros e olhares teóricos. De acordo com Janice Perlamn,

A marginalidade é um mito, e também a descrição de uma realidade social. Na qualidade de mito, deriva de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica. Na qualidade de descrição de uma realidade

social, refere-se a um conjunto de problemas específicos que precisam ser abordados desde um ponto de vista teórico diferente, a fim de que seja corretamente compreendida. (PERLMAN, 1977, p. 285)

Ser marginal implica uma relação comparativa entre o que é central e o que é periférico, o que está no núcleo social e o que está em suas margens, aquilo que fica no entorno, nos limites, sejam eles geográficos, culturais, políticos ou sociais.

A marginalidade, em algumas instâncias, possui relação direta com e a migração rural-urbana. As marginalidades presentes na cidade do Rio de Janeiro e na baixada fluminense seriam então reflexos da migração, que veio a formar núcleos sociais destacados daqueles dos quais faziam parte os habitantes pré-existentes. Muitas comunidades, ou favelas, se originaram do fluxo proveniente de zonas rurais rumo à cidade e seu entorno em busca de melhores condições de vida. (PERLMAN, 1977, p. 28)

Outros fatores podem ser considerados como estabelecadores da marginalidade, como nos aponta Walter Pichler no trecho a seguir:

Na literatura sociológica, a marginalidade tem sido interpretada de várias maneiras e sob diversos ângulos. Assim, podem-se distinguir teorias que explicam a marginalidade a partir do enfoque psicológico, centrado no indivíduo, que acentuam o conflito de valores e padrões de conduta as barreiras que, a partir dos mesmos, se colocam à plena integração social. Outras explicações afirmam que a integração não se verifica devido à existência de barreiras sociais impeditivas e que se situam no plano dos valores e padrões de conduta dos grupos que compõem a estratificação social. A inaceitação de um grupo por parte de outro, que já possui uma posição consolidada na estratificação social, geraria a marginalização daqueles que aspirassem a ocupar um lugar no mesmo estrato. Outro enfoque é o que afirma que a marginalidade é gerada em virtude de incongruência de status. Parte-se da ideia de que a estrutura social se compõe de diversas hierarquias (renda, ocupação, status etc.) e entre as quais se poderá verificar defasagens no sentido de que o indivíduo, pertencente a um determinado grupo social, pode, por exemplo, em termos de status, se situar numa posição inferior ao que sugere sua posição relativamente a seu grupo de referência positivo, ou seja, aquele grupo ao qual desejaria pertencer. Verificar-se-ia, nesse sentido, marginalidade parcial, sendo que a marginalidade pode ser total quando o indivíduo não atinge, em nenhuma das hierarquias sociais, a posição do seu grupo de referência. Nessa concepção, a marginalidade é concebida como um corte vertical em toda a estrutura social. Indivíduos da classe alta podem se sentir tão marginais quanto os da classe baixa. (PICHLER, 1980, p. 110-111)

Podemos observar, então, que para o autor a marginalidade pode ser oriunda de fatores psicológicos, impostos pelo próprio indivíduo a si mesmo; de questões sociais, onde se verificam barreiras comportamentais que impedem a interação entre indivíduos ou grupos de indivíduos; de situações hierárquicas por renda, ocupação, formação, status, etc. O autor aponta a existência de marginalidades parciais e totais e aponta também que a marginalidade seria um corte vertical que perpassa toda a estrutura social, alegando que indivíduos da classe alta e da classe baixa podem ser marginalizados em determinados momentos, de acordo com o ponto comparativo estabelecido.

Entendemos, a partir desta leitura, que estas marginalidades parciais e sem limites de classe fazem com que diversos grupos sociais estejam a margem em certos momentos de suas existências. Um homem negro de classe alta, por exemplo, mesmo estando num patamar social mais elevado, infelizmente continuará estando a margem dessa classe social pelo simples fato de ser negro em uma sociedade onde o racismo ainda impera. Assim como no caso das mulheres, onde podemos ir fazendo recortes para, por exemplo: mulheres negras. Depois para mulheres negras e pobres, mulheres negras, pobres e moradoras da baixada fluminense, e assim por diante, em recortes cada vez mais detalhados e cada vez mais segmentados, criando margens sucessivas.

Janice E. Perlman apresenta em seu livro “O mito da marginalidade” uma análise interessante acerca da marginalidade e de alguns de seus desdobramentos em graus, o que vem a corroborar com o apresentado por Walter Pichler.

Marginalidade é obviamente uma questão de grau e não de absolutos, e, ao que parece uma pessoa pode ser marginal em certos sentidos, ou em relação a certas esferas da vida e certas instituições, e ser muito bem integrada em outros sentidos. (PERLMAN, 1977, p. 164)

É interessante para o presente trabalho narrar que Perlman elenca alguns tipos de marginalidade para dividir os pontos pesquisados por ela em favelas do Rio e do Grande Rio. A autora enumera as marginalidades cultural, social e econômica, e, também, chama a atenção para a marginalidade política dos grupos que habitam as comunidades estudadas por ela.

Neste sentido, ao tratarmos da formação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro como manifestações culturais, falamos de personagens que fazem parte das

margens de nossa cidade e região e se enquadram em diversas modalidades de marginalidade, ou graus como afirma a autora citada. E, ainda, apontamos como grupos inseridos na temática da marginalidade se tornam protagonistas em uma festa transmitida para diversos países do mundo e considerada como uma das maiores manifestações culturais do mundo e um dos símbolos de nossa cultura nacional.

As Escolas de Samba do Rio de Janeiro – reflexos das margens

As Escolas de Samba do Rio de Janeiro surgem em um período da história da cidade onde havia uma quantidade interessante de manifestações carnavalescas que já estavam estabelecidas no calendário festivo de então. O carnaval carioca da década de 1920 fervilhava com uma bela quantidade de festejos com proveniências das mais variadas e surgidos em épocas distintas, porém muitos existiram contemporaneamente durante um bom tempo.

O entrudo foi a primeira manifestação carnavalesca a acontecer no Brasil, trazido pelos portugueses como costume festivo desde o séc. XVI. No Rio de Janeiro ele se consolida no séc. XVII e atraía a participação de todo o povo, incluindo os escravizados, que se divertiam pelas ruas fazendo batalhas de bisnaguas d'água e limões de cheiro (bolas feitas de cera e preenchidas com água perfumada). Essa primeira festividade se manteve de forma bem presente até 1854, quando após diversos incidentes, envolvendo o uso de frutas podres, baldes de água e até urina, foi proibida (COSTA, 2001, p12).

No período em que ainda ocorria o entrudo, por volta de 1840, uma parcela da sociedade carioca passa a brincar o carnaval nos salões, buscando evitar a confusão que ocorria pelas ruas da cidade. Surgiam então os bailes de carnaval, possuindo um estilo mais elitizado da Europa, lembrando os bailes de máscara que ocorriam em Veneza e Paris principalmente. (SOIHET, 1998, p.69)

Com a proibição do entrudo, como vimos anteriormente, e a consolidação dos bailes da alta sociedade, as classes sociais mais elevadas passaram a se divertir no período carnavalesco nos bailes de máscaras, nas grandes sociedades⁵ e no carnaval

⁵As sociedades eram agremiações de cunho competitivo, que promoviam desfiles na época do Carnaval, e são apontadas por muitos pesquisadores do carnaval como fonte de inspiração para algumas das escolas de samba. No Brasil, ainda subsistem no Carnaval de Florianópolis, quando retornaram aos desfiles em 2007, após 12 anos de inatividade.
Disponível em:

da Rua do Ouvidor, no Centro do Rio. Já as classes mais baixas se restringem a participar do carnaval da Praça Onze e dos ranchos carnavalescos, que serão detalhados mais à frente. No mesmo período também desfilava o Zé Pereira⁶.

É interessante destacar que Além do Zé Pereira, diversas outras manifestações desfilavam pelas ruas da cidade: ranchos, blocos, cordões e grandes sociedades eram algumas das manifestações que se apresentavam durante o carnaval carioca.

No século XIX, surgem nas ruas do Rio os cordões, sendo o mais conhecido dentre eles o “Rosas de Ouro”, para o qual foi composta a marchinha “Ô abre-alas” de Chiquinha Gonzaga. Eles acabam por sumir das festividades de momo após a reforma de Pereira Passos.

A satanização dos cordões faz parte daquela ofensiva desencadeada contra as classes populares, da modernização que atinge seu clímax com a Reforma Passos, que depois de ter prendido e deportado para o Acre populares envolvidos com a Revolta da Vacina, expulsado centenas de famílias dos bairros centrais que moravam em cortiços condenados a demolição para dar lugar aos bulevares, passaram a perseguir de forma mais sistemática as festas, crenças e manifestações das classes populares. Em 1904 Passos investiu fortemente contra o entrudo. De forma geral, o violão e a modinha foram transformados em símbolos de vadiagem. A simples posse de um pandeiro poderia ser interpretada como indício suficiente de vadiagem que justificava a prisão. (FERNANDES, 2001, p. 31)

No bairro da Saúde surgem os ranchos carnavalescos. De origem modesta, deles participavam muitos migrantes, com proveniência do nordeste do Brasil, e que trabalhavam na zona portuária como carregadores. Os ranchos seriam uma adaptação dos ranchos de reis que ocorriam no Nordeste e desfilavam em algumas ruas da zona portuária (dentre elas a rua da Imperatriz, hoje rua Camerino) (EFEGÊ, 1982, p 88-89). Posteriormente passaram a ser uma das principais atrações do carnaval, apresentando fantasias mais elaboradas e luxuosas, desfilando na Avenida Central (atual Rio Branco), saindo então da região marginal e passando à grande avenida.

<<http://dicionario.sensagent.com/Sociedade%20carnavalesca%20%28Brasil%29/pt-pt/>>
Consulta em: 11/11/2017

⁶A criação deste elemento carnavalesco coube ao português José Nogueira de Azevedo Paredes, que tinha uma oficina de sapateiro na Rua São José 22. A figura do Zé Pereira que iria surgir em 1846 se constituía em um personagem que saía pelas ruas batendo um bumbo descompassado e sua prática difundiu-se rapidamente entre as camadas populares. (OLIVEIRA, 2012, p.66)

Esses grupos apresentavam, entre os seus participantes, uma grande solidariedade, uma verdadeira paixão por suas cores e por seus símbolos. Devemos considerar que várias características dos Ranchos, tais como: cores, símbolos, fantasias de luxo, esplendores, mestre sala e porta estandarte, divisão em alas, enredo, dentre outras, foram aproveitadas, mais tarde, tanto pelos blocos como pelas Escolas de Samba. (OLIVEIRA, 2012, p. 09)

Nesta época o samba já era gestacionado pelas ruas do centro da cidade, pela área conhecida como “Pequena África”⁷ e nas ruas do Estácio, onde circulavam pessoas que participavam das festas na casa de Tia Ciata⁸. Ali estavam presentes personagens como Donga, João da Baiana, Pixinguinha, dentre outros que viriam a ser conhecidos como os primeiros artistas do gênero.

Neste contexto de efervescência de manifestações e festividades surgem os blocos carnavalescos. Estes eram mais simples e modestos que os ranchos carnavalescos e não possuíam um enredo ou tema.

Ao contrário dos Ranchos, os primeiros blocos se caracterizavam pela ausência de luxo em suas fantasias, bem como por não apresentarem um enredo. Um dos blocos mais importante e famoso de sua época foi o “Vai como Pode”, de Oswaldo Cruz, que mais tarde se tornaria uma das Escolas de Samba mais importante da cidade do Rio de Janeiro, Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela, nome sugerido pelo delegado Dulcídio Gonçalves que considerava o nome da agremiação de muito mau gosto. (OLIVEIRA, 2012, p. 69-70)

⁷(...) região, que engloba Gamboa, Saúde, Cidade Nova, Pedra do Sal e Santo Cristo.

Disponível em: <<http://blogs.odia.ig.com.br/rio-450-anos/historias-do-rio/o-samba-brota-da-pequena-africa>>

Consulta em : 10/11/2017

⁸Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, nasceu na Bahia em 1854. Aos 22 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, no êxodo que ficou conhecido como diáspora baiana. No Rio, formou nova família ao se casar com João Baptista da Silva, funcionário público com quem teve 14 filhos. Mãe-de-santo respeitada, Hilária foi confirmada no santo como Ciata de Oxum, no terreiro de João Alabá, na Rua Barão de São Felix (...).

A mais famosa das chamadas “tias” baianas, teve um papel preponderante no cenário de surgimento do samba no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX. Além de promover a cultura popular trazida da Bahia e ser uma respeitada sacerdotisa, era grande quituteira e uma das principais articuladoras da cultura negra nas nascentes favelas cariocas.

A casa de Tia Ciata, era a capital da Pequena África. Dos seus frequentadores habituais, que incluíam Pixinguinha, Donga, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, Sinhô e Mauro de Almeida, nasceu o samba. A música “Pelo Telefone” foi o primeiro samba registrado, no final de 1916, e virou sucesso no carnaval de 1917.

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=26916>

Consulta em: 14/11/2017

Alguns outros blocos surgiram na época, como por exemplo o “Arengueiros”. O samba já circulava por entre as ruas do centro e vivia através dos componentes e fundadores destes blocos. Assim, o samba foi se enraizando na região do centro da cidade e se espalhando pelo subúrbio através do ramal de trens da Central do Brasil, passando pela região da Mangueira, Leopoldina e chegando a Madureira, Oswaldo Cruz e arredores. Enquanto os mais humildes desfilavam nos blocos, a elite brincava nos corsos⁹.

Para entender melhor o contexto cultural e social apresentado neste período histórico na virada entre os séculos XIX e XX, apresentamos o trecho a seguir:

Nos vinte anos que se estenderam de 1890 a 1910, identifica-se o aparecimento de quatro novas formas de manifestações carnavalescas: os cordões, ranchos e blocos na década de 1890, e o curso em 1907. Enquanto os cordões, ranchos e blocos descendem de festas religiosas do mundo colonial escravista, com forte presença de negros e africanos, o curso era, como os automóveis, uma novidade absoluta e deleite da elite moderna da cidade, dando continuidade e reforçando os propósitos das grandes sociedades em busca de um Carnaval civilizado. Neste período a população carioca cresceu mais de 50%, passando de quinhentos mil para oitocentos mil habitantes, adicionando um contingente de imigrantes e de grupos sociais cuja presença se relaciona diretamente com o aparecimento de novas manifestações carnavalescas, responsáveis em grande parte pela intensidade e diversidade de um Carnaval que se assumia cada vez mais como uma das maiores festas do mundo. Se a isto somarmos o entrudo e o zé-pereira, que ainda estavam bem vivos, os incontáveis bandos de mascarados – diabinhos, morcegos, mortes, índios, clowns (clóvis) –, bailes e festas realizados em teatros e clubes para os grupos mais abonados, poderemos começar a entender que os contemporâneos não exageravam quanto às dimensões do Carnaval do Rio de Janeiro na virada do século (...) (FERNANDES, 2001, p. 23)

É neste cenário de manifestações carnavalescas, surgindo em ritmo veloz e com tantas variedades, numa cidade em plena transformação estética, populacional

⁹Carros conversíveis carregavam grupos de foliões e quando se cruzavam faziam as famosas batalhas de confete e serpentina. Havia quem alugasse um veículo com capota retrátil somente para brincar o carnaval. O desfile de carros dividia espaço com os ranchos e as Grandes Sociedades durante os dias de folia. Diversão que atraía a elite da época, eram menos pomposos que as Sociedades e tinham o caráter do improvisado. Mas as fantasias eram item indispensável. A participação das filhas do então presidente Afonso Pena no desfile de corsos de 1907 contribuiu muito para a popularização desta forma de brincadeira que ganhou as ruas de outras cidades do Brasil.

Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-o-curso-na-decada-de-30/>>

Consulta em: 11/11/201

e econômica, que surgem as Escolas de Samba do Rio de Janeiro. A primeira delas é a “Deixa Falar”, fundada em 12 de agosto de 1928, no bairro do Estácio, pelo sambista Ismael Silva¹⁰ (FERNANDES, 2001, p. 48)

A nomenclatura adotada teria sido criada por Ismael que se inspirara na Escola Normal que se situava no bairro do Estácio, e também alimentando uma brincadeira que faziam com os sambistas do restante da cidade ao dizer que do Estácio saíam os “professores do samba” para ensinar o mesmo aos moradores de outras regiões da cidade. Neste período já transitavam e trocavam experiências rítmicas entre si os moradores de diversos bairros, principalmente de Oswaldo Cruz, Madureira, Morro da Mangueira e Tijuca. Estes outros grupos ainda tinham a alcunha de blocos, adotando o termo Escola de Samba posteriormente.

Nos primeiros anos de existência as Escolas passariam por diversos problemas com relação a repressão por parte do Estado e da sociedade, como a maior parte das manifestações oriundas de grupos sociais menos favorecidos, seja economicamente ou sob qualquer outro aspecto. Eram, então, tidas como “coisas de vagabundo” ou de “marginal”.

Qualquer manifestação africanista era objeto de repressão, inclusive policial. A abolição da escravatura havia se consumado cerca de 35 anos antes. Perseguido o seu antigo ideal de embranquecimento, a sociedade brasileira rechaçava a cultura dos negros: seus santuários eram invadidos e depedrados; suas manifestações artísticas, subestimadas e reprimidas; Seus pandeiros, quebrados pela polícia (LOPES, 2003, p.57)

Após um primeiro período de muita dificuldade e luta para se consolidar como manifestação cultural legítima, as Escolas passaram a contar com o apoio da mídia, que culminou em um apoio, até então impensável, do poder público. O primeiro grande passo foi a realização do primeiro concurso das Escolas de Samba em 1932, pelo jornal “Mundo Esportivo”. No ano de 1935 Pedro Ernesto, o então prefeito-interventor

¹⁰Nascido em Jurujuba, Niterói, em 1905, Ismael Silva ficou conhecido como um dos criadores da primeira escola de samba do Rio de Janeiro, a Deixa falar, além de suas parcerias musicais com Noel Rosa, Nilton Bastos e também com Francisco Alves. Depois de estudar no Liceu de Artes e Ofícios e de trabalhar como criado no bairro do Catumbi e do Rio Comprido, aos 18 anos, passou a viver definitivamente no bairro de Estácio de Sá.

Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/141/481>>
Acesso em: 10/12/2017

da cidade, oficializa os desfiles das Escolas, ocorrendo na Praça Onze, como um evento oficial, estabelecendo, também, o concurso entre elas (MATOS, 2005, p. 42).

Nas primeiras décadas após a oficialização dos desfiles e do concurso, o evento passa a ser parte do calendário oficial da cidade, e a manifestação começa a ser vista com interesse tanto pelos intelectuais quanto pelo Estado brasileiro. Nos anos 40, os enredos passaram a ser obrigatoriamente ligados a temas do interesse estatal, com ideais de nacionalismo e ufanismo.

A ascensão ao governo de Getúlio Vargas estendeu ao carnaval o ideal nacionalista que o regime pregava. As escolas adotaram enredos que mostravam os grandes heróis brasileiros e seus grandes feitos, o que permitia, inclusive, a adequação dos figurinos aos anseios dos sambistas em se apresentar no carnaval com indumentárias nobres, reproduzindo e cantando uma vida diferente da triste realidade da opressão vivida nas senzalas. A opção se estendeu nos anos JK, quando “a ideologia desenvolvimentista vai de par com o júbilo ufanista. (...) As grandes escolas – Portela, Mangueira e Império Serrano – revezam-se na louvação” (AUGRAS apud SOUSA, 2000, p. 9)

Porém, no fim da década de 1950, mais especificamente em 1959, uma virada temática começa a acontecer, quando Fernando Pamplona é convidado a elaborar o enredo do Salgueiro para o carnaval de 1960 e ele aceita com a condição de levar para a avenida o tema “Quilombo dos Palmares”, o que é aceito pela diretoria da Escola.

Estávamos em 1959, o Nelson me procurou no Teatro Municipal, me deu de presente um retrato naif de Debret, tirado de uma das alegorias, trocamos ideias concordantes sobre o que achávamos das escolas de samba e ele me convidou para fazer o Salgueiro em 1960. Topei com a condição de o enredo ser sobre “Nzambi dos Palmares” e sua revolução de verdade. Trabalharia sem nenhuma remuneração, como amador, o que, aliás, sempre fui em toda a minha colaboração com as escolas e com o samba. Pedi ao Nelson que orientasse minha ignorância na formação e desenvolvimento do enredo. (PAMPLONA, 2013, p. 57)

É assim inserida a temática negra no palco da principal festa do país, e com sucesso, pois o Salgueiro vence o carnaval daquele ano. Daí em diante, os temas brasileiros de origem considerada marginal passam a ser apresentados pelas Escolas de Samba em seus enredos e desfiles, e personagens históricos antes ignorados, por não pertencerem a chamada história oficial, passam a figurar nos desfiles.

Vários são, desde então, os enredos que tratam de temas e personagens que não são considerados “clássicos” e com origem nos livros de história, mas sim nas culturas populares e nas margens, sejam elas sociais, geográficas, históricas ou econômica, como veremos mais a frente.

Uma ópera das margens

Como visto anteriormente, a formação das Escolas de Samba se dá através de grupos considerados marginalizados e a inverção social proporcionada pelo carnaval é uma das coisas mais interessantes que se pode perceber ao estudar a manifestação.

Os membros das escolas sabem que são pretos e pobres (a maioria é parte do enorme mercado de trabalho marginal do Rio de Janeiro), mas estão altamente conscientes do fato de que nos seus ensaios e durante o carnaval são eles os “doutores”, os “professores”. Com essa possibilidade, podem inverter sua posição na estrutura social, compensando sua inferioridade social e econômica, com uma visível e indiscutível superioridade carnavalesca. (DAMATTA, 1997, p.167

Somente o preconceito da classe média não deixa ver que as escolas de samba constituem uma criação social complexa, ou reconhecer que os cuidadosos orçamentos que implicam os festejos carnavalescos são, na verdade, em sua pura forma, uma espécie de ‘satisfação adiada’”. (PERLMAN, 1977, p. 290)

Após o desfile de 1960, com o enredo de temática negra “Quilombo dos Palmares”, muitos são os enredos que podem ser considerados como temas marginais e que estiveram presentes na Sapucaí em desfiles embalados por sambas emblemáticos e que fizeram, mesmo que por poucos minutos, a sociedade refletir e enxergar em si os problemas e mazelas impostos a ela por si mesma e pelos seus representantes eleitos.

As Escolas de Samba, como manifestação cultural e como meio de disseminação de conhecimento, muitas vezes conseguem olhar para a sociedade em que se encontram e apontar em seus desfiles as desigualdades impostas a muitas classes de cidadãos brasileiros nos outros dias do ano, onde a realidade esmaga sonhos e fantasias com a truculência da qual só ela é capaz. Seria, talvez, a inversão da inversão, quando o decantado momento de sonho aproveita a visibilidade alcançada para rasgar suas fantasias e colocar o dedo nas feridas.

São muitos os desfiles em que foram mostradas questões como a miséria, a fome, a segregação social, o racismo e até mesmo tragédias ambientais. Temos ainda os enredos que não eram totalmente voltados para estas discussões, mas que em algum momento da narrativa tocou em pontos relevantes e que fomentaram reflexão e debate. Diante de tantos enredos que tratam de temas que podemos considerar marginais ou marginalizados, escolhemos alguns exemplos para ilustrar o presente.

Em 1985 a Caprichosos de Pilares nos brinda com o enredo “E por falar em saudade”, que trazia em seu bojo críticas ao Brasil daquele momento, onde começávamos a sair de uma ditadura através de uma eleição indireta e sofríamos com uma economia que patinava na inflação.

Diretamente, o povo escolhia o presidente,
Se comia mais feijão,
Vovó botava a poupança no colchão
Hoje está tudo mudado,
Tem muita gente no lugar errado¹¹

O Império Serrano, no ano de 1996, em um enredo em homenagem ao sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho, trouxe para a avenida um samba onde falava da questão da fome, bandeira levantada pela famosa campanha do homenageado, e tocava em questões referentes a reforma agrária, desigualdade social, violência, etc.

Enredos com foco nas questões raciais podem ser considerados até frequentes. Dentre os sambas com esta temática podemos destacar o levado pela Mangueira para a avenida em 1988.

Será
Será que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será, oh, será
Que a lei áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu¹²

¹¹Compositores: Almir Araújo, Marquinhos Lessa, Hércules Corrêa, Balinha e Carlinhos de Pilares.
Disponível em: <<http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/caprichosos-de-pilares/1985/15/>>
Consulta em: 09/12/2017

¹²Compositores: Hélio Turco, Jurandir e Alvinho
Disponível em: <<http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/estacao-primeira-de-mangueira/1988/2/>>
Consultado em: 10/12/2017

Não pode ser aqui ignorado o samba do mesmo ano, da Unidos de Vila Isabel, que foi campeã daquele carnaval com “Kizomba, a festa da raça”, onde foram exaltadas figuras relevantes na luta social dos negros no Brasil e fora dele e que clamou pelo fim da política do *Apartheid* que ainda ocorria na África do Sul.

Em 1994 a Acadêmicos do Grande Rio exaltou em seus versos os “Santos que a África não viu”, enredo tratava dos guias espirituais da Umbanda, que são entidades que não eram cultuadas originariamente na África, berço dos cultos afro-brasileiros aos orixás, como o candomblé e a própria Umbanda que une elementos da África e da encantaria indígena.

Viu no culto de malê (malê, malê)
Preto velho catimbó (catimbó)
De um povo morenado
Conheceu caboclo bravo
Fascinado por Tupã... (Yara)
Yara no rio, sereia no mar
É Janaína que seduz com seu cantar
Correu gira pelo norte
Capoeira azar ou sorte
No Nordeste conheceu
Quem viveu na boemia
Malandragem, valentia e até hoje não morreu¹³

Enfim, são incontáveis os enredos que ficaram famosos por sua verve inquisitiva e inspiradora, onde foram abordados temas controversos e de extrema importância. Mas talvez a maior manifestação que tenha ocorrido até hoje dentro da avenida Marquês de Sapucaí tenha sido o desfile da Beija-flor em 1989, idealizado por Joãozinho Trinta: “Ratos e Urubus - larguem a minha fantasia”. Por isso escolhemos este carnaval especificamente para analisarmos de forma mais detalhada.

“Sou na vida um mendigo, da folia eu sou rei!”

Diante de tantas possibilidades trazidas pelo vasto número de enredos com temáticas das margens apresentados pelas Escolas de Samba do Rio de Janeiro, optamos por trazer de forma mais detalhada, como dito anteriormente o enredo de

¹³Compositores: Helinho 107, Rocco Filho, Roxidiê e Mais Velho.

Disponível em: <<http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/academicos-do-grande-rio/1994/183/>>

Consultado em: 10/12/2017

1989 da Beija-flor de Nilópolis, escola sediada na Baixada Fluminense, no município que carrega em seu nome.

O enredo “Ratos e urubus, larguem a minha fantasia” foi desenvolvido pelo carnavalesco Joãozinho Trinta, considerado por muitos como o maior carnavalesco de todos os tempos, como uma crítica não só a sociedade brasileira e a seus problemas, mas também como resposta aos críticos do seu estilo de fazer carnaval, que o acusavam de utilizar o luxo sem significados em seus desfiles. João lança mão deste enredo e revira as entranhas do país em praça pública, trazendo as mazelas da pátria, os marginalizados e os excluídos para a avenida.

Joãozinho propõe na sinopse da Escola que o país deve protestar contra os desmandos que sofre de várias esferas de poder apontadas por ele na sinopse e, posteriormente, mostradas no desfile e nas alegorias e fantasias do mesmo. O artista convoca o povo para que participe de uma manifestação com objetivo de limpar o país através do que sabe fazer de melhor: carnaval.

Este enredo é um protesto.

Protesto a esta grande maldade que estão fazendo com nossa terra, com nossa gente, com nosso BRASIL. Maldade desequilibrarem totalmente este país que tem, na sua geografia, a forma de um grande coração. Invertido desequilibrado, de cabeça para baixo, mostrará os contornos de um enorme bunda. E uma bunda do tamanho do Brasil tem muita sujeira nos seus intestinos para ser expelida. Somente as águas das Bacias do Amazonas e do Prata poderão lavar tantos excrementos. Ou, então, a grande energia do nosso povo quando ele tiver consciência de sua força e de seu valor.

Por enquanto somos, ainda, o gigante que acordou e está levando tanta porrada e está sendo tão sacaneado que, de repente, fica inerte. É preciso, pelo menos, alfinetá-lo para que comece a ter reações. É obrigação de todos nós participar deste trabalho. Cada um deve agir à sua maneira. No nosso caso nós sabemos fazer Carnaval. É nosso ofício. Que seja através dele, então, que a gente proteste. Esperamos, assim, contribuir para o despertar do gigante que somos nós mesmos. Então lançamos o grito: RATOS E URUBUS LARGUEM MINHA FANTASIA”.¹⁴

¹⁴Sinopse do enredo de 1988 da Beija-flor de Nilópolis: “Ratos e Urubus, larguem a minha fantasia” de autoria de Joãozinho Trinta.

Disponível em: <http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/beija-flor-de-nilopolis/1989/5/>

Consultado em: 11/12/2017

No início do desfile os desvalidos são convocados para participar do desfile/manifesto, procurando em meio ao lixo os “restos de luxo”, para que possam construir suas fantasias e viver aquele momento único na Sapucaí.

“ATENÇÃO: Mendigos, desocupados, pivetes, meretrizes, loucos, esfomeados e povo de rua. Tirem dos Lixos os restos de Luxos! Façam suas fantasias! Venham participar de um GRANDE BAILE DE MÁSCARAS! A MARQUÊS DE SAPUCAÍ É VOSSA!”¹⁵

No abre-alas desfilou a imagem do cristo-mendigo, uma alegoria do Cristo Redentor completamente em farrapos. Esta alegoria foi proibida pela arquidiocese do Rio de Janeiro e desfilou coberta com sacos pretos e com a frase que se tornou famosa, “Mesmo proibido, olhais por nós!”, pintada em uma faixa. Mendigos, meretrizes, exus, pombagiras e todos os marginalizados circundavam a alegoria e dominaram as primeiras alas da Escola.

No Brasil, o número de ricos é muito grande. Muita riqueza foi adquirida com esforço e trabalho honesto. Mas, a maior parte é ilícita, desonesta e até maldita porque está levando este país para o caos. Para um outro Período das Trevas. O miserável da Rua pode não ter consciência da história, mas ele está repetindo a História. Ele é o mesmo ser humano degradado pelo Poder. Grande parte da miséria brasileira que está nos morros, nas baixadas, nos alagados, já ultrapassou de longe, a miséria medieval.¹⁶

A desigualdade social, as negociatas e as ilicitudes são apontadas de forma contundente. No decorrer da sinopse e do desfile a Escola mostrou, em uma estética completamente diversa do tradicional, que temos problemas oriundos do “lixo do luxo”, que são as mazelas provocadas pelos excessos daqueles que detêm o poder, seja ele econômico, político, social, midiático ou religioso. O enredo apresentava os problemas causados por cada um destes setores da sociedade e apontava como a desigualdade social se perpetuou no país.

Ao longo do carnaval apresentado, Joãozinho propõe que a cada setor do desfile os mendigos e desocupados peguem as sobras de cada “luxo”, juntando tudo para um final apoteótico onde, enfim, os esfomeados e excluídos possam participar de um banquete. Sobra até para a própria festa, acusada de ter se elitizado com os camarotes caríssimos e lotados de gente rica.

¹⁵ *Idem* 10.

¹⁶ *Idem* 10

Todos os mendigos que receberam este convite particular compareceram vestindo seus melhores trajes a rigor. As mendigas capricharam nos vestidos longos e nos chapeuzinhos. E ninguém esqueceu de trazer um saco plástico para carregar um pouco das sobras. Mas o êxito deste agapê só foi possível com a contribuição, muito generosa, de várias pessoas, riquíssimas de nossa alta sociedade. Gratuitamente elas ofereceram suas latas de lixos para que fossem retirados os restos de seus últimos banquetes.

Magníficas sobras de comidas, bebidas e sobremesas: Restos de caviar, faisões, perus, peixes, lagostas, cascatas de camarões, queijos finíssimos, vinhos, whiskys, vodkas, champanhes, licores, tudo, tudo absolutamente importado. Neste MAGNÍFICO BANQUETE DOS MENDIGOS, foi impossível afastar os ratos e urubus. Eles esperam o final para devorarem restos dos restos. Mas, todo mundo está satisfeito. Também, com tanta sobra! É só olhar a mordomia dos camarotes da Marquês de Sapucaí.¹⁷

Considerações Finais

Reluziu... é ouro ou lata
Formou a grande confusão
Qual areia na farofa
É o luxo e a pobreza
No meu mundo de ilusão¹⁸

Ter o carnaval e o desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro como um momento de libertação dos oprimidos é uma recorrente em pesquisas, livros e reportagens encontrados com certa facilidade. A festa é inclusive muito criticada por alguns setores da sociedade que credita a mesma a apatia e a jocosidade com que os brasileiros levam a vida, aceitando qualquer coisa que lhes é imposta.

Porém é nítido que o carnaval além de ser manifestação cultural legítima e disseminadora de conhecimentos, onde artistas das mais diversas áreas exercem seus ofícios e nos brindam com belas obras musicais e de escultura, artesanato, indumentária, etc, pode nos presentear com momentos de consciência política e social.

¹⁷Idem 10

¹⁸Trecho do samba enredo do desfile de 1989 da Beija-flor.

Compositores: Betinho, Glyvaldo, Zé Maria e Osmar.

Disponível em: <<http://www.galeriadosamba.com.br/carnavais/beija-flor-de-nilopolis/1989/5/>>

Consultado em: 05/12/20017

Os enredos apontados neste trabalho são apenas exemplos de como o desfile pode ser utilizado para que a luta contra as desigualdades presentes em nossa sociedade deve ser apontada e debatida em qualquer ambiente, inclusive em um desfile de uma festa tida como momento de ilusão e fantasia.

O trabalho realizado por Joãozinho Trinta na construção da sinopse do enredo/manifesto e do desfile que lhe sucedeu são uma demonstração clara de que a manifestação cultural e a arte dos desfiles podem ser veículos de fomentação de discussões que são importantes e urgentes em uma sociedade desigual como a nossa.

As Escolas de Samba se mantêm como festa dos marginalizados e consegue fazer com que estes sejam vistos, ouvidos e lembrados, mesmo que por alguns minutos em rede internacional de TV. É importante que a marginalidade seja celebrada e trazida para o centro das discussões, fazendo com que os marginalizados passem a ser vistos como membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Nélio. **Pequena história do Carnaval no Brasil**. Revista Portal de Divulgação, n. 29, 2013.
- COSTA, Haroldo. **100 anos de carnaval no Rio de Janeiro**. Irmãos Vitale, 2001
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados: Rio de Janeiro, 1928-1949**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001.
- FRAZÃO, Idemburgo Pereira. **Carnaval e superação: literatura e memória**. In: ROCHA, José Geraldo da; NOVIKOFF, Cristina. (Orgs.). *Desafios da práxis educacional à promoção humana na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação, 2010
- Galeria do Samba – <<http://www.galeriadosamba.com.br/V41/>>
- LOPES, Nei. **Sambeabá: o samba que não se aprende na escola**. Folha Seca, 2003.
- MATOS, Marcelo Pereira. **O Rio de Janeiro das escolas de samba: lugar, identidade e imagem urbana**. 2005. x, 150 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95608>>.
- OLIVEIRA, José Luiz. **Pequena História do Carnaval Carioca: De suas origens aos dias atuais**. Revista Encontros – Ano 10 – número 18. Rio de Janeiro, 2012.
- PORTO, Carla Lisboa. **Ismael Silva: uma memória feita de fragmentos e silêncios**. Patrimônio e Memória, v. 3, n. 2, p. 171-186, 2007.
- PAMPLONA, Fernando. **O encarnado e o branco**. Rio de Janeiro, Nova Terra. 2013.
- PICHLER, Walter Arno. **Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social**. Ensaios FEE, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1980.
- SOIHET, Rachel. **A Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SOUSA, João Gustavo Martins Melo de. **Na vida, um Mendigo. Na Folia, um Rei! (mimeo)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000.

Como citar: ALVES, Sueli. *D'este viver aqui neste papel descripto - cartas de guerra. António Lobo Antunes. Ninguém em Portugal escreveria como ele.* In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio, 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

LETRAS

D'ESTE VIVER AQUI NESTE PAPEL DESCRIPTO - CARTAS DE GUERRA. ANTÓNIO LOBO ANTUNES. NINGUÉM EM PORTUGAL ESCREVERIA COMO ELE.¹⁹

POR: SUELI ALVES DOS SANTOS ²⁰

¹⁹Título retirado de “Ninguém em Portugal escreve como eu” - entrevista concedida por Lobo Antunes a Inês Pedrosa para *Ler: Livros & Leitores*, nº2, primavera, 1988.

²⁰ Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense - UFF-, com a dissertação: *A noite genesiaca do Eu em Não entres tão depressa nessa noite escura*, de António Lobo Antunes. Especialista em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ-, Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa: Portugal e África, pela Universidade Federal Fluminense - UFF-. Professora da Universidade Candido Mendes. E-mail: sualsan@gmail.com

Se António Lobo Antunes pudesse imaginar que, no longínquo ano de 1971, ao ser enviado como tenente e médico do exército português para a guerra colonial em Angola e por lá permanecendo até o ano de 1973, tendo como cenário as atrocidades do combate e uma imensa solidão, dava início à carreira de escritor, talvez não pedisse, em um dos aerogramas, a Maria José que “deitasse fora” alguns escritos por ele deixados em Lisboa.

O título em epígrafe, portanto, remete-nos ao também distante ano de 1988 quando em entrevista a Inês Pedrosa, o autor *D'este viver aqui neste papel descripto - Cartas de Guerra -*, confirma, ao dizer que em Portugal ninguém escreve como ele, aquilo que já havia esboçado em uma de suas cartas escritas no Chiúme, em que se lê: “...no nosso querido país ninguém tem talento, ou muito pouco”²¹. Acreditamos que tal afirmação, associa-se ao espírito crítico do escritor em relação a outros escritores portugueses, ao resultado de seu exercício literário, devido contar, na época da entrevista, com a publicação de sete romances²² e, também, por ser alvo de toda uma polémica que passou a girar em torno dele e da sua obra. Considerado difícil e excessivo, pouco compreendido, duramente criticado (no início da carreira), tido como rebelde e malcriado, entre outros adjetivos, assim se fez o autor de *Os Cus de Judas*. Desse modo, ao ter sido questionado sobre àquela afirmação por Inês Pedrosa, Lobo Antunes respondeu

...Num dia uma pessoa pensa que é a melhor do mundo. Não sei, sinceramente. Acho que **ninguém em Portugal escreve como eu.** (...) Quero dizer só isso. Inteiramente e em todos os sentidos. Um dos grandes equívocos de Portugal é a literatura portuguesa. Isso não existe. Há poetas. E se nós conseguirmos juntar cinco romancistas, já é muito.²³

É, portanto, na plêiade de seletos escritores que nos debruçamos sobre aquele repetidamente indicado ao prêmio Nobel de Literatura: António Lobo Antunes (01/09/1942), natural de Benfica, Lisboa. Proveniente de uma família da grande burguesia portuguesa, cresceu rodeado por livros de literatura estrangeira de consagrados escritores que o encantaram, sobretudo na adolescência, tais como:

²¹ANTUNES, António Lobo. *D'este viver aqui neste papel descripto - Cartas de Guerra.* (org.) ANTUNES. Maria José Lobo. ANTUNES. Joana Lobo. Lisboa: Dom Quixote, 2005, p.203.

²²*Memória de Elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979), *Conhecimento do inferno* (1980), *Explicação dos pássaros* (1981), *Fado alexandrino* (1983), *Auto dos danados* (1985) e *As naus* (1988).

²³PEDROSA. Inês. Entrevista António Lobo Antunes em: LER: Livros&Leitores, nº2, Primavera, 1988, p.p.72,73. (negritos nossos).

Céline, Hemingway, Sarthe, Camus, Malraux, Júlio Verne e Emílio Salgari; mais tarde a descoberta foi de Simenon e, posteriormente, os russos Tolstoi e Tchekov, além dos norte-americanos: Faulkner, Scott Fitzgerald e Thomas Wolf. Estudou medicina, especializando-se em psiquiatria, por achar semelhança com a literatura, pela Universidade de Lisboa. Parte de sua experiência clínica foi praticada em Angola, no período citado durante a fase final da guerra colonial, o que marcou intensamente os seus três primeiros romances ²⁴. No regresso a Portugal, trabalhou no hospital psiquiátrico Miguel Bombarda, em Lisboa. Vive atualmente em Lisboa, mas não exerce mais a profissão de médico, dedicando-se a partir de 1985, quase que exclusivamente à arte da escrita. Para uma melhor compreensão do conjunto evolutivo da obra de Lobo Antunes, recorreremos às palavras do próprio escritor que diz:

Os livros que escrevi agrupam-se em três ciclos. Um primeiro de aprendizagem, com *Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *Conhecimento do inferno*; um segundo, das epopeias, com *Explicação aos pássaros*, *Fado alexandrino*, *Auto dos danados* e *As naus*, em que o país é o personagem principal; e agora, o terceiro, *Tratado das paixões da alma*, *A ordem natural das coisas* e *A morte de Carlos Gardel*, uma mistura de dois ciclos anteriores, e a que eu chamaria a trilogia de Benfica.²⁵

É fundamental destacar que passados tantos anos da época da entrevista, a produção literária (quase compulsiva) do escritor prosseguiu em constante desenvolvimento em que novos títulos surgiram, totalizando, até a atualidade, trinta e três livros. Dentre eles, contamos, agora, com *D'este viver aqui neste papel descripto* - cartas de guerra, uma transcrição integral dos originais da correspondência enviada durante os dois anos passados por Lobo Antunes na guerra em Angola para a esposa dele Maria José, fiel destinatária e guardiã das cartas.

Merece destaque, também, dizer que *D'este viver aqui neste papel descripto* - cartas de guerra-, foi transformado em filme, por Ivo M. Ferreira e estreou em 2016. O filme já esteve presente em vários festivais internacionais, entre eles, o festival de

²⁴ Entenda-se por: *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do inferno* (1981).

²⁵ Entrevista a Rodrigues Silva, em 1994, p.17. REIS. Carlos. António Lobo Antunes: *uma casa de onde se vê o rio*. In: A escrita e o mundo em António Lobo Antunes. Actas do Congresso internacional da universidade de Évora. (orgs) CABRAL. Eunice, JORGE. Carlos J.F., ZURBACK. Cristiane. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

cinema de Berlim (Alemanha), Festival internacional de Cine de Cartagena de Índias (Colômbia), Macau Literary Film Festival Hong Kong IFF, Shanghai Internacional Film festival (China), Thessaloniki Internacional Film Festival (Grécia), Sydney Film Festival e Brisbane Ásia Pacific Film Festival (Austrália).

Retomando o título do livro, refere-se a uma citação de uma carta de Ângelo de Lima²⁶ ao professor Miguel Bombarda e havia sido escolhido por Lobo Antunes para aquele que veio a ser o seu primeiro romance publicado: *Memória de elefante*, mas que a editora recusou por achá-lo muito grande. Muito tempo depois, as filhas do casal, Maria José e Joana Lobo Antunes, satisfazem a vontade do pai em ver tal título em um livro dele e atendem as palavras da mãe que dizia poderem elas lerem e publicarem as cartas após sua morte e organizam, então, as “cartas de guerra” para publicarem em livro. Naturalmente com a devida autorização do pai e também autor António Lobo Antunes, que revelou não entender o sucesso do livro e ter sentido

A maior ambivalência, mas percebi as razões profundas das minhas filhas. Talvez não fosse, porém, má ideia que tivessem esperado que eu morresse. Gostaria que as cartas fossem lidas para que não voltassem a acontecer situações daquelas e que funcionassem como uma homenagem aos mortos, aos que lá ficaram sem voz. No fundo, escrevemos por aqueles que não tem voz. Tenho medo que sejam lidas por *voyeuristas*, como se estivesse a assistir a uma relação pelo buraco da fechadura. E deve-se respeito, sobretudo a esse um milhão e 500 mil miúdos que ficaram com a vida estragada pela guerra.²⁷

O espanto por parte do escritor nos conduz à leitura de *O que é um autor*²⁸ e a argumentação foucaultiana sobre a constituição de uma escrita: que lugar ocupa uma obra dentro de uma determinada cultura que se propõe como lugar de ausência? Não foi preciso que ocorresse a morte do autor para que o texto, representado em livro, viesse à baila e cumprisse a própria existência do escritor. Julgamos importante ressaltar que as “cartas de guerra” tornaram-se livro, após a já consagrada carreira do escritor lusitano, portanto, seus leitores fiéis, aqueles de ocasião, seus estudiosos e até mesmo os críticos não hesitam mais em acolher seus textos como sendo

²⁶ (1872-1921) poeta da geração de *Orpheu*. Morreu considerado louco, pois passou vários anos de sua vida internado em hospitais psiquiátricos. As suas *Poesias Completas* foram publicadas em 1971. Muito apreciado por Lobo Antunes, ele o estudou como caso clínico e apresentou, à Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, o trabalho “Loucura e criação artística: Ângelo de Lima, poeta de Orpheu”, cujo resultado foi o prêmio Sandoz de Psiquiatria.

²⁷ Acesso em www.ala.nletras.com, Acesso em 11/01/08.

²⁸ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Veja, 1992.

material literário, fato que, em nossa opinião, justifica a grande aceitação por parte do público de *D'este viver aqui neste papel descripto*. Desse modo, assistimos a nítida relação entre autor e texto e a maneira como o autor aponta para esse texto, uma espécie de metonímia cuja obra se faz pelo autor, ou ainda: “É mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em certa medida é o equivalente a uma descrição”.²⁹

Dessa maneira, podemos dizer que, na via contrária aos aspectos por nós conjecturados, a publicação das cartas lá trás, no início da carreira do escritor, poderiam, aí sim, funcionar como expressão de *voyeurismo*, uma vez que tais cartas talvez não despertassem no leitor o fato de desempenharem o *status* de testemunha da História - pois havia a repressão sob um regime governamental ditatorial e os reflexos desse mesmo período ainda não se projetavam por inteiro na sociedade portuguesa. Aparentemente, seriam cartas de amor de um jovem casal de recém-casados impedidos de viver sua iniciada e calorosa vida sexual.

Outrossim, não havia, ainda, o conjunto de livros de António Lobo Antunes (principalmente os do primeiro ciclo) que tão, magnificamente, levaram à reflexão e a indagação de diversos aspectos. Dentre eles, destacam-se o absurdo da guerra colonial; o sentimento pátrio; o descentramento do sujeito; os construtores de impérios e sua decadência; o questionamento da História de Portugal e seus mitos formadores da identidade nacional portuguesa. Características da literatura produzida pela chamada “Geração dos Cravos”, surgida após a revolução do 25 de abril.

Assim, as “cartas de guerra”, com o compromisso de historicizar os fatos conduzem a uma reflexão sobre o dilaceramento e o comprometimento existencial daqueles que vivenciaram os acontecimentos históricos. Tal procedimento, imbuído de uma preocupação ética, evidencia a profunda dor e experiência real do sujeito. Surge, então, o questionamento: para que e por que volver ao passado? Se esse olhar para o pretérito significa reviver um período de marcas profundas, pela voz da memória espera-se que a palavra ao dialogar com a História, traga outras interpretações e respostas para aquilo que se queria esquecido ou apagado. O que justifica o desejo do autor de que as cartas sejam lidas como forma de não esquecer a História e, principalmente, como uma homenagem aos mortos e o respeito por mais

²⁹ *Idem, Ibidem*, p.42.

de um milhão de pessoas que ficaram com as vidas estragadas pela guerra.

O montante de sua obra e o distanciamento temporal permitem observar, na escrita romanesca de Lobo Antunes, a tematização recorrente a uma acentuada inscrição pessoal de cariz autobiográfico na relação subjetiva com os outros e o mundo. O que justifica, frequentemente, o mote da infância, da família, da aprendizagem, das experiências profissionais e daquelas vividas em aspectos circunstanciais perfeitamente identificados em um tempo histórico referido. E, ainda, um universo que vai de objetos, acontecimentos e pessoas descritos com exatidão de forma e, simultaneamente, com o distanciamento crítico necessário inerente ao descentramento do sujeito, imerso em solidão. O questionamento existencial reflete-se nos diálogos e discursos de ordem interna que conferem uma dimensão singular ao conflito e aos valores existentes no universo do narrador - personagem.

O escritor português começou seu percurso como romancista utilizando o material psíquico que tinha marcado toda uma geração, ou seja, os enredos das crises conjugais, as contradições revolucionárias de uma burguesia empolgada ou agredida pelo 25 de abril, os traumas profundos da guerra colonial e o regresso dos colonizadores à pátria originária. Este fato permitiu-lhe, de imediato, obter reconhecimento junto aos leitores, o que, no entanto, não foi suficientemente acompanhado pela crítica. As desconfianças em relação a um estranho que surgia no meio literário, a pouca adesão a um estilo excessivo e o próprio sucesso de público contribuíram para alguns desentendimentos persistentes que começaram a se desvanecer com a repercussão internacional, particularmente na França, que a obra de Lobo Antunes obteve. Ultrapassadas estas duplas e dúbias interpretações, Lobo Antunes tornou-se um dos escritores portugueses mais lidos, vendidos e traduzidos em todo o mundo. Pouco a pouco, a sua escrita concentrou-se, ganhou espessura e eficácia narrativa. De um modo impiedoso e obstinado, podemos dizer que sua obra traça um dos quadros mais exaustivos e sociologicamente pertinentes de Portugal do século XX, e seus últimos romances já são melhores recebidos pela crítica, marcando definitivamente a ficção portuguesa dos últimos anos.

Dessa maneira, ressaltamos que esse autor extraordinário permite observar, em *D'este viver aqui neste papel descripto* - cartas de guerra, além da abordagem relacionada a um documento de guerra, ao aspecto autobiográfico, ou a uma história de amor, o início da construção da carreira de um escritor, cujo aspecto literário, já

nas cartas, apresentava-se amplamente significativo e se refletiria ao longo de suas obras. Admitimos, portanto, que a leitura das cartas comporta várias interpretações, as quais podem ser elencadas em vários tópicos, tais como: o absurdo da guerra e sua experiência real; o tempo furtado do convívio familiar; em meio ao caos, o exercício da escrita literária, e, a veia poética e sua negação. Optamos por tratar, de forma subliminar, cada um desses aspectos, ressaltando, porém, aquele que mais nos interessa, ou seja, o nascimento do escritor e do poeta. É Lobo Antunes quem afirma: “Foi na guerra que eu nasci e comecei a ser o que sou hoje, já habitado pelo sonho de escrever. Não concebo a vida de outra forma.”³⁰

Podemos considerar, por conseguinte, que a experiência da guerra, seu lado positivo (se é que podemos chamar de positivo algum aspecto relacionado à guerra) para Lobo Antunes foi exatamente esse, ou seja, o fluir e vir à tona a aptidão para o exercício da escrita literária. Inclinação que consideramos já se mostrava latente e pronta para alçar voo e que eclodiu a partir daquele experimento, capaz de transformar sua própria identidade, de acordo com o próprio escritor diz: “...não voltarei a ser a pessoa que fui, nunca mais”,³¹. Embora Lobo Antunes já escrevesse textos, antes de ser mobilizado para a guerra colonial (deixara-os em Portugal e considerava-os bons para “irem para o lixo”), escreveu outros que vieram a ser descartados por ele mesmo em Angola.

Nesse sentido, retomamos Foucault e nele encontramos o eco do que é ser um autor e sua íntima relação com aquilo que escreveu, ou falou ou deixou para trás de si, como fazendo parte de sua obra. O filósofo francês nos diz que tudo pode e deve ser considerado como obra, ou seja, um material que vai de rascunhos, projetos de aforismos, emendas, notas de rodapé à simples indicação de um encontro, de um endereço e de um recibo de lavanderia. Vestígios que seriam definidos como sendo obras literárias ou não a partir da morte de seu autor.

Em *D’este viver aqui neste papel descrito*, não houve a morte concreta do autor, mas sim da destinatária, praticamente a coautora - apesar de não nos ser dado conhecer as respostas dela para ele - portanto, se não houvesse a presença dela com quem o autor faria a interlocução da escrita ficcional, mostraria e discutiria seus

³⁰ Disponível em www.ala.nletras.com acesso em 10/01/08.

³¹ *Op.cit.* 2005, p.37

apontamentos? Conforme se lê em: “Comecei a escrever um novo Dilúvio³² (...) Assim que estiver pronto mando-to e tu decidirás o que convirá fazer (...) E eu só gosto de críticas cruéis. E não quero elogios”.³³ Era ela a primeira leitora, a destinatária, aquela que, atentamente, acompanhava os primeiros passos da escrita tanto romanesca como poética de Lobo Antunes.

Por esse prisma, podemos admitir que a destinatária era quem mais apostava no potencial de Lobo Antunes, o que justifica ele ter dito: “Acho que valeu a pena acreditar em mim, porque, finalmente, tornei-me um escritor, com uma elegância corrosiva, inigualável”.³⁴ Acrescentamos, além disso, o fato dela ter guardado as cartas para futura publicação e, ainda, sugerir, criticar e incentivá-lo a não mais destruir os excertos que em Angola ele produzia. Ou ainda, não tivesse ela guardado aqueles textos como isso se transformaria em material literário e como assistiríamos ao nascimento de um autor? Nascimento esse que não está implicado apenas ao fato da publicação das cartas, mas sim à experiência da guerra, fato que serviu de manancial refletido e ficcionalizado, principalmente no início da obra antuniana.

D’este viver aqui neste papel descripto - cartas de guerra -, pode ser considerado, portanto, um livro involuntário, um daqueles tópicos aludidos por Foucault como “um problema simultaneamente teórico e técnico”³⁵ referente à definição do que é uma obra e a implicação do autor. Hoje, devido a sua publicação, as cartas são alçadas à categoria de obra literária, atribuída ao autor (um Lobo Antunes ainda totalmente desconhecido), no viés do pensamento de Foucault: “...o autor é uma espécie de foco de expressão, que, sob formas mais ou menos acabadas, se manifesta da mesma maneira, e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos...”.³⁶

É desse modo que acompanhamos o nascimento de um escritor lúcido, que parecia predestinado a escrever livros de fácil recepção como aponta em “...comecei a escrever uma história inteiramente nova, com uma facilidade incrível (...) Se eu conseguir acabar isto fica um livro, aposto, assombroso, e, o que é raro em mim,

³² Segundo nota de rodapé do próprio livro “Dilúvio era o título do livro que Lobo Antunes escrevia no momento em que partiu para Angola”.p. 45

³³ *Op. Cit.* 2005, pp.45 e 239.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 92

³⁵ *Op. Cit.* 1992, p. 38

³⁶ *Idem, Ibidem*, p.55

facílimo de ler e extremamente claro”.³⁷ A essa altura, Lobo Antunes não imaginava a projeção literária que veio a alcançar e nem como seriam os seus romances: verdadeiras traduções da condição humana, descentrada, por excelência, dos tempos, e imersa em questionamentos existenciais, cujas indagações se fazem por meio de uma vasta polifonia de personagens que vagueiam entre o presente e o passado. Livros com aproximadamente 600 páginas, capítulos não sequenciais, intervenções em itálico e parêntesis e, ainda, com a marca da ruptura do gênero literário. Aspectos que não os tornam nem fáceis nem claros de serem lidos, mas que, independente da difícil escrita, cada vez mais atraem uma legião especial de leitores que se identificam e transitam pela subjetividade das coisas ditas sedutoramente.

Suas ferramentas preferidas, há tempos, sempre foram o lápis e o papel. no exílio involuntário, não desperdiçava o tempo que sobrava e nem mesmo o papel; inclusive, nenhum pedaço do aerograma ficava livre da sua grafia. Escrevia por longas horas: “Depois das 5, agarro no caderno, sento-me à mesa e é só transcrever o que me parece feito dentro da cabeça (...) ... cada vez me custa mais afastar-me do papel e da caneta, que se está tornando um vício verdadeiramente tirânico”.³⁸ Esse hábito se mantém até hoje, o que faz com Lobo Antunes escreva uma média de 10 a 12 horas por dia e da mesma forma, sem usar máquinas ou aparelhos eletrônicos. A escrita em Lobo Antunes sempre pareceu ser uma espécie de força vital, sem a qual ele não sobrevive, o que justifica seu pedido: “...insiste com minha mãe para que me mande um quilo de aerogramas, para que possa, à falta de melhor, escrever-me a mim próprio”.³⁹ É essa escrita de si que, mais uma vez, faz com que retomemos Foucault para entender que:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou mais precisamente, uma maneira reflectida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso.⁴⁰

Essa subjetivação, presente no exercício da escrita pessoal, faz com que o escritor vá constituindo sua identidade e transforme sua arte em corpo de escrita.

³⁷ANTUNES, Lobo Antonio. ***D’este viver aqui neste papel descripto - cartas de guerra.*** (orgs.). ANTUNES. Maria José Lobo. ANTUNES. Joana Lobo. Lisboa: Dom Quixote, 2005. p. 92.

³⁸ *Idem, Ibidem*, pp.100 e 366.

³⁹ *Idem, Ibidem*, p. 35

⁴⁰ *Op. Cit.* 1992, p, 141

Difícil, porém, se torna o entendimento externo para tal dedicação, o que pode ser exemplificado ao observarmos o comportamento da família que o olhava de maneira diferente, devido a sua intenção e opção diferente da tradicional família lusitana, ao preferir o ofício de escritor ao de médico. Lembramos que, com apenas 28 anos, Lobo Antunes demonstrava a sua cultura, erudição e discernimento: proclamava ser James Joyce o melhor do mundo, já conhecia uma grande quantidade de escritores de diversos países, e fazia julgamentos sobre eles. A matriarca dizia-lhe que precisava de uma “enxada” para ganhar a vida, mas ele gostava e preferia os livros, tanto para lê-los como para escrevê-los, o que causava certa estranheza e expectativa em todos. Em uma de suas cartas nos dá a conhecer essa faceta ao dizer:

Carta da minha mãe, rendida ao meu talento de escritor... Nunca pensei que os meus pais, tão parcos de elogios, resolvessem cair agora de rabo diante de umas cartecas de nada... No fundo eles têm medo que um filho deles troque tudo, ou quase tudo por um métier de artista (...) é melhor ver um filho mover-se no sólido chão das coisas concretas do que no mundo difuso das presunções...⁴¹

É assim que esse talentosíssimo escritor irá percorrer o sinuoso caminho de sua vocação literária. Por vezes, mostrava-se empolgado com o desenvolvimento do livro que estava escrevendo, por outras, preocupado com o conteúdo, que para ele era preciso “...tratar o assunto a fundo, retratar minuciosamente Portugal, impiedosamente...”,⁴² ou, ainda, com o título: “... vou lhe chamar O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes, que lhe fica a matar”,⁴³ ou, até mesmo, com sua carreira: “Se continuar a produzir merdas como até aqui passarei a dedicar-me à psiquiatria em tempo integral, em vez de andar a perder as esperanças pelas aventuras do espírito”.⁴⁴

Todas essas preocupações não serão em vão, e, sim, inseridas nos futuros romances, tais como: *Os cus de Judas*⁴⁵, *O esplendor de Portugal*⁴⁶, *As Naus*,⁴⁷ além, é claro, de *Memória de Elefante*, entre outros. Observamos, portanto, indícios dessas obras, em *D’este viver aqui neste papel descripto*, da qual destacamos alguns fragmentos: “... talvez esteja realmente um pouco mais bruto do que era: másculo

⁴¹ *Op. Cit.* 2005, p.366

⁴² *Idem, Ibidem*, p.123

⁴³ *Idem, Ibidem* p. 115

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 157

⁴⁵ ANTUNES António Lobo. **Os cus de Judas**. Lisboa: Ed. Marco Zero, 1984.

⁴⁶ ANTUNES. António Lobo. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

⁴⁷ ANTUNES. António Lobo. **As Naus**. Lisboa: D.Quixote, 1990.

como queria a tia Cléo”.⁴⁸ Neste exemplo é possível fazer a nítida analogia com *Os cus de Judas* e com o aforismo das tias, conforme se lê em: “Estás magro (...) felizmente que a tropa há de torná-lo um homem”.⁴⁹ Observar que a afirmação “...uma feroz e patética descrição de nós todos, portugueses, do breve e vetusto país que é o nosso como vai escrito algures”,⁵⁰ relaciona-se à *As Naus*, romance em que há a carnavalização dos mitos fundadores da identidade nacional portuguesa. E, ainda, a asserção “Da final inutilidade de tudo. De um mundo morto”⁵¹, remete a *O Esplendor de Portugal* - cujo título aparenta sugerir, antes da leitura do romance, o próspero período de conquistas de Portugal no ultramar, mas que, após a leitura da obra, reveste-se de ironia, utilizada pelo autor para assinalar exatamente o contrário daquilo que o título aludiu: não se trata do período esplendoroso de Portugal, mas sim do sinuoso momento político e econômico da pós colonização lusitana em África. No romance citado, observa-se a relação entre e as diferentes raças e classes sociais, e, os personagens, revestidos por uma carga simbólica, permitem a reflexão sobre as consequências oriundas de um projeto ditatorial que, ao se intitular transformador, alçou os indivíduos a um estado de escombros, desencantamento e ruína.

Esses e outros fragmentos indicam aquilo que, sabemos, tornaram-se amplo material para os romances antunianos, oriundos da experiência da guerra e capazes de articular denúncias, tal como a transformação da existência humana. Deste modo, podemos dizer que historicamente existe a condenação através da pena de morte. Com o intuito de reparar um crime, submetem-se pessoas a todo tipo de condenação e, assim, a sociedade dorme *o sono dos justos*. Pois bem, não seria a guerra nada mais do que uma pena de morte, e sem direito de defesa por parte de quem a ela é enviado? Pensar que homens continuarão com a mesma consciência que possuíam antes da experiência do holocausto da guerra, parece-nos pior do que reduzi-los à condição de animal, num abismo de angústia, pânico e repulsa, como constata o narrador anônimo de *Os cus de Judas*: “... não podíamos urinar sobre a guerra, sobre a vileza e a corrupção da guerra: era a guerra que urinava sobre nós os seus estilhaços e os seus tiros, nos confinava à estreiteza da angústia e nos tornava em

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 90

⁴⁹ ANTUNES. António Lobo. **Os cus de Judas**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984, p.112

⁵⁰ *Op. Cit.* 2005, p. 230

⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 230

tristes bichos rancorosos...”⁵² . Fato confirmado ou já anunciado por intermédio das palavras de seu criador em *D’este viver aqui neste papel descripto*:

A própria possibilidade de morrer aqui não me assusta, e, foi, talvez, isso, a única coisa que ganhei com esta aventura: uma coragem amarga e triste (...) *ando forrado de silêncio por dentro*. Esse processo de silenciamento progressivo, que começou já antes de sair daí está quase a atingir o zero absoluto. Qualquer dia não preciso de voz para nada... E, no entanto, cada vez me sinto menos indiferente em relação a tudo, e vou vivendo com raiva e com desespero esta pobre vida de exilado, longe de tudo o que realmente amo. Mas não me deixo abater, pelo menos por fora.⁵³

É, pois, sob os desmandos da guerra, que Lobo Antunes vive o infortúnio de emoções sobre elas, não pode se pronunciar por inteiro, conforme transcrito adiante. Posteriormente, no entanto, de forma dura e impiedosa, por intermédio das suas personagens, romperá o silêncio. Também, no *front*, sofrerá com a separação de sua amada e culpabiliza os responsáveis pela guerra colonial: “Porque não nos deixam ser felizes? Porque nos tiram assim alguns dos melhores anos da nossa vida?”⁵⁴ Não assiste, sequer, ao nascimento de sua primeira filha: “Soube ontem que você tinha nascido (...) Não sei o dia, não sei a hora, não sei como foi”. Passa dois anos de sua vida tendo como cenário: “... o fim do mundo: pântanos e areia. A pior zona de guerra de Angola: 126 baixas no batalhão que rendemos, embora apenas com dois mortos, mas com amputações várias. Minas por todo o lado”.⁵⁵ Reflete a respeito do coeficiente de absurdo de tudo aquilo; “... nosso pequeno e triste país de viúvas a descer para o mar, com os seus muros brancos, o seu sol, o seu hábito de ruas e o seu silêncio”.⁵⁶ Sente-se avesso e estranho a todo aquele ambiente: “começar uma estranha vida nova, cheio, decerto, pelo menos de cicatrizes por dentro”. Vive, enfim, toda uma história desfavorável a um rapaz que só queria a felicidade da juventude e não *mais silenciar por dentro*:

A maior parte das coisas não as posso contar, e as minhas opiniões sobre esta guerra não devem ser escritas. Isto é tudo muito diferente do que aí se pensa e diz, e eu nada tenho esclarecido por motivos óbvios. Agora *o que faço é reagir* não com a inteligência, mas *com a sensibilidade*, em elans de coeur que reduzem as coisas a um

⁵² *Op. Cit.*, 1984, p. 157

⁵³ *Op. Cit.* 2005, p.134 (itálicos nossos)

⁵⁴ *Ibidem*, p. 168

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p.29

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p.126

esquematismo emocional. No que penso muito é no drama que vai ser a minha readaptação a uma vida normal.⁵⁷

Envolvidos por esse processo de silenciamento, voltamo-nos, agora, para o lugar que acreditamos ressoar sua mais recôndita expressão: na poesia. Defendemos a teoria de que António Lobo Antunes sempre revelou uma forte inclinação poética. Nisso vimos insistindo veementemente e, agora, podemos mostrá-la de forma mais descompromissada, uma vez que as *cartas de guerra* nos dão o passaporte para transitar livremente em nosso argumento e apontar os indícios de todo o potencial poético latente em António Lobo Antunes. Defendemos, também, que é possível extrair “recados poéticos” de suas narrativas, as quais proporcionam vislumbrar o viés lírico que identificamos no ficcionista português. Mas, não vamos ficar, aqui, aprisionados às muitas definições histórico-literárias para o gênero lírico, optamos, apenas por destacar alguns recortes que nos mostram existir, no autor de *D’este viver aqui neste papel descrito*, a alma de um poeta que, na atualidade, afirma: “Sou um poeta falhado, e quando percebi que o era caiu-me o mundo em cima”.⁵⁸ Vejamos, pois, dois de seus longos poemas:

E poderás então compreender a chuva
 não este abundante pólen torrencial diurno
 frutificando nos telhados num trigo de tulipas
 ardendo o seu petróleo nos ossos das janelas
 girando nos ouvidos com a umidade do sangue

esta rede de espelhos reflectindo os pássaros
 quando à noite me deito de costas para o mar
 e escuto nos móveis aquele velho silêncio
 dos grandes bois de pedra do princípio do mundo

mas apenas a água o feltro vertical
 de mil dedos descendo de mil cisnes de cinza
 esta tosse de peixe este azeite ferido
 a onda que tritura as manhãs submergidas
 por um inverno absoluto como o olhar de um cego
 Não quero mais viver por dentro destas casas
 ser a raiz da sombra no coração da luz
 esquecer-me de voar quando os comboios partem
 transportando consigo os crepes da aventura

não quero que me esperem do outro lado do tempo
 esses rostos de outrora que odeio e desejo
 os caules dos pescoços virando-se em unísono
 as bocas circunflexas escondidas nos retratos
 o iodo que dissolve as figuras sentadas.

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p.153 (itálicos nossos)

⁵⁸ Disponível em www.ala.nletras.com - Acesso em 10.01.08.

*

Sou do jovem país onde o teu corpo respira
e pouso no teu ombro como a noite nas árvores
pertengo aos teus gestos e em cada um me solto
da tua boca fujo na espuma de um suspiro
Sou o fungo que cresce no cheiro do vinagre
o leite da manhã que ferve na cozinha
as palavras sonâmbulas que sobem do teu sono
e o coração do sol batendo nas vidraças.⁵⁹

*

Vi morrer muita gente: Albrechet Dürer o comerciante
notários escrivães senhoras idosas cochichando ainda
Vi os mortos amortalhados de brancura na goma dos lençóis
e os caixões que os levavam às costas pelas ruas de Ostende

Vi quem se desmoronasse devagar, pedra a pedra, apesar do lenço
que lhe premia o queixo. Vi lábios de mármore de infanta
sorrindo nos seus túmulos. Vi a chuva cair sobre as lágrimas e os gestos
vi a escura muralha da noite erguendo-se em torno dos seus corpos.
Neste céu de bruma o sol é uma maçã
pálida como um rosto, um braço ainda suspenso.
Um rio sem margem um dique para o mar
que morre devagar no areal aguado.

Vi como os navios morrem, como morrem as casas,
como morre a memória, o passado e o futuro,
como o silêncio morre e como, lentamente,
vou morrendo com ele e com a minha vida ao ombro.

Vi morrer o Outono e coagular-se o trigo,
vi morrerem as algas, as velas dos moinhos,
Vi o iodo amarelo morrer no meu retrato
a irremediável morte do nosso rosto antigo.

Vi morrer os animais a sua digna agonia,
vi móveis à deriva e colchões e ascensores
Vi as franjas da morte suspensas sobre a porta
e os seus negros pássaros pousados na janela.

A luz da tarde incha na toalha do jantar
e a brancura do pão é uma testa sem dedos:
a fronte donde escorrem os olhos com que a chuva
vem espreitar às vezes a desordem do quarto.

Não quero mais partir, não quero mais ficar
ser um eco sem grito uma sombra sem voz.
Quem são estas ruas por onde ninguém passa?
Quem acende no gás a corola da lua?

Vi a morte morrer nos chapéus do vestíbulo
escondida nos crepes como a febre nos gânglios.
Há quartos que eu odeio e subúrbios e quintas
e constelações de cães chamando-se na noite.

Quem vi morrer me mata, me crava na virilha

⁵⁹ *Op. Cit.* 2005, pp.364,365

o seu punhal de feltro os seus dentes terríveis.
Roça no tecto os pés circula no meu sangue
entra e sai do escritório e os seus ossos ardem
na lanterna que oscila nas estações desertas.

Por isso sou pinheiro, tenho a cor do enxofre
a textura do sono as raízes do frio.
E estou de pé no inverno ergo-me e caminho
e ocupo as cadeiras com o meu passado ao colo.

Ai deixai-me no meio dos bebedouros nocturnos
falando de poentes, viagens, solidões.
Tenho um vazio no corpo para encher de crepúsculos
dessa espuma marinha dessa alegria breve
Desse riso de vidro que leio nos espelhos
quando no fim do dia me confundo com a noite.
Como um boi empalhai-me no limite das sombras
que a curva do teu braço lentamente percorre.
Seja essa a palavra, seja esse o mistério:
um coração batendo debaixo do tapete
um relevo de anca povoada de árvores
o meu rio deslizando na direcção da foz
e o teu pescoço nu como um lírio cortado.⁶⁰

Assim, podemos dizer que nunca nos enganamos a respeito de ser Lobo Antunes um poeta, e, lamentamos que ele não tenha somado essa vertente à sua carreira de romancista. Ousamos dizer que sua poesia, em muitos aspectos, nos faz lembrar a de T.S. Eliot -⁶¹ detentor de uma produção poética que dispensa comentários - que há de ser lida para se captar a complexidade e beleza. Outrossim, observamos que o viés lírico manifesta-se nos livros de Lobo Antunes e há que ser procurado de forma minuciosa e atenta. Acreditamos que tal fato se dá, e insistimos nessa busca, em decorrência de identificarmos esse traço poético, ainda que de forma camuflada, em algumas obras literárias do escritor, como resultado daquilo que o próprio Lobo Antunes sente ao afirmar: "...escrevo romances porque não tenho talento para fazer poemas".⁶²

Acrescentamos, também, que os poemas transcritos nasceram no início de sua carreira, ocasião em que o escritor ainda buscava seu verdadeiro caminho, o que pode ser observado em: "nasceu-me ontem uma poesia, mas consegui afogá-la, sem a escrever, dentro da minha cabeça (...) (Estou de resto, vagamente arrependido)".⁶³ Ou ainda: "O poema do outro dia continua a perseguir-me, a mim, o algoz dos cães, faz-

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.374

⁶¹ Abreviatura de Thomas Stearns Eliot (1888-1965), ilustre poeta americano, dono de uma vasta biografia e que marcou definitivamente a poesia.

⁶² *Jornal de Letras, Artes e Ideias de Lisboa* – outubro/2000.

⁶³ *Op. Cit.* 2005, p.36 (parêntesis no original)

se sozinho na minha cabeça, faça-me e insiste...” É este poeta que vimos nascer, mas não chegar a termo - “Poesia, em princípio, só depois de eu morto (...) A história lá vai crescendo. Os versos são para depois de eu morto, só.”⁶⁴ -, devido ter optado pela prosa de ficção.

Dessa maneira, por meio desses poemas escritos originalmente nas “cartas de guerra”, voltamo-nos, mais uma vez, a Foucault para dizer que *D’este viver aqui neste papel descripto* funciona como uma espécie de *hypomnemata*,⁶⁵ para qual somos nós que retornamos em busca de apontamentos do passado para, a partir daí, construir a escrita no presente. É Foucault quem diz: “Os cadernos de notas, que, em si mesmos constituem exercícios de escrita pessoal, podem servir de matéria prima para textos que se enviam aos outros. Em contrapartida, a missiva, texto por definição destinado a outrem, dá também lugar a exercício pessoal”.⁶⁶

Fizemos, pois, nosso exercício pessoal de escrita. Lobo Antunes mais ainda o fez ao escrever à mulher, o que nos permite constatar que: “Escrever é pois mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”.⁶⁷

Acompanhamos, portanto, o nascimento de um escritor que guardou na algibeira os vestígios da luta travada, interna e externamente; construiu sonhos no quebra-cabeça dos projetos partidos; ergueu-se na tentativa de não silenciar o próprio não; vivenciou a dor, a angústia, a espera, o exílio; prosseguiu na insistência dos que sabiam, afinal, o que queriam; sobreviveu a uma luta desigual em que o poder falava mais alto do que o ser; saiu das experiências mais fortalecido, cujas sombras viraram pontos de luz que se acendem em sua memória e, hoje, é um escritor consagrado que vive sob o sol do reconhecimento no voo simples da ave que não ficou nas brumas da História.

Finalizamos por acrescentar que aquele jovem, no frescor de seus 28 anos, designado para o combate no *front*, soube transformar, *a posteriori*, aquelas amargas experiências e adversidades em grandes obras literárias repletas de magníficas metáforas, alcançando o topo de uma brilhante e, hoje, reconhecida carreira como um dos maiores escritores portugueses contemporâneos, tendo sido, inclusive, agraciado

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 372, 380

⁶⁵ Segundo Foucault, “os *hypomnemata* podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda”, em *Op. Cit.* 1992, p.134

⁶⁶ *Op. Cit.* 1992, p.145

⁶⁷ *Op. Cit.* 1992, p.150

com o Prêmio Camões 2007, o mais importante galardão literário da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS.

- ANTUNES António Lobo. **Os cus de Judas**. Lisboa: Ed. Marco Zero, 1984.
- _____. **As Naus**. 3ª ed. Lisboa: D.Quixote, 1990.
- _____. **O esplendor de Portugal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- _____. **D'este viver aqui neste papel descrito - cartas de guerra**. (orgs.).
- ANTUNES. Maria José Lobo. ANTUNES. Joana Lobo. Lisboa: Dom Quixote, 2005. .
- ELIOT, T.S. **Poesia**. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FOUCAULT. Michel. **O que é um autor**. Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. [S.L.] Vega, 2002
- CABRAL, Eunice, JORGE. Carlos. J.F, ZURBACK, Christine. (orgs.). **A Escrita e o Mundo em António Lobo Antunes**. Actas do Colóquio Internacional da Universidade de Évora. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- HALPERN, Manuel. "**Personagem de romance**". *Jornal de Letras, Artes e ideias*, Lisboa, ano XX nº. 783, outubro/2000
- PEDROSA. Inês. Entrevista António Lobo Antunes em LER: Livros & leitores, nº. 2, Primavera, [S.L]1988.p.p.72,73

Suporte eletrônico

www.ala.nletras.com

www.google.com.br

Como citar: SILVA, Gabrielle Garret da, GUARIENTO, Suellen. *Humanização e autonomia nos serviços de saúde: uma relação entre liberdade de crença e direitos do usuário*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

SERVIÇO SOCIAL

HUMANIZAÇÃO E AUTONOMIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE DE CRENÇA E DIREITOS DO USUÁRIO.

POR: GABRIELLE GARRET DA SILVA⁶⁸

ORIENTADORA: SUELLEN GUARIENTO

⁶⁸ Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas Simonsen.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz à atenção uma problemática há muito mascarada, mas frequentemente presente no cotidiano profissional no campo de saúde: discriminação religiosa e violação de direitos humanos. Remetemo-nos especificamente aos membros da religião Testemunhas de Jeová, os quais enfrentam graves dificuldades para fazerem valer sua objeção de consciência à transfusão de sangue.⁶⁹As Testemunhas de Jeová estão presentes em 240 países e, aqui no Brasil, já passam de 1,8 milhão de associados, representando uma parcela expressiva da população e também no mundo presente.

Dentro das instituições hospitalares, as Testemunhas de Jeová constituem um grupo singular, pois não aceitam transfusão sanguínea, seja ela homóloga, na qual o sangue infundido no indivíduo é de outra pessoa, ou autóloga, em que é feita uma coleta pré-operatória do sangue do próprio indivíduo para reinfusão posterior. Rejeitam veementemente quaisquer tratamentos violadores de suas convicções ideológicas e religiosas.

A posição religiosa, embora legítima, é um assunto rodeado pelo espectro do preconceito e cingido de desafios. Trata-se de um fenômeno social que envolve vários campos da vida humana: a religião, a medicina, o direito, a ética e a filosofia, e que deve ser compreendido dentro de toda a sua complexidade, por envolver direitos humanos fundamentais bem como direitos constitucionais como os de liberdade religiosa e de consciência, direito à intimidade, integridade física, saúde e direito à vida. É, portanto, necessário garantir a concretização de demandas voltadas à viabilização do exercício de tais direitos.

⁶⁹ Limitamo-nos ao âmbito das transfusões de sangue no paciente adulto que possa exprimir sua vontade, nomear representante legal para fazê-lo ou que a tenha registrado em diretivas antecipadas.

As Testemunhas de Jeová e sua abstenção de sangue

A recusa das Testemunhas de Jeová à transfusão sanguínea baseia-se, essencialmente, na declaração encontrada no livro bíblico de Atos 15:28,29, que expressa o dever dos cristãos de absterem-se de sangue. Daí vem sua firme convicção a respeito do assunto: utilizar sangue alogênico (sangue total ou qualquer um dos seus quatro componentes primários – plasma, glóbulos vermelhos, glóbulos brancos e plaquetas), mesmo que para fins medicinais, constitui uma violação da lei de Deus expressa na supracitada passagem bíblica e em outras, como Gênesis 9:3, 4 e Levítico 17:14, registros bíblicos ainda mais antigos que já proibiam a ingestão de sangue. Por considerarem a verdade divina absoluta, os religiosos não introduzem sangue no corpo quer por via oral, quer por via intravenosa em hipótese alguma. Concordemente, a transfusão de sangue forçada lhes é moralmente repugnante, comparável a um estupro – com similar efeito psicológico e sentimento.

Com o avanço da medicina o que pode se perceber é que existem tratamentos alternativos ao uso da hemotransfusão e a esses métodos as Testemunhas de Jeová não são avessas. Desta feita, o que buscam, enquanto assistidos, é unicamente exercer seu direito de escolha por um tratamento médico que não seja contrário às suas crenças.

A terapia transfusional não deve e nem pode ser considerada como único meio de que pode se valer o médico para tratar um paciente. Há, como alternativa, múltiplas técnicas, procedimentos e tratamentos isentos de transfusões de sangue que atingem o mesmo resultado. Essa realidade é expressa em variadas experiências médicas bem-sucedidas no tratamento de diferentes enfermidades, bem como na realização de grandes cirurgias como cirurgias cardíacas, transplantes de fígado, cirurgias ginecológicas e traumas. (AZEVEDO, 2010)

Violação da Dignidade da Pessoa Humana

Pior do que não ter um direito, é ser titular dele, mas não poder exercê-lo. Pois bem, é com essa contradição que os religiosos têm se deparado no campo da saúde.

O próprio regulamento deontológico⁷⁰ médico⁷¹ tem servido de incentivo à prática transfusional compulsória contrária à vontade expressa do paciente. Vale ressaltar que não é possível transfundir um paciente adulto e capaz, a não ser por meios de contenção da resistência física. Por esse motivo, os episódios reais⁷² são variados: administração de transfusão compulsória quando o paciente se encontra oportunamente inconsciente; emprego de “força bruta” pelos “profissionais de saúde”, “amarrações” ou aplicações de substâncias químicas sedativas. Significa fazer do paciente objeto de tortura – um tratamento degradante e cruel. Tal conduta é ofensiva, ultrajante, atentatória à dignidade e a totalmente contrária a perspectiva dos direitos humanos.

A realização forçada de transfusão sanguínea contrária à vontade do paciente invade a sua privacidade, intimidade e integridade física, valores esses protegidos pela dignidade. São, para estes, tratamentos humilhantes e desonrosos. Ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha. (BARROSO, 2010)

Pode-se ilustrar a situação comparando o paciente Testemunha de Jeová a um paciente diabético ou a uma gestante. Seria difícil imaginar que se admita que um paciente diabético que não aceita amputação, seja sedado e, depois, acordar mutilado contra a sua vontade. Similarmente seria impossível imaginar uma determinação de aborto compulsório numa paciente que não tenha decidido pelo procedimento dentro dos marcos regulatórios permitidos pela legislação brasileira.

É de suma importância que o assunto em pauta seja considerado à luz do Biodireito e da Bioética. Essas duas vertentes defendem os princípios básicos da beneficência, da justiça e da autonomia. A beneficência deve levar em consideração o interesse próprio manifestado pelo paciente e não pode ser imposta com base na

⁷⁰ Conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional.

⁷¹ “Em caso de haver recusa em permitir a transfusão de sangue, o médico, obedecendo a seu Código de Ética Médica, deverá observar a seguinte conduta: Se houver iminente perigo de vida, o médico praticará a transfusão de sangue, independentemente de consentimento do paciente ou de seus responsáveis.” – *RESOLUÇÃO CFM nº 1.021/80*

⁷² Audiência Pública: “Liberdade de consciência e direito à saúde: a recusa a tratamentos médicos com transfusão de sangue, métodos alternativos e ética médica.” – Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

noção de benefício que o médico imagina que trará ao paciente, diante de uma certa situação. O sistema de saúde justo deve ter como premissa a satisfação humana, respeitando-se as diferenças e a consciência individual. E, num remate, o princípio da autonomia confere ao paciente a capacidade individual de autodeterminação – o poder de realizar escolhas morais relevantes como as relacionadas a sua vida, saúde e integridade físico-psíquica, assumindo os riscos de suas decisões.

Perceber o assistido como um todo e não apenas como um ser biológico objeto de uma intervenção profissional é primordial e imprescindível. A mera preservação da vida biológica não pode se sobrepor a autonomia individual. A vida humana deve ser um meio para promover a dignidade da pessoa, e não para aniquilá-la. A negação da dignidade pode ter efeitos sobre o amor próprio das pessoas, fazendo-as incidir em um sentimento de aversão e desprezo por si próprias. A Testemunha de Jeová, nesse caso, poderia sobreviver à doença ou à operação, mas se sentiria abusada, violentada e viveria sem dignidade pessoal indefinidamente. O paciente precisa ser realçado como o sujeito protagonista da sua história, o titular do direito à vida, podendo decidir livremente sobre o tratamento, a que procedimentos deve ser submetido e que rituais adotará quanto ao destino de sua saúde. Desconsiderar a vontade de um paciente, sendo ele Testemunha de Jeová ou não, que tem como desejo gozar do direito à vida por meio de tratamento que não fira sua consciência e seus princípios, anula a própria essência e condição humana.

Apropriadamente, surge a questão: Quem fará valer os direitos do paciente, na prática? Quem impedirá esses tão constantes casos de violação?

O Serviço Social na defesa de direitos

Empenhar-se na viabilização dos direitos individuais e sociais dos usuários dos serviços de saúde e fazê-los valer na sua plenitude é um dever, sobretudo, do profissional de Serviço Social. O mesmo deve desempenhar suas atividades profissionais, com responsabilidade observando a legislação em vigor⁷³ e respeitando os princípios de seu código.

⁷³ Código de Ética do Assistente Social, Art. 3.º, alínea a e Art. 8.º, alínea d.

O assistente social é um dos protagonistas nas ações de saúde. É de sua responsabilidade identificar necessidades, demandas, desejos e interesses dos diferentes sujeitos desse campo. A atuação da profissão na saúde passa pela compreensão dos aspectos sociais que interferem no processo saúde-doença e integra o desenvolvimento de estratégias para efetivar o direito social à saúde. O profissional precisa ter clareza de suas competências⁷⁴ e suas atribuições privativas⁷⁵. Essa clareza é que possibilitará ao assistente social refletir sobre seu processo de trabalho, formulando respostas profissionais e planejando ações específicas para o enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano.

Em sua atuação, o assistente social precisará observar os seus princípios ético-políticos, explicitados nos diversos documentos legais que regulam a profissão como o Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão. Além disso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, determina aos assistentes sociais parâmetros de ação na equipe de saúde. Tratam-se de ferramentas fundantes para o trabalho dos assistentes sociais na saúde em todas as suas dimensões.

Um dos princípios fundamentais para a atuação profissional é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.⁷⁶ Esses devem ser atentamente apurados, buscando superar os impasses vividos na política de saúde. Entre as variadas demandas estão a demora no atendimento, precariedade dos recursos, burocratização, problemas com a qualidade de atendimento, e o não atendimento aos usuários. A intervenção do assistente social pressupõe uma análise crítica dessa realidade, a defesa dos direitos do assistido, a formulação e a construção coletiva de estratégias e técnicas para modificação da realidade e a formulação de formas de pressão sobre o Estado, a fim de garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. Requer-se informar e

⁷⁴ Competências são qualificações profissionais para prestar serviços, que a Lei reconhece, independentemente de serem, também, atribuídas a profissionais de outras categorias.

⁷⁵ Atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, da formação profissional.

⁷⁶ Décimo Princípio do Código de Ética do Assistente Social.

discutir com os usuários acerca dos direitos sociais, mobilizando-os ao exercício da cidadania.⁷⁷

Não importa o campo, a figura do assistente social representa para o paciente, possivelmente, a única fonte interventora e viabilizadora dos seus direitos em toda a inteira dependência hospitalar. Por essa razão, o perfil do assistente social deve afastar-se das abordagens tradicionais e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente e, sim, vir a potencializar a orientação social dos indivíduos e da coletividade, assim como a defesa dos seus direitos. Dentre os princípios derivados do Código de Ética da profissão, está a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais; a defesa do aprofundamento da democracia; e o posicionamento em favor da equidade e justiça social.⁷⁸

Segundo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, a “preservação e promoção dos direitos fundamentais dão origem a uma esfera inviolável de proteção à pessoa, atuante sob duas dimensões: individual e social. A dimensão individual aplica-se ao sujeito do direito, suas escolhas e seus comportamentos. A dimensão social aplica-se à atuação do Estado e de suas instituições na concretização do direito de cada um”. (2010, p.14)

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação enquanto especialização do trabalho. Nessa perspectiva, a atuação profissional deve estar pautada em uma proposta que vise o enfrentamento das expressões da questão social que repercutem nos diversos níveis de complexidade da saúde, desde a atenção

⁷⁷ A Lei de Regulamentação da Profissão de **Nº 8.662/1993 estabelece, no seu Art. 4º, Inciso V**, como competência do profissional de Serviço Social orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

⁷⁸ Código de Ética do Assistente Social, Princípios: II, III, IV e V.

básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta densidade tecnológica.⁷⁹

É importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos que são atendidos nos serviços de saúde, tendo por base a perspectiva teórico crítica, permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que lhe possibilita apreender e revelar as novas faces da questão social que o desafia a cada momento do seu desempenho profissional diário.[...] Requer incluir a investigação, enquanto um componente fundamental do exercício profissional, permite o desvendamento da realidade para propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários. Identificar as concepções pessimistas, maniqueístas, que não identificam possibilidades de ação e as demandas potenciais. Contrapor-se à difusão dos valores liberais que geram desesperança, conformismo e encobrem a apreensão da dimensão coletiva das situações sociais presentes na vida dos indivíduos e grupos. (IAMAMOTO, 2012, pp.53, 63 e 64)

Iamamoto considera como um dos maiores desafios, que o Assistente Social vive no presente, desenvolver sua capacidade de:

Decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. Trata-se de uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, [...] ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. ((IAMAMOTO, 2013, p. 20 e 21)

A autora propõe uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social – a ruptura da “visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos, pois isso impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação e conduz a ações inócuas. A autora aponta sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir

⁷⁹ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2014.

alternativas de ação. Ela depõe contra a atitude fatalista, que considera o espaço profissional com barreiras insuperáveis: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à rotinização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional". (Iamamoto, Marilda Villela, 2013, p.21). O fatalismo resulta numa prática de inteira subjugação do profissional ao instituído. O assistente social não pode ficar acuado frente aos obstáculos, mas precisa agir incisivamente no enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano profissional; contribuindo para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.⁸⁰ Conflitos são, muitas vezes, solucionados pelo simples desapego ao formalismo e à ritualização de certos atos.

O trabalho multiprofissional merece ser refletido e as atribuições e competências do assistente social precisam ficar especificadas e divulgadas para os diversos profissionais. O assistente social, ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde. O assistente social é o profissional que faz a escuta e a interlocução diferenciada e qualificada entre os usuários e a equipe de saúde com relação a questões sociais e culturais, visto que pela sua própria formação há o respeito pela diversidade, o que geralmente é mais difícil para outros profissionais de saúde. Cada um desses profissionais, em decorrência de sua formação, tem distintas competências e habilidades para desempenhar suas ações.⁸¹

O trabalho em equipe não diluirá as distintas competências profissionais, mas, ao contrário, exigirá maior clareza no trato das mesmas.

⁸⁰ Código de Ética do Assistente Social, Art. 5.º, alínea g.

⁸¹ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2014.

É necessário desmistificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. (IAMAMOTO, 2012, p. 64)

Competirá ao profissional de Serviço Social subsidiar a equipe de saúde quanto às informações sociais dos usuários, resguardadas as informações sigilosas. As problemáticas apresentadas pelos usuários, uma vez democratizadas, deverão ser discutidas atenciosamente pela equipe, com o fim de serem equacionadas. Para tanto, o assistente social junto aos demais profissionais de saúde deverão pôr em pauta os determinantes sociais do processo saúde-doença, as condições de trabalho e o modelo assistencial, tendo por base os interesses e demandas da população usuária. Haverá de se formular estratégias de intervenção profissional e as respostas, naturalmente, impactarão no funcionamento de toda a unidade, na política de saúde, na dinâmica da equipe e dos seus respectivos setores, através das mudanças necessárias.

Embora o Artigo 10 do Código de Ética do Assistente Social defina como um dever profissional respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões, o mesmo artigo estabelece uma condição: não se eximir de denunciar atos que contrariem seus próprios postulados éticos, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.

É vedado ao assistente social praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais; com falhas éticas [...] e com erros técnicos praticados por qualquer outro profissional.⁸²

Espera-se a mesma conduta em se tratando de falhas nos regulamentos, normas e programas institucionais, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes do Código de Ética do Serviço Social.⁸³

⁸² Código de Ética do Assistente Social, Art. 4.º, alínea b e Art. 11, alínea c.

⁸³ Código de Ética do Assistente Social, Art. 8.º, alínea b, Art. 10, alínea a e Art. 11, alínea c.

O profissional deve “abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competente”⁸⁴. Caberá ao mesmo também “denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais”⁸⁵, e fazer a devida notificação, frente a uma situação constatada e/ou suspeita de “violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: maus tratos, torturas, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes”, bem como a verificação das providências cabíveis.⁸⁶ Cabe a observação de que zelar pela integridade física e moral do usuário não é uma atribuição privativa do Serviço Social. Concernente à demanda de violência, quer verbal, quer física contra o paciente no ambiente hospitalar, a responsabilidade pela notificação é função de toda a equipe. Deve-se levar em conta o bem-estar físico e emocional do paciente e o seu direito à autodeterminação.

É relevante, ao profissional de Serviço Social, atentar-se que para impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender as reais necessidades dos usuários, uma condição essencial será a sua aproximação com os mesmos. Vivemos numa sociedade pluralista e, dentro dela, os diferentes grupos sociais devem ser tratados com igual consideração e respeito. O ser humano se pauta em valores criados e construídos por convicções filosóficas e pessoais, e crenças religiosas para definir sua identidade pessoal no mundo. E, em um regime democrático, a liberdade religiosa e a manifestação de crença devem ser respeitadas.⁸⁷ É imprescindível a compreensão integral do assistido – suas convicções, intenções e fragilidades. Para que o cuidado seja, de fato, humanizado e os direitos e as liberdades do usuário sejam garantidos é necessário que o profissional enxergue nele mais do que uma patologia – um sujeito de direitos. Muitos impasses enfrentados pelos usuários da saúde podem

⁸⁴ Código de Ética do Assistente Social, Art. 3.º, alínea c.

⁸⁵ Código de Ética do Assistente Social, Art. 13.

⁸⁶ Código de Ética do Assistente Social, Art. 13, alínea b.

⁸⁷ Código de Ética Profissional do Assistente Social, Princípios: VII. Garantia do pluralismo; XI. Exercício do Serviço Social sem discriminar, por questões de inserção de religião.

ser evitados quando se ouve, compreende, acolhe, considera e respeita suas opiniões, queixas e necessidades.

O profissional deverá respeitar democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos seus valores e crenças individuais, despidendo-se de seus próprios conceitos e preconceitos.⁸⁸ Irá também empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.⁸⁹

Não se pode reduzir o assistido a uma posição de objeto no atendimento, colocá-lo em uma situação de submetido, de alienado do processo. O princípio da dignidade da pessoa humana representa o norte constitucional neste campo e sobreleva o respeito à autonomia da pessoa que traduz o imperativo de tratar o ser humano como sujeito e não objeto – proteção que é reforçada no campo das decisões existenciais mais básicas como as que envolvem a religião e as intervenções corporais presentes no caso da recusa à transfusão de sangue. Desta feita, é impreterível enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e incluí-los nesse processo, por estimulá-los a participar das conversações relativas à sua própria saúde, até mesmo o acompanhando nisso, se necessário for.

O primeiro princípio preconizado no Código de Ética do Assistente Social é o reconhecimento da liberdade como valor ético central. O profissional não deve, de maneira alguma, cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses, ou mesmo, apresentar atitudes que venham a coagi-lo e/ou desrespeitá-lo.⁹⁰ Complementarmente, o direito à vida assegura a pessoa contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano. A observância desse princípio não se limita à mera existência biológica, mas compreende preservar os valores morais, espirituais e psicológicos do sujeito de direito, atribuindo-lhe autonomia e liberdade.

Em se tratando do caso específico das Testemunhas de Jeová, sua autodeterminação é a força de um credo, de uma convicção, absolutamente

⁸⁸ Código de Ética do Assistente Social, Art. 5.º, alínea b.

⁸⁹ Código de Ética Profissional do Assistente Social, Princípio VI.

⁹⁰ Código de Ética do Assistente Social, Art. 6.º, alíneas a e c.

imperativa e constitucional. Desrespeitar seu desejo expresso de recusa à transfusão sanguínea seria uma violação de direitos de caráter irreversível. Antes mesmo que isso aconteça, compete ao assistente social viabilizar os encaminhamentos necessários e prestar orientação social aos indivíduos dos disponíveis recursos legais.⁹¹ A abordagem deve ser socioeducativa – as informações socializadas, os esclarecimentos prestados, as necessárias modificações propostas – com vistas a potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas e garantir a discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas.⁹² Para tanto, será necessário, “desde a entrada do usuário/família na unidade, identificar e trabalhar os aspectos sociais da situação apresentada e garantir a discussão sobre as suas reais necessidades e possibilidades de recuperação, face as suas condições de vida”.⁹³

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi expor o grave impasse com que têm se confrontado as Testemunhas de Jeová no que tange às suas escolhas peculiares em tratamento médico sem uso de sangue – uma realidade por muitos ignorada, mal interpretada ou, mesmo, desconhecida. Observamos o quão desastroso e devastador tem sido o modo de alguns “profissionais de saúde” lidarem com essa questão. Por essa razão, buscamos oferecer uma visão ampla para além da dimensão religiosa, por analisar as concepções profissionais que a permeiam, conferindo-lhe a devida leitura crítica.

Consideramos que é inteiramente plausível a recusa de transfusão de sangue por Testemunhas de Jeová mediante os princípios de dignidade da pessoa humana, a liberdade religiosa e as escolhas existenciais. Arrazoamos sobre a inconstitucionalidade da decisão de obrigar esses religiosos a realizarem terapia contrária às suas crenças e valores pessoais.

⁹¹ Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8.662/1993, Art. 4º, Inciso III.

⁹² Código de Ética do Assistente Social, Art. 5.º, alínea b.

⁹³ CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2014.

Sublinhamos a consolidação do Serviço Social, enquanto força propulsora, frente ao desmonte dos direitos civis, sociais, políticos e humanos. Longe de reproduzir o conformismo, o profissional da categoria deve estar imbuído dum espírito solidário – uma postura pró-ativa e intrépida no embate pela garantia dos direitos.

A proposta deste artigo é a compreensão das dadas condições e relações sociais e o seu tratamento pela ótica da humanização; repensar o padrão de atenção à saúde, e avaliar constantemente as dificuldades que se apresentam no processo coletivo de trabalho, com vistas a promover alterações no modelo assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) bem como do Sistema Privado de Saúde, no eixo das instituições e gestão do trabalho. Não restam dúvidas de que o aprofundamento neste diálogo produzirá novas formas de atuação que não reforcem preconceitos, intolerâncias, mas que contribuam para o fortalecimento de direitos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Autonomia do Paciente e Direito de Tratamento Médico Sem Transfusão de Sangue: mediante os atuais preceitos civis e constitucionais brasileiros. – São Paulo, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. Legitimidade da Recusa de Transfusão de Sangue por Testemunhas de Jeová: Dignidade humana, liberdade religiosa e escolhas existenciais. – Rio de Janeiro, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. – 24ª Ed. – São Paulo, Cortez, 2013.

_____. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. 1ª Ed. Ampliada – Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>

JUNQUEIRA, Sebastião Alves. Transfusão de sangue e o direito de escolha de tratamento: tempo de mudanças. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília, v. 21, nº 12 de janeiro de 2010.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. – Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar.– Brasília, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. – Brasília: CFESS, 2014.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e nº 293/1994, 333/1996 e 594/2011. – 9ª Edição revista e atualizada. – Brasília, 2011.

_____. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. – 9ª Edição revista e atualizada. – Brasília, 2011.

<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1980/1021_1980.htm> Acesso em: 10 dez. 2016.

<<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-testemunhas-jeova-nao-transfusao-sangue/>> Acesso em: 3 jan. 2017.

<<https://www.jw.org/pt/ensinos-biblicos/perguntas/biblia-transfusoes-de-sangue/>> Acesso em: 5 jan. 2017.

<<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/atividades/principios-biblicos-em-acao/transfusoes-de-sangue/>> Acesso em: 7 jan. 2017.

<<https://www.jw.org/pt/biblioteca-medica/>> Acesso em: 9 jan. 2017.

<<https://www.jw.org/pt/biblioteca-medica/videos/transfusao-sangue-necessidades-direitos-paciente/>> Acesso em: 11 jan. 2017.

Audiência Pública: “Liberdade de consciência e direito à saúde: a recusa a tratamentos médicos com transfusão de sangue, métodos alternativos e ética médica”, em 20 de maio de 2016. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

<<https://youtu.be/zxIO17jywro>> parte 1; <<https://youtu.be/ZC7OuP--eTc>> parte 2;

<<https://youtu.be/RBytzL1KXI8>> parte 3; <<https://youtu.be/hJou6HZj8Oo>> parte 4;

<<https://youtu.be/ncEDeDa7oiQ>> parte 5; <<https://youtu.be/rflowb5PaqQ>> parte 6;

<<https://youtu.be/cWXC7F4-ZQg>> parte 7; <https://youtu.be/B3_d7xLxNlc> parte 8.

Acesso em: 25 jan. 2017.

Como citar: TARDIN, Valesca Teixeira. *Política pública de saúde no Brasil: da lei Eloy Chaves a atenção básica de saúde*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: DA LEI ELOY CHAVES A ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

POR: VALESCA TEIXEIRA TARDIN⁹⁴

⁹⁴ Graduanda em Serviço Social pelas Faculdades Integradas Simonsen (FIC).
Email: valescatardin@hotmail.com Revista Digital Simonsen

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: DA LEI ELOY CHAVES A ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Resumo: Esse trabalho faz parte do trabalho de conclusão de curso da autora. O presente artigo tem como objetivo apresentar um breve resgate histórico da política pública de saúde no Brasil até a atenção básica de saúde no país. Este debate tem como pressuposto considerar as primeiras políticas sociais, os seus impactos na sociedade e no mundo do trabalho. Para alcançar o eixo central desta pesquisa é utilizado como marco inicial a Lei Eloy Chaves de 1920, que é considerada a primeira Lei de amparo ao trabalhador. Portanto, a partir dela, foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que tinham como um dos seus objetivos prestar assistência médica ao trabalhador e aos seus familiares. Vale ressaltar que não eram todas as profissões que usufruíam das Caixas. Não é intenção desta pesquisa explicitar todos os marcos da política pública de saúde no Brasil, aqui serão trabalhados pontos chaves que fizeram parte da construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e analisar a assistência da saúde na atenção primária. Juntamente com a participação da sociedade brasileira através dos movimentos sociais para a universalização da saúde e seu acesso igualitário.

PALAVRAS-CHAVES: Política Social – Reforma Sanitária – Sistema Único de Saúde – Atenção Básica de Saúde.

1.1. BREVE RESGATE DA POLÍTICA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A partir da década de 1920, a política social de saúde no Brasil esteve vinculada ao mundo do trabalho. Somente aqueles que trabalhavam podiam utilizar os serviços de saúde, que eram, portanto, acessados de forma contributiva. Esta era a principal característica da política social de saúde causava uma divisão na sociedade, considerando que a mesma era restrita aos contribuintes (YARYD, 2009, p. 41). Há um consenso entre autores que as primeiras políticas sociais surgiram na década de 30. Assim sendo, o Estado as utiliza como forma de enfrentamento aos movimentos que se evidenciavam na sociedade sobre a saúde do trabalhador.

Segundo Paina (2009, p. 21) as políticas sociais no Brasil têm como característica seu contexto econômico, político e social. De igual modo, Mito e Nogueira (2013) citando Yamamoto (2003); Yazbek (2000) e Pereira (2008), afirmam que há um caráter contraditório nas políticas sociais, pois atendem ao mesmo tempo aos interesses dos capitalistas e da classe trabalhadora. A autora afirma que as políticas sociais ganharam legitimidade a partir da mobilização dos trabalhadores por cidadania:

A política social reveste-se de um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que atende aos interesses do capital, atende também às necessidades da classe trabalhadora. Portanto, a sua expansão é marcada pela luta dos trabalhadores na perspectiva da conquista e da consolidação dos direitos sociais (ibid. p. 62).

Dessa forma percebe-se que numa sociedade capitalista o Estado tem um papel regulador. Desenvolve políticas sociais de caráter compensatório e promocional, enraizando a injustiça e desigualdade. O Estado utiliza as políticas sociais para atuar na sociedade, podendo intervir na área econômica, social, cultural e de acesso à infraestrutura da população atingida (SILVA, 2007, p. 17).

Segundo Behring (2009, p. 14) as primeiras políticas sociais surgem na criação da sociedade burguesa. Logo, estão ligadas ao modo da sociedade capitalista de produzir e reproduzir-se. Para tal, Silva (2007, p. 18) afirma que “em nenhum momento os governantes pensaram as políticas sociais como forma de superar o capitalismo, mas simplesmente numa perspectiva de amenizar conflitos e estimular o consumo”. De acordo com a autora, quando faz menção ao estímulo do consumo, podemos utilizar como exemplo, o crescimento na compra de serviços médicos na saúde privada, que será analisado no decorrer do trabalho. O privilegiamento do setor

privado acarretava cada vez mais o crescimento das desigualdades da população que não tinha acesso aos serviços públicos de saúde. Isso corrobora com a afirmação da autora, quando diz que as políticas sociais, naquele contexto, não tinham o intuito de amenizar as sequelas da sociedade capitalista.

Durante o período da República Velha e na Crise da Oligarquia Cafeeira, na década de 1920, foi promulgada a Lei Eloy Chaves, que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensão (CAP), foi a primeira Lei a regulamentar o amparo ao trabalhador. Tinham sua gestão administrada por meio de órgão colegiado paritário, as caixas funcionavam como fundos organizados pelas empresas e financiadas pelos empregados e empregadores, não havia financiamento do Estado. A Lei Eloy Chaves foi considerada um marco na previdência social no Brasil, pois foi a primeira Lei a instituir e regulamentar proteções voltadas ao trabalhador formal (ALVES, 2014).

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=5BRa1GvISqM&list=PLSLOBUHF85n6WoQOr7tNOKIP4nqEK0qL&index=1>> Acesso: 02/10/2017.

Num artigo sobre a previdência social, especificamente sobre a trajetória da previdência social dos trabalhadores, Batich (2004, p. 2) avalia que as Caixas foram fruto das mobilizações e reivindicações dos trabalhadores por condições de trabalho favoráveis. A autora enfatiza a importância dessas lutas para o avanço da saúde previdenciária, que no decorrer do trabalho será analisado como essas mobilizações influenciaram na criação do atual Sistema Único de Saúde.

A partir da década de 30 o Estado começa a intervir na saúde, criando Ministério da Educação e Saúde. Nesta mesma década é organizada uma política nacional em que se dividia a saúde entre previdenciária e pública. Dessa maneira, aos contribuintes da previdência social a saúde se caracterizava de forma curativa e individual, para os demais de caráter preventivo e coletivo (SARRETA, 2009, p. 135).

Durante a Era Vargas (1930-1945) são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que surgem neste contexto político, já que as lutas pelos direitos trabalhistas estavam em evidência. Os Institutos tinham uma gestão semipública, a contribuição era tripartite, formada pelos empregados, empregadores e o Estado (op. cit, 2014). Os Institutos diferentes das Caixas, eram organizados por categoria profissional, cabe ressaltar que para os trabalhadores rurais, domésticas e trabalhadores autônomos não foram incluídos na previdência, até 1970 (SILVA, 2007,

p. 19).

Entres os Institutos não haviam uma uniformidade de benefícios, cada um escolhia sua cesta que iria ofertar aos seus trabalhadores. A unificação das legislações, só ocorrem na década de 60, após a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Os Institutos tinham caráter contraditório, ao mesmo tempo que os trabalhadores estavam sendo beneficiados pelos recursos oferecidos, do outro lado os empregadores que não sofriam com as greves e repressões da classe trabalhadora (BATICH, 2004, p. 2).

Em 1937 foi criado o Departamento Nacional de Saúde, órgão que coordenava a saúde para os não contribuintes, desenvolvendo campanhas de vacinação e sanitárias, além de controle de epidemias (SARRETA, 2009, p. 135). A saúde estava dividida em três partes: os que podiam pagar por médicos particulares, os que contribuía com seus Institutos e aqueles que de forma precária, recebiam atendimento médico de caráter filantrópico. Assim sendo, o acesso em forma de caridade não havia acampamento da saúde daquele usuário, nem era oferecido nenhum tipo de medicamento aos mesmos (CARVALHO, 2013, p. 2).

O Estado intervém nos serviços de saúde pública com forte presença do conhecimento científico, legitimando sua autoridade e a eficácia das instituições que estavam emergindo. Era tratada como questão de polícia, onde os técnicos detinham o saber científico e não aceitavam nenhum tipo de conhecimento popular, sendo esses incapazes de assimilar as causas das doenças ou de ter acesso a direitos.

Em 1966, em meio a ditadura militar – que teve seu início em 1964 até 1985 – foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), sendo a unificação dos IAPs e considerado a maior reforma administrativa já realizada no país (POSSAS, 1981, p. 223-224). O INPS teve a expansão dos serviços previdenciários para outras categorias profissionais, trabalhadores rurais, empregadas domésticas e autônomos, a centralização administrativa e financeira da assistência médica previdenciária e os benefícios sociais se tornou igual para todos os segurados (op. cit, 2014).

A 1ª Conferência Internacional da Atenção Primária à Saúde, aconteceu em 1978 e como fruto a Declaração de Alma-Ata. A Conferência teve como notoriedade a determinação econômica e social da saúde. Evidenciando a atenção para as necessidades básicas humanas e a importância da renda familiar, oportunidade de emprego, nutrição, educação, habitação, saneamento básico e meio ambiente, sendo

circunstâncias favoráveis para à saúde da população. Traz a lógica que para um bem-estar de qualidade, o indivíduo necessariamente precisa de atenção específica para cada segmento da sua vida. A autora Silva (2007, p. 25) conclui sua análise, dizendo:

A Declaração de Alma-Ata enuncia a atenção primária como o novo paradigma da saúde. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), é a estratégia indicada para promover a saúde de todos os povos, indicando aos governos essa prioridade na organização dos serviços. A estratégia aponta a necessidade de capacitar a comunidade para atuar na melhoria de sua vida, incluindo a participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e grupos devem identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente.

Entre 1974 a 1979, a política social tinha como prioridade enfrentar a questão social⁹⁵. Com o objetivo de digerir as reivindicações e pressões populares em torno do livre acesso a saúde e não sendo apenas para contribuintes da previdência. O Ministério da Saúde aos poucos retomava suas ações, mesmo que de forma limitada. Pois nesse contexto histórico a saúde privada previdenciária estava em evidência (BRAVO, 2009, p. 94).

1.2. SAÚDE PARA TODOS

Durante as décadas de 70 a 80, o Brasil vivenciou um contexto de mudanças e crises. A saúde foi o setor mais atingido pelos crescentes movimentos em torno da sua universalização. Segundo Bravo (2009, p. 95) a “saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia”.

O movimento para Reforma Sanitária no Brasil se inicia neste contexto social. Silva (2007, p. 26) afirma que movimento girava em torno da “organização do sistema de saúde propondo uma reforma total neste campo”. O movimento contava com a participação dos “profissionais da saúde, partidos políticos de oposição, sindicatos, movimentos sociais urbanos e rurais e do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)”. Esses representantes demandavam respostas do Estado em relação às expressões da questão social, como o desemprego, saúde restrita a alguns, falta de saneamento básico, habitação, dentre outros.

⁹⁵ Questão social está aqui sendo compreendida como o conjunto das desigualdades sociais proveniente da sociedade capitalista (Iamamoto, 2014, p. 27).

Segundo Bravo (2009, p. 96) analisa que as principais propostas debatidas por esses sujeitos, era o reconhecimento do campo da saúde como sinônimo de justiça e direito, vendo o indivíduo em sua esfera social e pessoal. A equidade no acesso a saúde, a partir da sua descentralização, tornando a mais próxima da população:

[...] a universalização do acesso; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde visando um profundo reordenamento setorial com um novo olhar sobre a saúde individual e coletiva; a descentralização do processo decisório para as esferas estadual e municipal, o financiamento efetivo e a democratização do poder local através de novos mecanismos de gestão – os Conselhos de Saúde.

Em março de 1886, em Brasília, é realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde com o tema Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado. De acordo com a autora, a Conferência teve como eixo central: “I. A saúde como direito inerente a personalidade e à cidadania; II. Reformulação do Sistema Nacional de Saúde; III. Financiamento setorial” (ibid, p. 96). A Conferência contou com a participação dos “sindicatos e centrais sindicais, associações profissionais e culturais, partidos políticos progressistas, movimentos populares, associações de usuários, entre outros”. A participação popular nos encontros em que a saúde era debatida, foi o que culminou a sua democratização.

A 8ª Conferência é considerada um marco na história da saúde pública no Brasil. Nela são definidos os princípios debatidos pelo Movimento da Reforma Sanitária. Sendo eles: o reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado garantir a população brasileira independente da sua contribuição com a previdência social. Ideias centrais do Sistema Único de Saúde, criado a partir da Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2007, p. 26).

No fim dos anos 80, o Projeto de Reforma Sanitária começa a perder legitimidade sobre sua implantação, Bravo (2009, p. 99) destaca os principais motivos. Sendo o principal deles, a saída parcial dos movimentos sociais, pela falta de resultados favoráveis do Movimento Sanitário no avanço da saúde pública:

[...] a fragilidade das medidas reformadoras em curso, a ineficácia do setor público, as tensões com os profissionais de saúde, a redução do apoio popular face a ausência de resultados concretos na melhoria da atenção à saúde da população brasileira e a reorganização dos setores conservadores contrários à reforma que passam a dar a direção no setor, a partir de 1988.

Em outubro de 1988, durante o governo de José Sarney, é criada a Constituição Federal. Marco da redemocratização do país, garantindo direitos fundamentais a todo cidadão. Na Carta Magna, incumbia ao Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A erradicação da pobreza e da marginalização, diminuindo assim, as desigualdades sociais, fruto da sociedade capitalista.

A partir da efetivação da Constituição, todos os direitos tornam se iguais a qualquer cidadão brasileiro, independente da sua origem, raça, sexo, cor ou idade. Garantindo a sociedade o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Como também os direitos sociais, expresso em seu art. 6, sendo “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. De acesso a toda população brasileira, incluindo os estrangeiros. Competindo ao Estado a concretização desses direitos (BRASIL, 1988).

Para Silva (2007, p. 27) “na contramão do projeto neoliberal, a elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988 foram consideradas um marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário”, expresso no art.6º, acima mencionado, o reconhecimento dos direitos sociais, sendo um deles a saúde como um direito de todos, não mais como filantropia ou de forma contributiva.

Com a criação da Constituição Federal, a saúde é definida como parte da Seguridade Social. Destacada no art. 194º sendo “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Formando assim o tripé da Seguridade Social: saúde, de forma universal; assistência social, a quem dela necessitar e previdência social, sendo contributiva. Essa pesquisa versará apenas o campo da saúde anunciada no art. 196º:

Saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1998)

A saúde é definida como direito de todos, cabendo ao Estado garantir a condições para universalização do seu acesso de modo igualitário. Ideias centrais abordadas pelo Movimento da Reforma Sanitária agora, a partir da Constituição,

assegurados para todo cidadão brasileiro. Existe a ineficácia na contemplação dos direitos previsto na Lei e o atual sistema político do país. Porém a Constituição Federal não deixa de ser um grande avanço nas políticas sociais do Brasil, servindo de base para outros países.

A trajetória da saúde no Brasil teve marcos significativos para a sua concretização como direito. Como já pontuado anteriormente, teve seu início em campanhas sanitárias pontuais, para Silva (2007, p. 28) passou a ser tratada como uma “questão social, reconhecida pelo Estado, especialmente por ser um problema social que se tornou uma questão de política, tornando-se então uma política pública, necessitando que haja financiamento e enfiamento” e “ao tornar-se pública, a questão da saúde no país favorece abertura e espaço de luta pela democracia e conquista de cidadania”.

Embasado no argumento da autora acima citada, a saúde pública passa a se configurar como uma rede regionalizada e hierarquizada. Nesse sentido, constitui se um sistema único que vise a descentralização com direção única em cada esfera de governo (federal, estadual e municipal). De modo que atenda de forma integral as demandas trazidas pelos usuários, priorizando as de caráter preventivo. Sendo assim, preconizando a participação da sociedade brasileira, na construção da saúde de forma democrática.

Diante dessas perspectivas, o Sistema Único de Saúde (SUS), é criado a partir de duas leis. Sendo a primeira em setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”. A segunda se dá na Lei nº 8.142, de dezembro do mesmo ano, que “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências” (BRASIL, 1990). É a partir dessas duas leis que a saúde torna se pública e universal a toda população brasileira, devendo ao Estado promover condições cabíveis para o pleno exercício das suas funções. Desse modo, são organizados objetivos do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990), sendo eles:

I - a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; II - a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social; III - a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde,

com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

A partir destas considerações, o Sistema Único é criado para estabelecer uma relação vertical entre a saúde e a sociedade. Neste sentido, cabe ao Estado o reconhecimento da saúde como um direito fundamental ao ser humano, promovendo ações de caráter universal e igualitário. Sendo assim, a segregação até então existente na saúde (apenas para contribuintes da previdência social) é extinguido pelo novo e atual modelo de gerenciamento.

Esse novo modelo de acesso a saúde tem como ações e serviços públicos estabelecidos no art. 7º da LOS 8.808/90 de acordo com a Constituição Federal:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e orientação programática; IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera do governo: a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios e b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde; X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; XI - conjugação de recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, a saúde pública é composta por três partes. Sendo uma delas a assistência, que irá preconizar serviços prestados à população de forma universal, sem nenhum tipo de discriminação ou privilegio no atendimento prestado. Cabendo nesse momento o reconhecimento da saúde como um direito, além de fortalecimento

da autonomia dos usuários. Uma outra parte é a sua descentralização administrativa e hierarquização, que proporciona o acesso da população de forma diferenciada a seus serviços. Sendo assim, aqueles considerados desfavorecidos conseguem através das redes de seus estados e municípios o contato mais próximo com a saúde pública. A terceira composição da saúde é a participação da comunidade em seu funcionamento e seu vínculo com a unidade.

Desse modo, para este presente trabalho será abordado a descentralização administrativa da saúde a nível estadual com foco no município, para assim atingir o objetivo central dessa pesquisa. Observa-se assim, que a saúde a nível estadual se estruturada por quatro movimentos básicos, sendo eles: a transferência dos serviços e das ações de saúde para os respectivos municípios; dar suporte técnico e financeiro para seus municípios e contribuir para a realização das atividades prestadas; participar do monitoramento das redes hierarquizadas; e assegurar que suas ações e serviços estejam sendo executadas (BRASIL, 1990).

1.3. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Como analisado no tópico anterior, a política pública de saúde teve grande influência na democratização dos direitos do país. Diante da construção da nova Constituição, a descentralização da saúde foi estabelecida. Cabendo a responsabilização dos órgãos federais, estaduais e municipais a promoção da saúde, a equidade em seu acesso e a participação da sociedade sendo dever do Estado substanciar a reprodução dessas ações. Esse tópico dará ênfase à saúde em sua atenção básica, como a porta de entrada principal aos serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.

A história da atenção básica no Brasil é marcada por diversos ciclos, afirma o Conselho Nacional de Secretário da Saúde (2015). Em um desses ciclos, é estabelecido a atenção primária da saúde⁹⁶, através da Declaração de Alma-Ata em 1978. Nela é expresso seu principal princípio, voltado a humanização dos serviços prestados à população usuária. Sendo assim, a atenção básica de saúde reflete sobre

⁹⁶ A Política Nacional de Saúde defende que nas concepções atuais os termos “Atenção Básica de Saúde” e “Atenção Primária de Saúde” são sinônimos, ambos seguem o mesmo modelo sobre princípios e diretrizes (BRASIL, 2012, p. 22).

a requalificação dos profissionais de saúde e traz a sociedade para mais próximos aos serviços. Compreendendo que para o bem-estar do indivíduo, é necessário que seu físico, mental e social estejam em harmonia. Com a humanização dos serviços de saúde, é analisado a agilidade no atendimento prestado a população e a solução mais rápida da demanda trazida, logo, pelas unidades de saúde estarem mais próximas dos usuários.

Em outubro de 2011, é criada a Lei 2.488 que “aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)” (BRASIL, 2012, p. 12). Os princípios e diretrizes do novo modelo de atenção à saúde no Brasil, são expressos na Lei, além do seu funcionamento, estruturação e financiamento. Essa pesquisa versará somente no conceito sobre os princípios e diretrizes da atenção básica de saúde, que dará suporte para o tema que será abordado no próximo capítulo.

O Ministério da Saúde (2012, p. 9), define a Política Nacional de Atenção Básica, que surge em decorrência aos marcos vivenciados pelo país e a participação da sociedade que culminaram na construção de um novo modelo de saúde:

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo.

A organização da administração da Atenção Básica no Brasil é salientada na Lei 8.080/90. Em seu art. 18, é expresso à direção municipal do SUS, sua participação no planejamento, na programação e na organização de uma rede regionalizada e hierarquizada em articulação com a sua direção estadual (BRASIL, 1990). É verificado que a construção da atenção básica de saúde no Brasil tem como base a regionalidade e hierarquização. Caracterizada como o contato mais próximo do usuário e sua principal porta de entrada aos serviços de saúde. Onde será atendido a partir dos princípios:

da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A atenção básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral (BRASIL, 2012, p. 20).

Diante dos princípios apresentados, é analisado a preocupação da saúde com a fidelização. Cabendo aos profissionais de saúde estabelecer um vínculo entre as unidades de saúde e a população atendida por essa região. A ABS como já dito tem sua instalação mais próxima da sociedade, dessa maneira, seus serviços são prestados a um território específico. Logo, a atenção básica atende de forma regionalizada, que embora, sua maioria consista naqueles que se encontram em risco social.

As Unidades Básicas de Saúde – instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem – desempenham um papel central na garantia à população de acesso a uma atenção à saúde de qualidade. Dotar estas unidades da infraestrutura necessária a este atendimento é um desafio que o Brasil - único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes com um sistema de saúde público, universal, integral e gratuita – está enfrentando com os investimentos do Ministério da Saúde. Essa missão faz parte da estratégia Saúde Mais Perto de Você, que enfrenta os entraves à expansão e ao desenvolvimento da Atenção Básica no País (BRASIL, 2012, p. 9).

A partir destas considerações, a atenção primária é caracterizada por um conjunto de ações da saúde, que visam o âmbito individual e coletivo da sociedade. Conferindo-lhe a promoção da saúde e proteção dos seus usuários, prevenindo-os de agravos das doenças, torna se parte da rotina do indivíduo. Como mencionado na citação acima, a quantidade populacional que utilizam os serviços da saúde pública, reforça o desafio do país em oferecer serviços pautados na universalidade e na equidade em seu acesso. Além da sua participação e responsabilização no cuidado da sociedade, salientando o fortalecimento de vínculos. De igual modo o Ministério da Saúde (2012, p.19) destaca, que a atenção primária:

abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

A Atenção Primária de Saúde, sendo assim “é desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos [...]”. Diante desses

aspectos, a saúde em sua atenção básica é vista pela lógica do cuidado e tem como responsabilidade atender as demandas e necessidades de “maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento devem ser acolhidos” (BRASIL, 2012, p. 19).

Dessa maneira, o modelo de gestão apresentado, é voltado para a população que reside próximo às unidades básicas. De igual modo, as ações e serviços disponibilizados são gerenciados por profissionais de saúde qualificados em atender as demandas trazidas pelos usuários, tanto a nível individual ou coletivo. Com as unidades mais próximas das residências, há maior probabilidade do estabelecimento de um vínculo entre os profissionais e a sua população atendida.

A humanização das ações e serviços tem como objetivo participar da vida familiar, individual e social daquele usuário, a partir do conhecimento do modo de produzir e se reproduzir daquele território. A unidade de atenção básica de saúde atende a população adscrita através de serviços de tecnologias, onde são atualizados dados cadastrais sobre aquela família. De igual modo, os dados das pessoas que compõem aquela residência são registrados e quando solicitado atendimento, a unidade detém o histórico do seu acompanhamento. Dessa maneira, compreende-se as principais necessidades e demandas daquele território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as políticas públicas de saúde no Brasil tiveram grande influência para democratização do país. Diante dessa perspectiva, foi a partir do movimento para reforma sanitária, que a atual Constituição Federal começou a ser pensada. Nela a saúde torna-se direito de todos e dever do Estado assegurar através de recursos o pleno exercício desse direito. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise das primeiras formas de acessar a saúde, que teve seu início através de campanhas sanitárias pontuais. Além disso, também permitiu uma pesquisa dos primeiros traços da previdência social no país. A saúde podia ser acessada de três maneiras: 1) a partir da previdência social; 2) por pessoas que podiam pagar por médicos particulares; 3) e para aqueles que a acessavam através de instituições filantrópicas. Com a promulgação da Constituição, a saúde torna-se universal para qualquer cidadão brasileiro e podendo ser acessada gratuitamente.

Sendo assim, uma das formas de utilizar os recursos disponíveis pelo Sistema Único de Saúde é através das unidades básicas de saúde, que são instaladas próximas as residências das pessoas. A Atenção Básica de Saúde é a principal porta de entrada dos usuários, que se caracteriza pelo seu modelo preventivo. Dada a importância do assunto, torna-se necessário, ressaltar a relevância da participação da sociedade brasileira no processo de construção da cidadania do país. De igual modo, sua participação está presente no modelo de saúde citado acima, onde além de serem usuários das atividades, essas pessoas contribuem através do processo de pesquisas sobre o que é mais relevante para aquele território.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliane. Aula 1: Lei Eloi Chaves: Cria as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs). Canal: mais concurso saúde. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5BRa1GvISqM&list=PLSLOBUHF85n6_WoQOr7tNOkIP4nqEK0qL&index=1. Publicado em: 16/11/2014. Acessado em: 02/10/2017.
- _____. Aula: 5 Instituto Nacional de Previdência Social. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BapT18kB3FM&t=262s>. Publicado: 29/11/2014. Acessado em: 25/11/2017
- BATICH, Mariana. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. São Paulo Perspec. vol.18 no.3 São Paulo, julho/ setembro, 2004. ISSN 1806-9452.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: Serviço social e saúde, formação e trabalho profissional. 13-39 p. Editora Cortez. 4ª edição. São Paulo. 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional nº 91, de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 13/03/2018.
- _____. LEI nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acessado em: 16/03/2018.
- _____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p. ISBN 978-85-8071-024-3.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.: il. – (Série E. Legislação em Saúde). ISBN 978-85-334-1939-1.
- BRAVO, Maria Inês. Política de Saúde no Brasil. In: Serviço social e saúde, formação e trabalho profissional. 88-110 p. Editora Cortez. 4ª edição. São Paulo. 2009.
- CARVALHO, Gilson. A saúde pública no Brasil. Estud. av. vol.27. São Paulo, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: formação profissional. Editora Cortez. 25ª edição. São Paulo, 2014.
- MIOTO, Regina Celia Tamasso. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. Rev. Katálysis, vol.16. Florianópolis, 2013. ISSN 1982-0259.
- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. Editora UNESP. São Paulo, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.
- SARRETA, Fernanda de Oliveira. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. Editora UNESP. São Paulo, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9.
- SILVA, Edileusa. O Planejamento Familiar na Perspectiva Feminina. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração Serviço Social – Trabalho e Sociedade. 96 p. UNESP, Franca, 2007.
- YARYD, AT. Algumas reflexões sobre as políticas de saúde no Brasil. In LIVIANU, R., coord. Justiça, cidadania e democracia. Centro Edelstein de Pesquisa Social. Rio de Janeiro, 2009. pp. 38-48. ISBN 978-85-7982-013-7.

Como citar: PORTELA, Juliana Ribeiro. *A crise do sistema penitenciário, as violações dos direitos humanos e as medidas da frente pelo desencarceramento do Rio de Janeiro*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 8, Maio. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

**A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, AS VIOLAÇÕES
DOS DIREITOS HUMANOS E AS MEDIDAS DA FRENTE
PELO DESENCARCERAMENTO DO RIO DE JANEIRO.**

POR: JULIANA RIBEIRO PORTELA

A crise do sistema penitenciário, as violações dos direitos humanos e as medidas da frente pelo desencarceramento do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo retrata as violações dos Direitos Humanos no Sistema Penitenciário e as proposições da Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro ante o hiperencarceramento da população residente nas periferias da cidade. Pretendo apresentar os índices que fomentam o crescimento da população carcerária e sua gênese na criminalização da miséria e no descumprimento das leis estabelecidas na Carta Constituinte e nos Acordos Internacionais pelos quais o Brasil é signatário.

Palavras Chaves: Direitos Humanos, prisão, punição, desencarceramento

The crisis of the penitentiary system, human rights violations and the forefront of the deprivation of Rio de Janeiro

Abstract: This article portrays the violations of Human Rights in the Penitentiary System and the proposals of the Front for the Derailment of Rio de Janeiro before the hyperencarceramento of the resident population in the outskirts of the city. I intend to present the indices that foster the growth of the prison population and their genesis in the criminalization of misery and noncompliance with the laws established in the Constituent Charter and in the International Agreements for which Brazil is a signatory.

Keywords: Human rights, prison, punishment, deprivation

INTRODUÇÃO

O fenômeno do encarceramento tem sido alvo de muitos estudiosos e pesquisadores no Brasil e no mundo. O aumento significativo da população carcerária é um fenômeno que provoca não só a comunidade acadêmica, mas diversos setores da sociedade civil organizada, a pensar ações de enfrentamento ao mesmo.

Em junho de 2016, a população prisional brasileira ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade, o que apresenta um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90. (BRASIL, 2016)

O Rio de Janeiro, em particular, segundo informações do Departamento Penitenciário (DEPEN) de junho de 2016, apresentava uma população prisional de 50.219 presos e presas, em uma realidade de 28.443 vagas em 49 unidades prisionais. A taxa de aprisionamento no estado entre 2000 e 2016 é de 301,9 %. Estes números colocam o Rio de Janeiro como o quarto estado da Federação no que diz respeito à população prisional, evidenciando a forte tendência ao encarceramento em massa.

Atualmente a densidade da população carcerária é formada pela guerra contra as drogas onde as políticas sociais são implementadas como política de contenção populacional para os que habitam as regiões mais pobres da cidade, e que a política de “tolerância zero” importada dos norte-americanos nos impulsiona a aprisionar e punir sem distinção o usuário do traficante. Neste contexto, 41 % das pessoas privadas de liberdade são presas sem condenação, portanto, quatro em cada dez presos estão aguardando julgamento e sentença: os presos provisórios.

O levantamento do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), evidencia o perfil das pessoas que têm sido encarceradas: majoritariamente são jovens entre 18 e 24 anos, negros e negras, um recorte racial de 72%, de baixa escolaridade e de baixa renda. As incidências penais, de acordo com o Código Penal e as legislações específicas registram 151.782 crimes por tráfico de drogas (Artigo 12 da Lei 3.668/76 e Artigo 33 da Lei 11.343/06).

O tema do projeto reflete um aprofundamento crítico sobre a falência e a desestruturação do sistema penitenciário, a lógica punitiva que demanda encarceramento em massa, e as violências institucionais, principalmente do Estado – Estado Penal, ao qual será descrito mais adiante, com base na Lei de Execução Penal

– LEP, transcrevo e faço breves críticas aos seguintes Artigos da Lei 7.210/84, Art. 10. “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Em sequência, o Art.11 das Disposições Gerais que enumeram as assistências: material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Entretanto o Estado se exime do dever ora, instituído por Lei de orientação e ressocialização aplacando o condenado em uma cela, excluído do convívio social em um ambiente hostil, violento e de disputas pela sobrevivência. A assistência jurídica realizada pela Defensoria Pública (para aqueles que não podem pagar por advogados) é precária, e em consequência de tal precariedade as famílias dos presos se responsabilizam pela movimentação processual, pela progressão de regime de cumprimento e remissão da pena asseguradas pela Lei.12.433/2011 cuja promulgação alterou a redação do Art. 126; “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. A infraestrutura precária oferecida pelo Estado, o enorme percentual de presos e a disparidade das políticas sociais impossibilitam a efetivação das Leis.

A Lei de Drogas, violenta e excludente encarcera pobres que traficam para sustento do próprio vício, e/ou sendo usuários são presos como traficantes por falta de parâmetros para determinar quem é o usuário e quem é o traficante. Subjetivamente, tal dicotomia abarca-se na decisão de cada juiz ao decidir quem se enquadra em cada uma das categorias.

Para determinar se a droga destinava - se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (TJ, FEDERAL, Distrito. 2012)

Neste dicotômico cenário de aplicação subjetiva e oblíqua das leis, aos indivíduos cujo perfil social é retratado nas periferias do Estado do Rio de Janeiro onde os direitos humanos são estratificados em detrimento de perfil social, cultural e econômico; a luta da população periférica se intensifica e o grito dos excluídos ecoa por justiça social, a supressão do antagonismo de classes sociais eclode, surgindo movimentos sociais como forma de resistência e objeto de oposição frente as violações institucionais dos privados de liberdade. Dentre as organizações sociais de enfrentamento às austeridades institucionais, surge a Frente Estadual pelo

Desencarceramento, como um movimento legítimo defronte ao cenário dramático do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Surgimento das Prisões e os mecanismos de punição

Pensar a prisão além dos cadeados e grades que protegem a sociedade dos “desajustados” é uma análise social necessária aos dias de hoje, além da construção de uma nova ordem societária democrática e de direitos. Portanto, farei uma breve reflexão crítica sobre alguns pontos culminantes no caráter estrutural do sistema prisional quanto a sua origem, seus mecanismos de punição e a classe social que subsiste nesta estrutura.

Os mecanismos de punição foram implementados a alguns séculos atrás, e desde seus primórdios, a classe subalterna permanece sendo punida pelas classes dominantes. A forma de punição que perdurou até o fim do século XVIII durante a monarquia na Europa era o castigo da pena aplicado aos condenados em forma de suplicio. O suplício deveria marcar o corpo do condenado em um ritual, a arte de fazer sofrer, um espetáculo que deveria ser assistido por todos como triunfo da justiça.

punição pouco a pouco deixou de ser uma cena. E tudo o que pudesse implicar de espetáculo desde então terá um cunho negativo; e como as funções da cerimônia penal deixavam pouco a pouco de ser compreendidas ficou a suspeita de que tal rito dava um “fecho” ao crime mantinha com ele finalidades espúrias: igualando – o ou mesmo ultrapassando- o em selvageria, acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê - los afastados ,mostrando – lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminosos, os juízes aos assassinos ,invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração.(FOCAULT 2000, P.14)

No início do século XIX o Estado com a política de proteger a sociedade, resguardar a propriedade privada e a vida passa a penalizar os indivíduos “desajustados” com o cerceamento da liberdade, assumindo um novo modelo de legitimação do poder punitivo: A prisão.

A prisão, com sua estrutura conflitante entre a punição e a ressocialização foi definida pelo Cientista Social, Goffman em sua obra literária, *Manicômios, Prisões e Conventos* como uma instituição total, “ onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. ” (Goffman 2013,

p.11) por uma equipe dirigente encarregada pela organização burocrática das necessidades básicas dos presos, a vigilância e o exame constantes. A prisão regula todas os aspectos da vida do preso, roteiriza rigorosamente suas atividades diárias, submetendo-o a “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado.” (Goffman 2013, p.24).

As atividades da vida do interno, se passam por trás dos muros das instituições totais, através de processos violentos, que iniciam com o isolamento do mundo exterior, passando pela apropriação dos valores pessoais, remetendo o sujeito a restrições e controles muito maiores como vigilância em tempo integral, exame constante, obrigação de realizar as atividades com rigoroso controle do tempo, em conjunto e sempre no mesmo local, e atingem o ápice no aniquilamento da autonomia do sujeito e a submissão. Essas instituições se constituem “para repartir os indivíduos, fixa los e distribui los espacialmente, classifica los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças...” (Foucault, 2002, p.157). Portanto, a punição torna se disciplinar sobre o corpo dócil que está preso a poderes que lhe impõe “limitações, proibições e obrigações”. (Foucault, 2002 p. 200). Em consonante a punição disciplinar quero salientar que estamos falando dos corpos das classes subalternas, que historicamente vivencia a lógica punitiva estabelecida e perpetuada ao longo dos séculos, atingindo o cume arbitrário e violento atualmente com o Neoliberalismo e a criminalização da miséria.

Direitos Humanos, Neoliberalismo e a Criminalização da Miséria

A luta pelos Direitos humanos se atualiza e se reconfigura a cada concepção anteposta do que significa “direitos” e do que é entendido como “humano”. A concepção do que são Direitos Humanos ainda está em construção na consciência da sociedade contemporânea e na aceitação dos processos da diversidade cultural e nas determinações classistas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) descreve em seu preâmbulo:

“Visto que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,
Visto que o desrespeito e o desprezo pelos direitos humanos têm resultado em atos bárbaros que ofenderam a consciência da humanidade e advento de um mundo em

que os seres humanos tenham liberdade de expressão e crença e a liberdade de viver sem medo e privações foi proclamado como a aspiração mais elevada do homem comum,

Visto que é essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo estado de direito, para que o homem não seja compelido a recorrer, em última instância, à rebelião contra a tirania e a opressão [...]” (Lynn Hunt, 2009 p.229)

No Brasil, o Estado é o maior violador dos direitos humanos, e os fenômenos vertiginosos de violência, tortura, miséria e punição têm levado ao superencarceramento a população pobre. A Constituição Federal assegura que, “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, III), “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (art.5º, XLIX), “ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança” (art.5º LXVI). Entretanto, tais direitos assegurados constitucionalmente, são violados diariamente nos espaços de privação de liberdade. Consoante a esta afirmação considero que a problemática da atualidade, com relação aos Direitos Humanos não é quanto aos fundamentos ou legislação, e sim na consolidação prática e na efetivação das leis. Em um sentido mais amplo:

Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamentos, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti los, para impedir, que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (Bobbio, 2009 p. 25)

O modelo de estado que vivemos é o Estado Neoliberal, que abre espaço ao capitalismo globalizado, onde o mercado regula as relações sociais e econômicas, como: elevação das taxas de juros; abolição sobre o controle dos fluxos financeiros; privatizações das empresas estatais; flexibilização das leis trabalhistas; redução de impostos sobre altos rendimentos - beneficiando as grandes empresas - e favorecendo a imposição do sistema capitalista. Porém o Brasil faz parte da “periferia do mundo capitalista”, (Behring e Boschetti, 2011), pois seu processo de colonização e o peso do escravismo marcam o retardo no desenvolvimento do capitalismo no país.

O Neoliberalismo é uma doutrina, conjunto de idéias, que constitui a base do capitalismo. Tem como eixo central a redução do papel do Estado e é baseado na doutrina liberal. Behring e Boschetti fazem uma síntese dos elementos essenciais ao liberalismo, que são: o Predomínio do Individualismo; a ideia de que o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo, o Predomínio da liberdade e

competitividade; a Naturalização da miséria; o Predomínio da lei da necessidade; a Manutenção de um Estado Mínimo; e, por fim, a idéia de que as Políticas Sociais estimulam o ócio e o desperdício de recursos públicos e que a Política Social deve ser um paliativo¹. Consoante a esses elementos, os ideais liberais assumem nova configuração no século XXI, o Neoliberalismo.⁹⁷

Wacquant assinala que os estados neoliberais, para garantir a ordem econômica e social, se ausentam do papel de garantidor de direitos, e de suas responsabilidades sociais produzindo um “Estado Penal” e penitenciário máximo. O Estado Penal é reflexo da produção e disseminação de uma cultura de medo e insegurança da sociedade, na qual uma parcela da população é transformada em inimiga da sociedade, devendo ser penalizada e aprisionada.

A penalização serve aqui como uma técnica para invisibilização dos “problemas” sociais que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado. (Wacquant, 2003 p.21)

A “guerra ao crime” se consolida pela figura do “cidadão exemplar” na repressão e estigmatização dos “jovens dos bairros decadentes habitados por trabalhadores, os desempregados, os sem – teto, os mendigos, os toxicômanos, as prostitutas e os imigrantes[...]” (Wacquant, 2003, p.27).

No Estado Penal a sociedade contemporânea é estratificada em detrimento de classes sociais, há uma subdivisão por território, poder econômico, raça, gênero e perfil social. Um Estado que não garante os direitos básicos à sua população, que faz segregação, que pune e aprisiona apenas os pobres, que defende a meritocracia como modelo de sucesso, generalizando a lógica individualista e classificando situações pontuais de “sucesso” – sucesso neste caso, tem sentido de posses de bens e propriedades, capital acumulado e consumismo – apregoa o ideário de que políticas sociais estimulam a “vadiagem” e culpabiliza o indivíduo pelas mazelas sociais que o sistema capitalista os submete. As desigualdades sociais brasileiras são publicamente reconhecidas pelo poder público, pelas pesquisas organizadas por órgãos

¹ Os programas sociais com enfoque no combate “a extrema pobreza” e orientados pelos organismos internacionais, com modalidades de programas de transferência de renda exemplificam as Políticas Sociais implementadas como um paliativo. São focalizadas na obtenção de resultados imediatos, geralmente quantitativos e antagônicos à universalidade do acesso aos direitos.

internacionais ou nacionais, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a ONU (Organização das Nações Unidas) que trazem dados alarmantes sobre a distribuição de renda:

Cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.

Um país onde a renda per capita dos 20% que ganham mais, cerca de R\$ 4,5 mil, chega a ser mais de 18 vezes que o rendimento médio dos que ganham menos e com menores rendimentos por pessoa – cerca de R\$ 243.

Entre as pessoas com os 10% menores rendimentos do país, a parcela da população de pretos ou pardos chega a 78,5%, contra 20,8% de brancos. No outro extremo, dos 10% com maiores rendimentos, pretos ou pardos respondiam por apenas 14,8%. (IBGE, 2017)

Hobsbawm referiu-se ao Brasil como “campeão de desigualdade econômica” e “monumento de injustiça social” (1995; p.397). Tal referência conceitua os pontos e problematizações prescritos no presente artigo. Um Estado que não assegura os direitos dos indivíduos que estão sob sua custódia: os indivíduos privados de liberdade. E, a partir das minhas experiências como membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS/RJ), através de percepções e observações, minha pesquisa etnográfica sobre a Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro e as medidas frente ao encarceramento em massa serão expressas adiante.

Prisão Processual: A inconstitucionalidade do direito de defesa

A Prisão Processual, também chamada de Prisão Provisória, foi apontada no artigo como um dos fatores que ocasionam a superlotação dos presídios. Constitucionalmente, compreende – se a privação de liberdade sem sentença condenatória, como: prisão em flagrante (arts. 301 a 310 do Código Penal), a prisão temporária (Lei 7.960/89), a prisão preventiva (arts. 311 a 316) e a prisão decorrente de pronúncia (arts. 282 e 408). Tais prisões, em tese, são medidas excepcionais de acordo com as normas do Estado Democrático de Direitos.

A pesquisa: “A aplicação de Penas e Medidas Alternativas”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por demanda do DEPEN constatou que 37% dos réus que responderam ao processo encarcerados não foram

condenados a pena privativa de liberdade, um percentual significativo dos casos, depois de meses ou anos presos provisoriamente, os réus não são condenados à privação de liberdade. Ou seja, o fato de que praticamente quatro em cada dez presos provisórios não recebem pena privativa de liberdade revela o sistemático, abusivo e desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de justiça no país. (IPEA, 2015).

Vale ressaltar que de acordo com o IPEA:

Quanto ao tempo de duração dos trabalhos policiais, verificou-se que o tempo médio entre a instauração do inquérito e a denúncia do MP é de 135 dias (4,5 meses). Nos casos de flagrante, o MP apresentou a denúncia apenas 26 dias após a instauração do inquérito policial. Já nos casos de inquéritos instaurados por portaria, esse tempo foi de 310 dias[...]

O tempo médio entre o oferecimento da denúncia pelo MP e a emissão de uma sentença de extinção do processo é de 22 meses, ou seja, quase dois anos. Como a legislação prioriza a tramitação dos processos que correm com réu preso, o tempo médio nesses casos é substancialmente menor do que nos processos com réu em liberdade: 16,7 meses para os primeiros e 40,6 para os últimos. (P. 39)

O Estado encarcera, aglutina, cerceia a liberdade do indivíduo e sequencialmente – meses a fio – concede o direito de defesa com a justificativa da necessidade iminente de garantir a segurança, ante a ameaça que o indiciado representa, em caso de aguardar a sentença em liberdade, restringindo – se assim a aplicação do princípio de presunção de inocência e do justo processo legal. Em suma, a prisão provisória é a evidência de que os direitos fundamentais, ora prescritos na constituinte são contrariados em detrimento de processos penais que negligenciam as garantias individuais, além é claro, de uma constatação do poder punitivo e o Estado é o principal protagonista desse processo. (CNJ, 2014)

A (in)existência da Política de Saúde no cárcere: breves apontamentos.

O aprisionamento deixa “sequelas” nos sujeitos, a pouca exposição ao sol, 2 horas diárias; a falta de higiene; a má conservação e a superlotação dos presídios ocasionam males a saúde e “aquisição de doenças visivelmente em seus corpos, como doenças de pele, micoses, coceiras, furúnculos, emagrecimento e riscos de doenças como por exemplo, as pulmonares”. (Mepct, 2016, p. 51)

Entendendo o conceito de saúde segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) que define a saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e

social e não somente ausência de afecções e enfermidades", no cárcere tal conceito é hipotético.

A demanda de atenção em saúde é negligenciada, em virtude do “fechamento dos hospitais penitenciários, da diminuição de profissionais da área de Saúde vinculados a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), da continuidade da precarização do trabalho desses servidores e da inexistência de uma política clara e eficaz de atenção à saúde da população encarcerada no Estado. ” (Mepct, 2016, p.50)

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) DE 2013 preconiza o acesso à saúde a população privada de liberdade no sistema penitenciário. E a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) de 2014, garante o acesso integral a toda a população prisional. Porém as informações noticiadas pelos jornais em circulação no Estado apontam:

Nos últimos sete anos, mais de mil presos morreram nas 49 unidades penitenciárias do Rio de Janeiro. Do total, que chega a 1.149 presidiários, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2017, cerca de 55% (640) morreram por falta de assistência médica adequada. A porcentagem pode ser maior, já que, em 253 óbitos, a razão é desconhecida. Dentre tantos cadáveres, cerca de 50 tiveram como causa morte a violência (supostamente, praticada pelos próprios colegas de cela), acidentes e suicídios. A média de um morto a cada dois dias aumenta nos 52 primeiros dias de 2017, quando ocorreram 32 óbitos: mais ou menos dois mortos a cada três dias. Cerca de 40% das vítimas de 2017 eram presos provisórios, que aguardavam julgamento. Ou seja: foram executados pelo sistema penal, antes de serem condenados pela Justiça. (O Dia, 05/03/2017)

O jornal O Globo noticiou que especialistas da saúde chamam os presídios brasileiros de “fábricas de tuberculose”. Com base no Ministério da Saúde e pesquisas da Fiocruz “enquanto a média de registros dessa doença na população total do país é de 32 a cada 100 mil habitantes, a média na população carcerária é de 932 infectados por 100 mil. Isso significa que, dentro das prisões, há uma incidência praticamente 30 vezes maior da doença. ” (O Globo,30/03/2018)

No Rio de Janeiro, a situação é alarmante, são 2 mil a cada 100 mil presos em média, tornando o estado o primeiro em incidência de tuberculose na população privada de liberdade. A SEAP- RJ registrou que cerca de “1.800 internos estão atualmente em tratamento no sistema prisional do Rio de Janeiro. ”

A Saúde Mental, possui uma política regulamentada sob a Lei 10.216, a Lei da Reforma Psiquiátrica⁹⁸. E de acordo com MEPCT homens e mulheres presas podem apresentar situações de sofrimento psíquico que demandem atenção especializada em Saúde Mental, e muitos já entram no sistema penitenciário já apresentando algumas questões de saúde mental, que se agravam durante o aprisionamento. Entretanto nas unidades prisionais não há equipe de Saúde Mental, “assim, as situações que demandem atendimento com médico psiquiatra, devem ser encaminhadas pela equipe da enfermagem para atendimento no Hospital Hamilton Agostinho (HHA), no Complexo de Gericinó. (p. 52)

No HHA o atendimento é feito às sextas feiras e é referenciado para todas as unidades da SEAP no Estado. “No atendimento com o psiquiatra, há uma avaliação que determina se a pessoa será encaminhada para a internação no Hospital Psiquiátrico Roberto Medeiros, ou será medicado e mandado de volta para a unidade prisional de origem”. (p. 52)

O MEPCT, relata que a falta de medicação psicotrópica implica na descontinuidade no tratamento medicamentoso e a ausência de abordagem de equipe multidisciplinar acarreta diversas implicações a saúde dos indivíduos em custódia do Estado. Neste sentido, a universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS) não abrange integralmente a toda a população, visto que a população carcerária é refém de uma lógica de seletividade no acesso à saúde.

Audiências de Custódia e a seletividade racial

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a audiência de custódia consiste num instrumento processual de garantia a todo preso em flagrante, devendo este ser apresentado a um juiz, no prazo de 24 horas para avaliação da legalidade e da necessidade de continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade com ou sem imposição de outras medidas cautelares. Também serão avaliadas eventuais ocorrências de tortura ou de maus tratos, entre outras irregulares.

A audiência de custódia está prevista em pactos e acordos internacionais ao qual o Brasil é signatário, como a Convenção Americana de Direitos Humanos,

⁹⁸ A Reforma Psiquiátrica foi promulgada na Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001, e, dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental em consonância as diretrizes da OMS e seu Escritório Regional para as Américas. (OMS)

também nomeada como Pacto de San José e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O artigo 7º, item 5 do Pacto da Convenção Americana de Direitos Humanos descreve que “ Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo. Em conformidade, o artigo 9º, item 3 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

O Rio de Janeiro foi o vigésimo estado brasileiro a implementar o projeto das audiências de custódia, em setembro de 2015. E no atual cenário caótico ao qual se encontra o sistema carcerário no Estado, esta medida traz grande significado em relação ao número de prisões ilegais existentes no país, e, conseqüentemente, corrobora com a reestruturação carcerária, uma vez que evitando prisões ilegais, também evita o encarceramento em massa, resultando, assim, uma redução na exponente superlotação do sistema carcerário. Mas há inconstâncias neste prazo “sem demora” para condução do preso ao juiz, além da seletividade racial nas audiências.

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) acompanhou em parceria com grupos de pesquisa todas audiências realizadas em nove capitais por um período de dois meses. Ao realizar o recorte racial, verificou se que os pretos e pardos têm prisão preventiva decretada em maior frequência que os brancos.

No Rio de Janeiro, 31,25 % dos presos eram brancos e os negros num total de 63,39%. Entretanto entre os brancos, as prisões foram mantidas em 54,29% e, entre os negros, em 66,2%. Evidenciando a seletividade no sistema penal, que considera o negro e favelado como uma ameaça à segurança, devendo este ser punido antes da sentença promulgada com restrição da liberdade.

O Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS/RJ)

O CRESS/RJ é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com atuação e abrangência no Estado do Rio de Janeiro, conforme reza a Lei 8.662/93. (CEFESS/CRESS)

A qualificação dos profissionais de Assistência Social é uma das primordiais

funções do Conselho. Através da Comissão de Direitos Humanos [...] no contexto de aumento de violações de direitos busca orientar profissionais no sentido de possibilitar um trabalho comprometido na defesa intransigente dos direitos humanos. (I Seminário Nacional de Pesquisa em Prisões UNIRIO, 2016)

A Comissão de Direitos Humanos do CRESS/RJ é um amplo e importante espaço de debates e ações a frente às violações dos direitos da população atendida pelos Assistentes Sociais no exercício das suas atividades em diferentes instituições e/ou equipamentos, em consonância ao Projeto ético-político descrito pela ética e profissionalismo.

A Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro

A Frente pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro é uma articulação de luta frente ao superencarceramento em massa. Ela foi lançada no dia 26/01/2017 no auditório do CAARJ (Caixa de auxílio aos Advogados do Rio de Janeiro), em uma plenária onde reuniram-se ex-presidiários, familiares de presos, egressos do Sistema Socioeducativo, especialistas em Segurança Pública, representantes de movimentos sociais, magistrados e moradores de favelas para debaterem questões relacionadas ao cenário dramático do Sistema Penitenciário Brasileiro.

A gênese da Frente Estadual pelo Desencarceramento foi articulada, sobretudo, para o enfrentamento às violações de direitos e precarização das condições de saúde e segurança dos presos pelas instituições do Sistema de Justiça do Rio de Janeiro. Foi criada uma comissão específica visando tratar a superlotação do sistema prisional, imbuídas pela lógica da segurança marcada pelo racismo e misoginia através de ações conjuntas priorizando medidas efetivas à redução das taxas de encarceramento definitivo e provisório, sem a criação de novas vagas.

A Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro é composta por diversos atores institucionais, como: grupos de pesquisas das Universidades do Rio de Janeiro, ONGS ligadas à defesa dos direitos humanos, Conselhos Institucionais, entre eles, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/RJ) e Movimentos Sociais que atuam no combate à violência e à tortura. São 80 Entidades com suas diretrizes⁹⁹ específicas.

⁹⁹ 1) contribuir para a elaboração e implementação de Plano de Redução da Superlotação no Sistema Prisional e Sistema Sócio Educativo, sem a criação de novas vagas;

A síntese das ações realizadas é organizada mensalmente em reuniões e Grupos de Trabalho (GTs) e perpassa por Audiências Públicas de Conciliação e Custódia, Acompanhamento de Pesquisas e Mapeamento Nacional de redes pelo desencarceramento, Atos Públicos, Manifestos Sociais, Palestras e Rodas de Conversa com o objetivo de ouvir órgãos competentes, parentes e egressos do sistema prisional e socioeducativo para pensar coletivamente políticas públicas de enfrentamento a crise do sistema prisional. Além de desenvolver e implementar estratégias de sensibilização e capacitação dos atores do sistema de justiça criminal, principalmente aqueles interligados às Audiências de Custódia visando intervir na mudança de práticas hiperpunitivistas.

Como principal avanço das ações da Frente pelo Desencarceramento foi elaborada uma Carta Nacional com medidas e proposições ante ao hiperencarceramento, o Documento é chamado “Carta de 22 medidas ao Desencarceramento”.

- 1 – Observância do eixo condutor e demais recomendações contidas na Agenda Nacional pelo Desencarceramento;
- 2 – Observância das diretrizes e recomendações estabelecidas pelos organismos internacionais para o enfrentamento do problema da superlotação carcerária, em especial daquelas previstas no Manual de Estratégias para Redução da Superlotação Carcerária, editado pelo Escritório das Nações Unidas (UNODC);
- 3 – Reestruturação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), de modo a adequá-lo às exigências da Resolução nº 214/2015, do Conselho Nacional de Justiça;
- 4 – Publicação semanal, na rede mundial de computadores, dos dados produzidos pela Coordenação de Execução Penal da SEAP-RJ sobre a capacidade e a lotação de cada uma das unidades prisionais em funcionamento, em atenção ao Princípio XVII, da Resolução nº 01/2008 da Organização dos Estados Americanos (OEA);
- 5 – Publicação com periodicidade no mínimo mensal dos números referentes à produtividade da Vara de Execuções Penais (VEP);

-
- 2) congrega e acolhe a participação de familiares de pessoas presas ou em medida de internação, bem como pessoas que tenham passado por pena ou medida de privação de liberdade;
 - 3) promover e divulgar a realização de pesquisas e estudos de interesse no tema, aportando recomendações e dados para esferas de decisão de políticas públicas;
 - 4) acompanhar a implementação de políticas públicas no estado do Rio de Janeiro, em especial aqueles referentes aos temas de prisão provisória e alternativas penais;
 - 5) acompanhar as condições das unidades prisionais e socioeducativas, a partir dos relatos e documentos produzidos pelos órgãos de controle. (CAARJ, 2016)

- 6 – Desmembramento da VEP e oferecimento das varas resultantes desse desmembramento a livre provimento pelos juízes interessados, mediante concurso interno que observe os critérios alternados da antiguidade e do merecimento;
- 7 – Consolidação e expansão das audiências de custódia, hoje restritas à capital e aos dias de semana, em flagrante violação à decisão liminar proferida pelo STF nos autos da ADPF nº 347;
- 8 – Imediata reativação dos Conselhos da Comunidade do Rio de Janeiro e Niterói, bem como criação de novos, ao menos nas comarcas onde já existam unidades prisionais instaladas;
- 9 – Interdição parcial de todo o sistema prisional fluminense, de modo a ajustar a porta de entrada à capacidade operacional da porta de saída, condicionando qualquer novo ingresso de preso provisório ou definitivo à prévia colocação em liberdade de internos na mesma proporção;
- 10 – Expansão, interiorização E fortalecimento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, com ampla divulgação de seus números e boas práticas, em especial daqueles relacionados ao cumprimento das penas restritivas de direitos e à conversão destas em penas privativas de liberdade;
- 11 – Aplicação imediata da Resolução CNPCP nº 04/2010 e da Recomendação CNJ nº 35/2011, que determinam a substituição do modelo manicomial de medidas de segurança pelo antimanicomial, em cumprimento à Lei federal nº 10.216/2001;
- 12 – Promoção da reflexão e do debate crítico acerca da política criminal de Guerra às Drogas, de modo a avançar no sentido do fim de tal falida e danosa política, principal causa do encarceramento massivo e da violência;
- 13 – Extensão das medidas desencarceradoras e garantidoras de direitos à política de socioeducação;
- 14 – Instituição de teto para os gastos com segurança pública no estado do Rio de Janeiro, privilegiando as estratégias de prevenção ao crime sobre as puramente repressivas, tal como definido, aliás, na Lei federal nº 11.530/2007 (PRONASCI);
- 15 – Observância rigorosa das Súmulas Vinculantes nos 26 (exame criminológico) e 56 (progressão e saída antecipada nas unidades com lotação acima da capacidade), do Supremo Tribunal Federal;
- 16 – Aumento do contato dos presos com seus familiares, de modo a preservar sua saúde mental e suas condições materiais de sobrevivência, haja vista a incapacidade

financeira do estado em fornecer os itens e serviços necessários a uma existência minimamente digna;

17 – Instituição de procedimento de acompanhamento e apuração das mortes ocorridas no âmbito do sistema prisional, tal como expressamente recomendados pelo SPT no relatório da visita de 2011;

18 – Cumprimento e fomento das determinações contidas na Recomendação nº 49, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da necessidade de observância, pelos magistrados brasileiros, do chamado Protocolo de Istambul;

19 – Adoção de estratégia de comunicação institucional que fortaleça e fomente o respeito aos direitos humanos dos presos e que angarie o apoio da sociedade livre em relação à necessidade de adoção das medidas desencarceradoras aqui defendidas.

20 - Assegurar o cumprimento das normas contidas no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/16), substituindo a prisão preventiva pela domiciliar no caso de gestantes, mulheres com filhos de até 12 anos incompletos ou homens, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos incompletos, bem como as demais medidas previstas nas Regras de Bangkok.

21 - Cumprimento da resolução 558, que estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

22 - Aplicação efetiva das medidas cautelares diversas das prisões advindas com a lei 12.403/11, das audiências de custódia, bem como a nova redação dada do artigo 318 do CPP para redução do uso excessivo da prisão provisória.

A Carta de 22 medidas ao Desencarceramento, foi escrita com base nos dados estatísticos do INFOPEN, da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) que evidenciam o cenário caótico pelos quais os indivíduos sob custódia do Estado se encontram. A principal proposta é desencarcerar, ou seja, extinguir a possibilidade de pena restritiva de liberdade, sancionando a ampliação do cumprimento de Penas Restritivas de Direitos (art.40 do Código Penal) na aplicação de penas alternativas denominadas de Direito Penal Mínimo. As principais espécies de Penas Alternativas no Brasil: 1) Pena de Prestação Pecuniária, que consiste no pagamento de dinheiro à vítima, a seus dependentes ou entidades públicas e ou privadas com finalidade social. Cabe ao juiz fixar a quantia a ser paga, em acordo com a Lei nº 9.099/95, descreve

que não pode ser inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos; 2) Perda de bens e valores, que envolve o confisco de bens do condenado, que serão convertidos para o Fundo Penitenciário Nacional. O valor máximo estipulado é equiparado ao maior prejuízo causado pelo crime; 3) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, que impõe trabalho gratuito durante um período de tempo estabelecido pelo juiz em algumas instituições; 4) Interdição temporária de direitos, impedindo a pessoa condenada de exercer qualquer função, cargo ou atividade pública; 5) Limitação do fim de semana que impõe obrigatoriamente a permanência mínima de cinco horas diárias em casa, albergue ou outro estabelecimento considerado adequado pelo juiz.

As possibilidades de Penas Restritivas de Direitos, e até mesmo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), não restringe a Frente pelo Desencarceramento em sua estrutura fundante seguindo a vertente do Abolicionismo Penal, como um novo ordenamento jurídico, não no caráter utópico emergencial, mas como um projeto a ser consolidado na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Rio de Janeiro vem apresentando um cenário caótico no sistema prisional, o encarceramento em massa decorrente da onda punitiva, as violações de direitos humanos nos espaços de privação de liberdade e a tortura a qual os sujeitos sob sua custódia estão submetidos diariamente evidenciam a crise do Estado Democrático de Direitos.

A implementação de políticas públicas e o ordenamento jurídico no âmbito da execução das leis descritas na Carta Constituinte se constituem como objeto de mobilização popular e luta de diversos órgãos que atuam na defesa dos direitos humanos.

O “conjunto de violações afeta sobretudo negros e jovens, pois são eles que compõe a maior parcela dos apenado.” (CNJ). No dia 14 de maio de 2018, foi incluído no calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146/2010, sancionando o dia 20 de junho como o Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- CARCERÁRIA, Pastoral. Prisões privatizadas no Brasil em debate. São Paulo: ASAAC, 2014
- JUSTIÇA GLOBAL E MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. Quando a liberdade é exceção: a situação das pessoas presas sem condenação no Rio de Janeiro. 2016.
- GOFFMAN, e. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. São Pulo: Perspectiva, 2013.
- BOBBIO, Norberto. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PRAIA VERMELHA: estudos de política e teoria social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Vol. 1, n. 1, 1997
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011
- HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WACQUANT, Loïc. Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003
- Hobsbawm, Eric J., 1917-. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm. Tradução Marcos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA) – A aplicação de penas e medidas alternativas. Ed. 82. Brasília, 2014
- BRASIL, MINISTÉRIO DA Justiça. Levantamento nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Junho de 2016. Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça. Brasília, 2017. Disponível em <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> acessado em: 24/03/2018
- BRASIL. Constituição da república Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acessado em: 17/01/2018
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm> acessado em 17/01/2018
- BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Outros/1994resolu14CNPCP.pdf>> acessado em: 17/01/2018
- ONU. Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>> acessado em: 16/03/2018.
- OEA. Convenção Interamericana de Direitos. Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> acessada em: 10/05/2018

RUIZ, Jefferson Lee. Et al. O trabalho da Comissão de Direitos humanos do Conselho Regional de Serviço Social frente a violações de direitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. I Seminário Nacional de Pesquisa em Prisão. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2016.

Entrevista

Entrevista realizada com o Professor Dr. Rodrigo Amaral versando sobre suas experiências acadêmicas que resultaram na publicação do seu recente livro intitulado “Cativeiro, Desigualdade e Brutalidade: uma história das relações sociais entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e São Tomé e Príncipe (c. 1750-c. 1850)”.



Será usada a sigla **RDS** para indicar a Revista Digital Simonsen e **RA** para sinalizar as respostas do Prof. Dr. Rodrigo Amaral.

RDS: A publicação de uma obra acadêmica é um momento importante e, este livro, é fruto da sua tese de doutorado. Fale um pouco sobre o processo de construção do seu tema de pesquisa, a experiência como pesquisador fora do país.

RA: Meu primeiro contato com o tema da escravidão foi na graduação: o Professor Ricardo Santa Rita passou o texto da Silvia Lara, *Campos da Violência*, para discutirmos em sala de aula. Este texto, publicado no final dos anos 1980, fez uma interpretação inovadora sobre o papel do castigo e de sua aceitação ou não por senhores, escravos e pela sociedade. Foi a primeira vez que li, ali por volta de 2001, que o escravo não era uma coisa e que pensava e negociava.

Depois da graduação na Simonsen, fiz uma Pós Graduação em História do Brasil na Universidade Candido Mendes entre 2003 e 2004. Na Pós, aprofundi a pesquisa e passei no mestrado na UFRJ no final de 2003. Meu projeto era sobre os escravos de ganho na cidade do Rio de Janeiro, tema que aprofundi no doutorado iniciado em 2006. Como eu ampliei a pesquisa, precisei fazer dois projetos, um para o doutorado e outro para conseguir o que chamamos de *bolsa sanduíche*, um tipo de bolsa de estudos para estudar no exterior. Assim, em 2008 viajei para Lisboa para pesquisar no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Foi um ano especial para a pesquisa e escrita da tese, as fontes do Brasil já haviam sido levantadas nos dois primeiros anos de pesquisa e lá eu ia dos arquivos para a Universidade Técnica de Lisboa, da Universidade para congressos portugueses e internacionais.

Para o pesquisador, uma experiência internacional é muito importante tanto para testar seu objeto de pesquisa de acordo com a leitura de professores e colegas de variadas formações e diversificados conhecimentos teóricos, quanto para um enriquecimento cultural dada à imersão em “outro mundo”.

RDS: Qual o impacto da realização de pesquisa ainda na graduação para sua formação acadêmica-intelectual?

RA: A graduação é um momento onde o discente tem a oportunidade de construir o conhecimento de forma mais geral. Somente fazendo isso de forma bem feita, ou seja, levando o estudo de forma séria, ele terá uma base sólida para ir do geral ao particular onde pretenderá, futuramente, se especializar em algo.

RDS: O seu trabalho é sobre a relação senhor-escravizado, partindo de uma abordagem interdisciplinar e inaugurando um olhar diferenciado sobre esta relação tão cara para a história do Brasil. Você acha que é possível fazer um paralelo com a atualidade brasileira, especialmente no momento em que discute-se a questão da precarização das relações de trabalho?

RA: Sim. Creio que a discussão sobre a desigualdade, tema central do meu livro, deve ser feita de forma mais complexa. Nesta linha, creio que o livro pode trazer reflexões sobre como se introduziu o que chamo de paradigma da desigualdade no Brasil.

É a superação desta sociedade hierarquizada dividida entre uma minoria de ricos e uma esmagadora massa de trabalhadores pobres que suscita tantos posicionamentos na política brasileira atual, afinal, vamos manter os privilégios apostando no *self made man* ou vamos ferir a desigualdade de morte tirando os enormes privilégios dos ricos e utilizando o Estado para distribuir renda? É a partir de uma ou outra posição que cada brasileiro deve viver seu *devoir político*. Não deixa de ser curioso encontrar cidadãos pobres ao lado dos ricos, não é verdade? Mas o Brasil, o Brasil não é para principiantes como diria Tom Jobim. Espero que um dia as coisas mudem efetivamente para melhor e superemos as três grandes mazelas que estão no título do livro: o cativo como antítese da liberdade, a desigualdade como antítese da igualdade e a brutalidade como antítese da fraternidade.

RDS: Quais foram as suas influências intelectuais ao longo da sua formação acadêmica?

RA: Na Universidade Federal do Rio de Janeiro temos o Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHIS), lá temos um grupo liderado pelos professores João Fragoso e Jucá de Sampaio que foram, nesta ordem, meus orientadores no mestrado e no doutorado. Devo a eles boa parte do meu crescimento intelectual e já que dediquei o livro para minha querida mãe na obra, dedico aos dois queridos professores e ao meu primeiro orientador, o professor Ricardo Santa Rita da Simonsen, nesta entrevista.

Na UFRJ, o grupo de estudos Antigo Regime nos Trópicos (ART) me ajudou a ampliar leituras sobre a Nova História, a Sociologia, a Antropologia e a Microhistória italiana. Para citar só alguns autores da literatura internacional que tiveram grande influência no meu pensamento eu destaco: Max Weber, Karl Polanyi, Erving Goffman, Fedrik Barth, E.P. Thompson, Antonio Gramsci, Sidney Mintz, Richard Price, Giovanni Levi, Edoardo Grendi, Jacques Revel, Eugene Genovese, Nuno Gonçalo Monteiro, Antonio Manoel Hespanha, Pierre Bourdieu, Nobert Elias, Frank Ankersmit, Keith Jenkins, Adeline Daumard, Peter Burke etc.

RDS: Quais dicas você daria aos alunos de graduação em relação à pesquisa e formação acadêmica?

RA: Vou parafrasear um saudoso colega: ler, ler de novo e ler mais uma vez.